

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/MESTRADO

RUDÁ MORAIS GANDIN

**AS PRÁTICAS ESTUDANTIS DA UNIÃO MUNICIPAL DOS
ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007-
2015)**

CURITIBA
2021

RUDÁ MORAIS GANDIN

**AS PRÁTICAS ESTUDANTIS DA UNIÃO MUNICIPAL DOS
ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007-
2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Linha de pesquisa História e Políticas da Educação.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira.

CURITIBA

2021

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Pamela Travassos de Freitas – CRB 9/1960

G195p
2021 Gandin, Rudá Moraes
As práticas estudantis da união municipal dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais (2007-2015) / Rudá Moraes Gandin ; orientadora: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieir. – 2021.
158 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2021
Bibliografia: f. 143-158

1. Educação - História. 2. Estudantes - Atividades políticas. 3. Movimentos estudantis. 4. São José dos Pinhais (PR). I. Vieir, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370.9

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 908
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

Rudá Moraes Gandin

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se às 9h, por videoconferência, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.^a Dr.^a Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita e Prof.^a Dr.^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa, para examinar a Dissertação do mestrando **Rudá Moraes Gandin**, ano de ingresso 2019, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa “História e Políticas da Educação”. O mestrando apresentou a dissertação intitulada “**AS PRÁTICAS ESTUDANTIS DA UNIÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (2007 - 2015)**” que, após a defesa foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 11h. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela presidente da banca e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da defesa por videoconferência e estão de acordo com os termos acima descritos.

Observações: A banca recomendou a publicação do trabalho sob a forma de artigos e capítulos de livro.

Presidente:

Prof.^a Dr.^a Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira



Convidado Externo:

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita

Participação por videoconferência

Convidado Externo:

Prof.^a Dr.^a Rosa Lydia Teixeira Corrêa

Participação por videoconferência



Prof.^a Dr.^a Patricia Lupion Torres

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação
Stricto Sensu



AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dr.^a Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, com quem aprendi a tomar com seriedade e alegria o trabalho em história da educação, pelo apoio, pela atenção e pelo carinho com o qual se dedicou à leitura deste estudo. Além disso, agradeço a ela por ter aceitado o desafio de pesquisar as práticas dos estudantes de São José dos Pinhais e ter empreendido, comigo, reflexões bem interessantes acerca do movimento estudantil, que ao fim me ajudaram a escrever esta dissertação.

Aos meus queridos pais, Julia e Dalton, por acreditarem em mim e estarem sempre ao meu lado, seja diante dos desafios que surgiram nesta caminhada no curso de mestrado ou diante dos desafios que me coloco a superar no percurso de minha vida.

À minha querida companheira, Leticia, e à querida Malu, com quem decidi compartilhar a minha vida, pela compreensão e pelo amor durante esses dois anos em que me dediquei a pesquisar parte do que vivi atuando no movimento estudantil.

Ao professor Marcos Ribeiro Mesquita e à professora Rosa Lydia Teixeira Correia, componentes da banca, pelas contribuições e pela leitura atenta, crítica e comprometida do meu trabalho, que me fizeram aprimorar, ainda mais, a minha percepção acerca dos movimentos estudantis.

À Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, por financiar parte dos meus estudos durante esses anos no curso de mestrado.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná e a seus professores, por contribuírem com a minha formação neste período, ajudando, por meio das leituras de autores e discussões que vivi em sala de aula, a construir essa dissertação. Além disso, agradeço à secretaria do PPGE, que sempre esteve à disposição nos momentos em que necessitei.

Aos meus amigos e amigas, Renan, Samia, Fábio, Rafael, Bruna Pinheiro, Karla, Helbert, Amanda, Bruna Scarlet, Rodrigo, Patrícia e Brenda, com quem dividi a minha vida durante um bom tempo no movimento estudantil em São José dos Pinhais, pelas contribuições, pelos relatos e pelas reflexões acerca do período em que ajudamos a escrever uma parte da história de nosso município. Agradeço também aos amigos e às amigas aqui não citados, mas que me apoiaram e contribuíram de alguma forma para que esse trabalho chegasse ao fim.

RESUMO

O Movimento Estudantil (ME) ainda é um tema pouco estudado no âmbito da História da Educação no Brasil, e, normalmente, quando esta temática é abordada, refere-se à preocupação com a participação dos estudantes no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Esse momento, ainda que se mostre uma parte importante da história do ME, não o resume e não espelha, por completo, suas ideias e formas de atuar. Por esse motivo, o estudo das organizações estudantis em nível municipal se faz importante, pois possibilita observar a diversidade que caracteriza o ME. Assim, a presente dissertação objetiva discutir as práticas estudantis que se alastraram no período de 2007 a 2015, no interior da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais, município pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná. Essa dissertação se constitui numa pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com apoio na História Oral, cuja realização se deu baseada em entrevistas semiestruturadas com doze ex-integrantes da UMES, que contribuíram de alguma maneira com a formação e atuação da entidade. Com base nos conceitos de poder de Foucault (1979), campo, *habitus* e campo político em Bourdieu (2011a; 2011b; 2011c) e tática e estratégia em Certeau (2014), argumenta-se que os estudantes, inseridos na UMES, produziram um modo particular de atuar, embora sua forma de organização estivesse inscrita no que se denominou como Movimento Estudantil Clássico (MECL), conhecida pelos posicionamentos, congressos e manifestações da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja atuação se relacionava à participação de partidos políticos e à hierarquização de sua forma de mobilizar-se na sociedade. A esse respeito, compreende-se que o ME buscava, por meio de suas entidades estudantis, atuar em um campo estranho ao seu de origem, o campo político, no qual se intentava alcançar mais adeptos para defender suas bandeiras, modificando as relações de forças em curso. Ao tomar a UMES como objeto de estudo, observa-se que, apoiados em suas práticas, as quais são entendidas como ações voltadas a dobrar a seu favor o campo no qual atuavam, os estudantes forjaram uma maneira heterogênea de movimentar-se no mundo social, evidenciada pelo formato de suas reuniões, congressos e pela relação entre os seus participantes, sublinhada por conflitos, consensos e um ideário de representar e defender os direitos dos estudantes do município de São José dos Pinhais.

Palavras-Chave: Movimento Estudantil. História da Educação. Práticas. UMES. São José dos Pinhais.

ABSTRACT

The Student Movement (ME) is still a little-studied theme within the History of Education in Brazil, and, normally, when this theme is approached, it refers to the concern with the participation of students during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). This moment, although an important part of the history of the ME, does not summarize it and does not mirror, completely, its ideas and ways of acting. For this reason, the study of student organizations at the municipal level is important, because it makes it possible to observe the diversity that characterizes the ME. Thus, this dissertation aims to discuss the student practices that spread in the period from 2007 to 2015 within the Municipal Union of Undergraduates (UMES) of São José dos Pinhais, a municipality belonging to the metropolitan region of Curitiba, in Paraná. This dissertation is a bibliographic, documental, and field research, supported by Oral History, based on semi-structured interviews with twelve former members of the UMES, who contributed in some way to the formation and performance of the entity. Based on the concepts of power in Foucault (1979), field, habitus, and political field in Bourdieu (2011a; 2011b; 2011c) and tactics and strategy in Certeau (2014) it is argued that the students, inserted in the UMES, produced a particular way of acting, although their form of organization was inscribed in what was called the Classical Student Movement (MECL), known by the positions, congresses, and manifestations of the Brazilian Union of Secondary School Students (UBES) and the National Union of Students (UNE), whose performance was related to the participation of political parties and to the hierarchization of their way of mobilizing in society. In this regard, it is understood that the ME sought, through its student organizations, to act in a field strange to its origin, the political field, where it intended to reach more supporters to defend its banners, changing the ongoing relations of forces. By taking the UMES as object of study, it is observed that, supported by their practices, which are understood as actions aimed at bending in their favor the field in which they acted, the students forged a heterogeneous way of moving in the social world, evidenced by the format of their meetings, congresses, and the relationship among their participants, underlined by conflicts, consensus, and an ideology of representing and defending the rights of the students of the city of São José dos Pinhais.

Keywords: Student Movement. History of Education. Practices. UMES. São José dos Pinhais.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BC	Banco Central
CONEG	Conselho Nacional de Entidades Gerais
CUC	Coletivo UPES de Comunicação
DEDIHC	Departamento de Direitos Humanos e Cidadania
JCE	Jornal Coração de Estudante
JPL	Juventude Pátria Livre
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MECL	Movimento Estudantil Clássico
MEA	Movimento Estudantil Autogestionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UJS	União da Juventude Socialista
UMES	União Municipal dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
OS CAMINHOS DA PESQUISA: PERSPECTIVAS E METODOLOGIA	18
OS ESTREVISTADOS, A ENTREVISTA E O ENTREVISTADOR	23
OS CONCEITOS EM QUE SE APOIA A PESQUISA.....	26
1. ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS	
ESTUDANTIS NO PAÍS	32
1.1 PREAMBULANDO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	33
1.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO	39
1.3 OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS CLÁSSICOS E AUTOGESTIONÁRIOS: REFLEXÕES E CRÍTICAS.	47
1.4 ASPECTO INSTITUCIONAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	51
2. OLHANDO OS DOCUMENTOS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA UMES	58
2.1 A FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.....	59
2.1.1 Processo educacional em São José dos Pinhais durante os primeiros anos da República e o Estado Novo.	63
2.1.2 Processo educacional em São José dos Pinhais de 1998 a 2015, a partir da Constituição Cidadã.....	66
2.1.3. Matrículas e números do município em relação à educação: os Grêmios Estudantis Costa Viana e Walquíria Afonso da Costa	68
2.2 O CONTEXTO POLÍTICO PRECEDENTE À FUNDAÇÃO DA UMES	72
2.3 FORMAÇÃO, <i>PERFORMANCE</i> E IDEIAS DA UMES.....	83
2.3.1 Os congressos da UMES após sua fundação.....	90
2.3.2 A atuação da UMES.....	101
3. AS PRÁTICAS ESTUDANTIS	113
3.2 A FORMAÇÃO DA UMES	115
3.3 A PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA UMES SEGUNDO A ÓTICA DOS SEUS EX-INTEGRANTES	124
3.4 A VIDA E A ATUAÇÃO DA UMES.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS	143

INTRODUÇÃO

Esta dissertação sobre o movimento de estudantes secundaristas em São José dos Pinhais, município pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, localizado no estado do Paraná, inscrita na linha de pesquisa História e Políticas da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), objetiva analisar as práticas dos integrantes da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) entre o período de 2007 a 2015. Convém apontar, previamente, que o presente estudo obteve apreciação favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR, segundo o parecer de número 4.293.083.

Muitas são as maneiras de inaugurar uma pesquisa sobre o movimento estudantil sem incorrer na dissimulação da noção, cujo livro de Tariq Ali (2008, p. 20) acerca dos anos de 1960 tratou de apontar: “cada geração é única”. Por esse motivo, admitir-se-á de antemão dois pressupostos, com os quais se estabeleceu uma dinâmica de aproximação e afastamento em relação a seus conteúdos, no intuito de confirmar ou rebater os desdobramentos que deles foram emergindo. São eles: (1) os estudantes não se encerram como uma massa uniforme; (2) e sua atuação é sempre um conjunto de relações banhadas em disputas, que se localizam na mais acanhada das entidades por eles dirigidas. Desse modo, a pesquisa que se apresenta alojou-se entre a fresta de duas histórias, conhecidas por sua visibilidade no corpo social, a das organizações estudantis e a das lutas empreendidas pelos estudantes, pois, a despeito de uma quase sempre se abrigar na outra, ambas se acham independentes, ainda que sejam embaladas pelo mesmo sujeito, os estudantes.

Embora tomado amiúde como homogêneo, o movimento estudantil compõe, na verdade, uma “rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva” (MELUCCI, 1989, p. 60), que se caracterizam em razão da soma complexa de especificidades geralmente vinculadas de acordo com os sujeitos participantes. Assim, acredita-se que não seja mais possível falar de movimento estudantil, mas de movimentos estudantis. Esse debate, preliminarmente aqui suscitado, deve ganhar fôlego no decorrer desse estudo, quando chegar o momento de explicar o quão a pluralidade de características desses movimentos pode estar relacionada aos modos de pensar e fazer dos sujeitos engajados. A menção sobre isso, nesse momento da introdução, busca demarcar uma opção não apenas teórico-metodológica a respeito do caráter plural dos movimentos de estudantes, com os quais se quer identificá-los no decorrer dessa pesquisa, mas também

uma escolha de caráter político, uma vez que se pretende descortinar da invisibilidade o que os estudantes fazem nas frestas, cujo acesso estreito oculta a largura de seu interior.

É oportuno perguntar, portanto: o que diferencia esses movimentos de si mesmos, senão suas práticas no interior de cada grupo? Ao aceitar esse questionamento, reforça-se a divergência com relação às perspectivas que ameaçam o alargamento de proposições que se assentam nas particularidades, tais como a ocultação das práticas, em que se realça os modos de pensar e agir dos indivíduos e a recusa da história de suas façanhas. Isto posto, não seria inadequado remeter-se à crítica de uma parcela dos historiadores, cuja elaboração tem-se dado nas últimas décadas, a respeito da narrativa dos acontecimentos, a qual Burke (2011, p. 12) chamou de uma “visão de cima”, em que o destaque se atribui aos dirigentes políticos. Para esse autor, o surgimento de novas perspectivas de estudo no âmbito da pesquisa em história, preocupadas com a variedade de questionamentos, como a ação dos indivíduos e os movimentos coletivos, evidenciaram a fragilidade do modelo tradicional de explicação histórica, assentada na unilateralidade das narrativas, quase sempre reduzidas aos chamados “grandes personagens”. Questionar-se sobre as práticas dissimuladas por entre as “grandes histórias” das lutas e organizações estudantis concorre com a preocupação em retirar a história da esteira de uma visão unilateral, sob um único prisma, que, nesse caso, assenta-se na história das “grandes” entidades representativas e/ou das “grandes” lutas. Desse modo, a história que se pretende empreender nessa pesquisa insere-se na corrente da ciência histórica denominada de História Cultural, a qual se destaca pela “preocupação com o simbólico e suas interpretações” (BURKE, 2008, p. 10), cuja “redescoberta” a partir dos anos de 1970 tem levado a impulsionar o surgimento de novos problemas e objetos no âmbito da história, que se dedicam a tomar como base a cultura.

Ao contar a história dos estudantes é comum, na ânsia de apresentar os seus grandes feitos, a generalização de alguns traços, quase sempre centrados nas características exibidas pela figura de um líder e/ou de uma única organização, como se essas qualidades coincidisse entre os mais diferentes grupos e indivíduos que se encontram engajados nas causas estudantis. Esses efeitos, marcadamente homogeneizadores, são frequentemente observados nas declarações que se alastram apontando os estudantes, por um lado, como “rebeldes” e “participativos politicamente”, e, por outro, como “apáticos” e “pouco interessados pela política”. Embora a memória mais recente sobre os estudantes costume se remeter aos enfrentamentos, quiçá amplamente conhecidos pela sociedade em geral, contra a ditadura civil-militar, iniciada em 1964 e findada em meados dos anos de 1980, e a favor

do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, movimento esse conhecido como “caras pintadas”, os estudantes e suas formas de organização e participação não se resumem a esses eventos, tampouco podem ser unicamente associados aos traços por eles expressados nessas manifestações. Num eventual deslize a esse respeito, estar-se-ia incorrendo numa simplificação das relações entre os próprios estudantes e deles com a sociedade, a política e a atuação de suas organizações.

Desse modo, não se pretende, com esse estudo, tomar o período que abrange o ano de 1964 a 1980, momento esse definido pela implementação da ditadura civil-militar no país, como limite temporal dessa pesquisa, obviamente, como se pode notar, em razão da larga produção da qual já se tem registro e que acabou, para o bem ou para o mal, vinculando a ideia de movimento estudantil às entidades que atuaram naquele período, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Aliás, de acordo com o levantamento feito por Simão (2015, p. 151) acerca da produção acadêmica sobre o movimento estudantil, observou-se que “mais da metade dos trabalhos produzidos sobre o assunto no período de 2003-2014 tratam do movimento estudantil no período ditatorial”, o que revela, portanto, o grau elevado de interesse que esse período causou nos pesquisadores e que por certo ainda causa, conforme pode ser verificado no levantamento feito abaixo, evidenciado pela Tabela 1. Notou-se também um predomínio quanto à “definição conceitual de movimento estudantil e [à] discussão de classe dentro do movimento”, além de um crescente número de “trabalhos de caráter narrativo em detrimento da dimensão analítica, e do privilegiamento [...] por estudos de caso de entidades de base ao invés de análises macrossociológicas [...]” (SIMÃO, 2015, p. 151). Ademais, o autor aponta que lhe pareceu “existir certa estagnação na discussão teórica” (SIMÃO, 2015, p. 151), fruto da eventual redução dos estudos ao período das décadas de 1960, 1970 e 1980, em que se utilizou na maior parte dos casos os mesmos referenciais teóricos, os quais, de acordo com Simão (2015), referem-se a Foracchi (1965), Ianni (1968), Poerner (2004) e Martins Filho (1986).

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), verificou-se a produção de 31 trabalhos, entre dissertações (25) e teses (6), nos anos de 2018 e 2019, que se relacionavam ao “movimento estudantil”¹, dos quais se constatou que apenas 17 se remetiam, efetivamente, ao movimento estudantil nos termos aqui adotados por essa

¹ O descritor utilizado para essa busca na BDTD foi movimento estudantil entre aspas. Portanto, o resultado dos trabalhos encontrados está condicionado à forma pela qual se estabeleceu essa busca.

pesquisa, qual seja, um conjunto de estudantes que partilham entre si um espírito de movimento a favor de mudanças, seja do ponto de vista social, econômico, cultural e educacional, que garanta ou faça aumentar seus direitos². Também se observou que as ocupações, eventos ocorridos entre 2015 e 2016³, nas quais os estudantes ocuparam grande parte das escolas públicas de várias localidades do país, a fim de manifestarem suas insatisfações quanto às políticas educacionais em curso naquele momento, foram as mais pesquisadas. Em segundo lugar, acham-se as pesquisas relativas ao período da ditadura civil-militar, período conhecido pelo engajamento dos estudantes contra a censura e a repressão. Em terceiro, aparece o que se denominou como “outros”, cujas pesquisas sobre o movimento estudantil se referem a temáticas aleatórias. Na Tabela 1, na qual se lê “adversos”, trata-se de pesquisas que, embora mencionassem o movimento estudantil, não se remetiam a ele como seu objeto de estudo.

Tabela 1 – Teses e dissertações encontradas

DESCRITOR	QUANTIDADE			OUTROS	ADVERSOS
	TOTAL	OCUPAÇÕES	DITADURA CIVIL-MILITAR		
“Movimento Estudantil”	31	07	06	5	13

Fonte: o autor, com base nos dados constantes da BDTD, em 10 de agosto de 2020.

O que a tabela acima mostra, especialmente, é que ainda repercute o interesse pela investigação acerca da atuação dos estudantes no período da ditadura civil-militar. Sobre isso, especula-se haver duas tendências que forçam essa predileção, as quais merecem ser examinadas: a existência de circunstâncias pouco exploradas pelos pesquisadores acerca do movimento estudantil nesse período, ou seja, os pesquisadores optam por estudar esse momento porque ele não se encontra esgotado; e a ideia segundo a qual esse período foi o mais fértil quanto à participação dos estudantes na vida política do país, e, portanto, trata-se do único momento em que o movimento estudantil se mostrou, efetivamente, atuante, o

² Essa ideia preliminar de movimento estudantil aqui suscitada ganha novos contornos no decorrer do trabalho, particularmente no último capítulo, no qual se analisam as denominadas “práticas estudantis”.

³ Em 2015, as ocupações deram-se por ocasião da “luta contra a reorganização escolar decretada pelo governo do estado [de São Paulo]”, e em 2016 por causa da luta “contra as medidas do governo Michel Temer”, o qual congelou “os gastos por 20 anos para oferta de serviços públicos, atingindo diretamente a oferta da educação [...] Além disso, em 2016 foi divulgada de forma aligeirada a Reforma do Ensino Médio” (LEME, 2018, p. 191).

que acaba despertando a curiosidade dos pesquisadores e, por consequência, resumindo seus estudos a essa época.

No que se refere à primeira tendência, é possível admiti-la, posto que é comum a história de determinada época guardar uma infinidade de eventos, recolhidos quase sempre na memória de seus protagonistas ou nos documentos, esquecidos ou bem guardados nas prateleiras dos arquivos, esperando a oportunidade de serem descobertos. Todavia parece pouco provável que seja esse o motivo pelo qual a pesquisa sobre o movimento estudantil se concentre no período da ditadura civil-militar, instaurada em 1964.

Para Brito (2018, p. 158), essa produção se apresenta, profundamente, “condicionada, de um lado, pela historiografia oficial das entidades estudantis e, por outro, pelos esquemas interpretativos produzidos na década de 80”. A autora considera que a hegemonia política e ideológica empreendida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) no movimento acabou permitindo “que sua produção e, mais especificamente, sua autoimagem pudesse se afirmar como versão oficial da história do ME brasileiro” (BRITO, 2018, p. 158). Assim, “com a UNE como porta-voz da versão oficial sobre a memória das lutas estudantis, estas acabam reduzidas à história – tão glorificada quanto possível – das entidades representativas” (BRITO, 2018, p. 158). Dessa forma, o segundo aspecto, ora denominado como tendência, alçado como explicação para o desejo quanto aos estudos sobre os estudantes no período civil-militar, insere-se na esteira do enaltecimento da UNE, admitindo que a história do movimento estudantil seja contada, unicamente, como a história de sua organização representativa, forçando, mesmo que tacitamente, o desaparecimento de outras organizações, lutas e mobilizações protagonizadas pelos estudantes no decorrer da história, majoritariamente feita à borda dos holofotes.

Esse trabalho de levantamento acerca da produção sobre o movimento estudantil também se deu na base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no portal de periódicos SCIELO, utilizando-se dos seguintes descritores: *movimento estudantil*, *práticas estudantis*, *história do movimento estudantil*. Tal como se observou na pesquisa constante na Tabela 1, os estudos que foram encontrados possuíam como aspectos centrais a discussão em torno dos períodos nos quais os estudantes obtiveram maior participação na política do cenário nacional, como é o caso da atuação estudantil na ditadura civil-militar de 1964. Dentre os achados, optou-se pelos que mais apresentavam identificação com os

objetivos dessa pesquisa, que tem como proposta analisar as práticas estudantis numa entidade municipal de estudantes.

Quando se optou em relacionar a produção de trabalhos que se dedicavam às práticas estudantis⁴, a fim de averiguar o que os estudantes faziam e pensavam, à medida que atuavam política e socialmente, quase nada foi encontrado. De algum modo, constatou-se uma lacuna no âmbito da História da Educação de pesquisas que se dediquem a olhar “por dentro”, isto é, os conflitos, as lutas, os consensos, as recusas e as conquistas, que ajudavam a forjar os estudantes, sobretudo, em organizações pouco conhecidas. Além disso, observou-se uma ausência de trabalhos acerca do movimento estudantil secundarista⁵, quiçá pela preferência dos pesquisadores nos movimentos que se alastraram nas universidades, especialmente no período da ditadura civil-militar de 1964-1985, em que se questionou a reforma universitária, a qual se constituiu, de acordo com Santana (2014), na segunda vertente da política que se empreendeu no ensino superior, além do controle e da repressão. No entanto, essa predileção não significa, necessariamente, que os estudantes secundaristas se encontravam à margem ou que desempenhavam um papel secundário nesse período ou mesmo em qualquer outro momento da história mais recente do país.

Portanto, os três trabalhos que se optou para tecer, inicialmente, algumas reflexões sobre o Movimento Estudantil (ME) espelham o cenário de produção científica que se desenvolveu a respeito dos estudantes e de suas organizações nos últimos anos. Sobre isso, existe uma ressalva a ser feita: o conjunto desses trabalhos se refere ao que se denominará de Movimento Estudantil Clássico (MECL) e a conclusão a respeito desse cenário de produção também se relaciona a esse movimento em específico, uma vez que se denominarão de Movimento Estudantil Autogestionário (MEA)⁶ os movimentos de estudantes que se organizam à borda de entidades como a UNE e UBES.

O primeiro trabalho selecionado, intitulado *O movimento estudantil paranaense e a vigilância política pré-golpe civil-militar de 1964*, de Ana Karine Braggio, é uma dissertação apresentada em 2013, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da

⁴ Destaca-se que a ideia de práticas estudantis que se vislumbrou nos estudos não tem correspondência com a noção que se pretende desenvolver nessa dissertação. As práticas, no caso dos achados, versam sobre como os estudantes se organizavam e promoviam as suas manifestações e, embora sejam questões importantes para esse estudo, localizam-se muito distante da elaboração da noção de práticas dessa dissertação.

⁵ Os secundaristas era a forma como se denominavam os estudantes que frequentavam o ensino médio, chamado de segundo grau nos anos de 1970, até o fim dos anos de 1980.

⁶ No primeiro capítulo, a noção de MECL e MEA, empregada pelo texto, será discutida e definida. Apesar de essa dissertação tratar do MECL, entende-se que o apontamento de suas diferenças, quanto ao MEA, é imprescindível, uma vez que a forma de atuar e de se organizar de cada perspectiva de movimento guarda implicações muito distintas no forjamento das práticas de seus participantes.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O trabalho busca “analisar as práticas sociais, políticas e culturais do movimento estudantil paranaense”, por meio de documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR). Braggio procurou, a partir da ótica do acervo da DOPS, “identificar a ideologia, o projeto sociopolítico e cultural, as práticas de difusão, as demandas, o princípio articulatório interno e externo e a organização dos estudantes universitários paranaenses”. Para a autora, o motivo em desvelar a vigilância sofrida pelo movimento estudantil,

[...] contribui para elevar a importância das práticas sociais do Estado e trazer à tona um fragmento regional da luta nacional que se travou a favor das amplas reformas estruturais e da democratização das universidades, defendidas pelos estudantes, na posição de intelectuais orgânicos, através da reforma universitária, visto que a educação era tida como uma condição necessária para o desenvolvimento do país (BRAGGIO, 2013, n.p.).

O segundo trabalho relacionado para esse estudo, de autoria de Francisco André Silva Martins, denomina-se *A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil*. Essa dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, em 2010, da Universidade Federal de Minas Gerais, objetivou estudar a participação dos estudantes no cotidiano da escola por meio do Grêmio Estudantil e as experiências decorrentes desse envolvimento. A pesquisa foi realizada numa escola pública, localizada no município de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Martins, a fim de responder às perguntas por ele colocadas à pesquisa, como

[...] os jovens atualmente se interessam pelas questões participativas no cotidiano de sua escola? Quais as singularidades do processo participativo na escola? Quais os principais envolvidos e quais fatores interferem nesse processo? Seria o grêmio um local privilegiado para uma participação efetiva do estudante? Qual o sentido da participação para os jovens envolvidos no grêmio? As experiências participativas teriam alguma influência no processo de formação dos estudantes? (MARTINS, 2010, n.p.).

Martins (2010) desenvolveu um Estudo de Caso, utilizando-se como instrumentos metodológicos a observação participante e entrevistas semiestruturadas. A análise feita nesse trabalho possibilitou revelar que o grêmio “se constitui como espaço socializador com potencial formativo para além da sala de aula exclusivamente, podendo tornar-se causador de uma tensão que tende a dinamizar as estruturas da própria escola por meio de

seus mecanismos de funcionamento” (MARTINS, 2010, n.p.). Além disso, revelou também que “as experiências vividas pelos jovens, no grêmio, se mostraram singulares, e, por isso, a participação do jovem na escola pode funcionar como mecanismo de construção, formação e aprimoramento de sua formação humana” (MARTINS, 2010, n.p.).

O terceiro trabalho relacionado é uma dissertação intitulada *O movimento estudantil secundarista em Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira*, escrita por Claudinéia Schinemann, em 2015, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Esse trabalho tem como objetivo analisar a atuação do movimento estudantil secundarista na época da ditadura civil-militar brasileira. A orientação metodológica e teórica adotada pela autora baseia-se no materialismo histórico-dialético. Esse trabalho foi dividido em três partes, sendo o primeiro capítulo destinado à atuação do movimento estudantil secundarista de Guarapuava, na época da ditadura; o segundo, referia-se à história do município; e o terceiro capítulo, tratava do movimento estudantil como movimento social e sua trajetória no país durante a ditadura. Os resultados obtidos possibilitaram afirmar que a atuação dos secundaristas da cidade de Guarapuava foi significativa na história da cidade e do próprio movimento estudantil. Observou-se também que umas das principais características do movimento estudantil secundarista da cidade era a crença de que suas ações poderiam mudar o mundo.

O que se exprime dos três estudos elencados acima pode ser dimensionado em três grandes reflexões. A primeira delas se insere na recusa em tomar a atuação estudantil enquanto um conjunto de empreendimentos sem reações entre os poderes estabelecidos: o Estado, o corpo social no qual se expressa e a escola em que se origina. A segunda refere-se ao acatamento da análise que sugere haver uma cultura que se manifesta nas atuações dos estudantes, cujo teor habita, tacitamente, entre as relações de seus produtores, vividas com base em disputas de força entre si e os que são alvo de suas reivindicações. A terceira, e última, diz respeito ao consenso que se mostra residir nos movimentos que são preenchidos por estudantes, como a luta por mudanças sociais, embora também o sejam, em larga medida, culturais e econômicas. Essas reflexões, sinteticamente apresentadas, configuram-se no ponto de partida das elucubrações levadas a cabo nessa pesquisa sobre o movimento estudantil secundarista. Obviamente que são apontamentos preambulares, mas que forçam o emprego de uma nova questão no campo dessas pesquisas, a qual se resume ao poder das particularidades na impressão do caráter da atuação estudantil.

O que se propõe a essa pesquisa é não só assumir outro referencial teórico em torno da discussão acerca do movimento estudantil brasileiro, mas também de adotar um novo olhar sobre as circunstâncias em que ele atuou pelo Brasil. Isso significa dizer que se faz “necessário desapegarmo-nos dos ‘velhos tempos de glória’ do movimento estudantil que combateu a ditadura, sob risco de nos cegarmos diante da atuação política do movimento estudantil contemporâneo, que segue existindo e atuando politicamente, quer o reconheçamos ou não” (SIMÃO, 2015, p. 152). Da mesma forma, faz-se importante o abandono dos apontamentos cuja “tendência de reduzir a resistência estudantil aos seus momentos visíveis, aos processos de luta aberta de grande magnitude” ocorre em detrimento da preocupação “com o cotidiano dos movimentos e com os processos de construção das lutas” (BRITO, 2008, p. 161), sobretudo, porque se objetiva conhecer quem são os sujeitos que constituem os movimentos, cujas práticas são compreendidas como singulares, ímpares, porém fruto da combinação entre os eventos sociais, econômicos, educacionais e culturais que os matizam.

Em vista disso, suspeita-se que o estudo da história de uma entidade municipal de estudantes, nesse caso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), que se encontrava viva entre 2007 a 2015 no município de São José dos Pinhais, possa tornar-se uma pesquisa importante a respeito dos movimentos estudantis, sobretudo, a fim de desmistificar a ideia de um movimento homogêneo, associado unicamente a um modo de pensar e fazer.

Portanto, escrever a respeito dos estudantes, a partir desse ponto de vista, por meio do qual se identifica-os como produtores de formas muito particulares e distintas de atuar, requer classificá-los enquanto parte de um movimento plural, ainda que a esse respeito haja quem os considere como um grupo, aparentemente, uniforme. Pensar sobre isso mostra-se importante, sobretudo, em razão da profusão de contribuições que podem surgir acerca da educação e de outras temáticas e, da mesma maneira, porque se imagina que reconhecer essa pluralidade colabora para a legitimação desse movimento, em que boa parte dos seus componentes preconiza, dentre tantas outras bandeiras, a democracia como elemento indispensável à sua atuação. Todavia, essas diferenças que se abrigam na pluralidade dos indivíduos e grupos que constituem esse movimento não se exprimem exclusivamente no âmbito das ideias, no qual se diverge ou se converge em relação a um determinado assunto. Na verdade, para confirmar essa diversidade, é necessário olhar para o fazer de cada um, isto é, olhar para as práticas firmadas entre os sujeitos de cada grupo.

Dessa forma, realizou-se uma pesquisa que permite investigar as práticas estudantis expressas na União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais, durante o período de 2007 a 2015. Assim, esse trabalho situa-se entre aqueles estudos da história recente. Ademais, deslocar-se ao passado, cujo conhecimento “é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”, segundo analisa Bloch (2001, p. 75), a fim de contar a história da UMES, deve apresentar-se como um desafio voltado ao abandono da concepção da história como um jogo monótono, quase sempre diferente, porém sempre semelhante, em que se “coloca em questão situações sempre análogas, sentimentos sempre os mesmos, sob o signo de um eterno e impiedoso retorno das coisas” (BRAUDEL, 2014, p. 25). Por esse motivo, mais que uma pesquisa relacionada à história dos estudantes de determinada cidade, busca-se produzir um conjunto de reflexões, por meio das quais se possibilite a elaboração de um panorama capaz de questionar a pretensa homogeneidade em torno das práticas estudantis. Entretanto, é importante dizer, de antemão, da complexidade que aventa ser essa tarefa, especialmente por ocasião da multifacetada ideia do que pode vir a ser *prática estudantil*, uma vez que ela pode tomar formas distintas dependendo do lugar, dos sujeitos envolvidos e do tempo em que ocorrem. Um fator poderoso para ajudar no exame das práticas, com efeito pouco considerado entre os que replicam a ideia de um movimento unitário, feito sob um modo de pensar e fazer, trata do empréstimo de um olhar mais específico, por meio do qual se atravessem as aparências, que normalmente dificultam o percebimento dos modos de fazer de um determinado lugar, grupo ou organização, escondidas a olho nu.

Embora apresente-se como merecedor de estudos cada vez mais abrangentes, que busquem esquadrihar essas “maneiras de fazer”, como diz Certeau (1994), por exemplo, o movimento estudantil brasileiro ainda se constitui numa temática parcamente explorada no âmbito da História da Educação, ainda que, para Bittar e Bittar (2014), esse campo de pesquisa esteja diversificando e fortalecendo seus temas e fontes nas últimas décadas. Um dos motivos da escassa produção acadêmica talvez se explique, para Simão (2015, p. 77), na “tendência dos pesquisadores em educação não reconhecerem os movimentos sociais como objeto de pesquisa nessa área do conhecimento, privilegiando os espaços de educação formal – as instituições de ensino”.

Partindo da ideia de que a escola é um espaço no qual seu sucesso se associa ao empenho coletivo, isto é, à participação e ao comprometimento de todos os sujeitos nela inseridos, é que se objetivou ser possível cogitar as razões pelas quais se escolheram os

movimentos estudantis como objeto de estudo. Supõe-se que os estudantes integram parte dos movimentos que reivindicam condições mais adequadas de ensino e que a partir de suas insatisfações formam-se pautas capazes de contagiar toda a sociedade. A escolha desse objeto de estudo relaciona-se, então, às observações preambulares quanto à potência desses movimentos, como já se notou em diferentes episódios da história do Brasil, em lograr uma educação melhor, sobretudo, porque é por meio da participação nas escolas que os movimentos estudantis, nesse caso secundaristas, retroalimentam-se e ganham força para lutar por uma ou outra bandeira.

Essa potência com a qual os estudantes muitas vezes se apresentaram à sociedade guarda, no entanto, um deleite em mostrar o quão são capazes, mesmo diante de situações adversas, em que os colocam a amargar o autoritarismo que os apontam como imaturos, baderneiros e desinformados, características “presentes nos argumentos que se construíram contra as ocupações escolares”, por exemplo, conforme mostra a pesquisa de David (2019, p. 120) acerca do movimento de ocupação das escolas na década de 2010. Portanto, a opção pelo estudo acerca do movimento estudantil inseriu-se no esforço de desmistificar o pensamento a respeito dos estudantes, que os toma como incapazes de se articularem, organizarem, pensarem e agirem de acordo com seus projetos, planos e arranjos internos, os quais se parecem bem mais intrínsecos às suas formas de se organizar quanto se aparenta.

Posto isso, desdobram-se dois grandes desafios, irrompidos no início da elaboração dessa pesquisa: o primeiro, concerne à junção dos documentos que dizem respeito às ações da UMES, capazes de mostrar a organização e a capacidade de os estudantes pensar, articular e promover seus próprios ambientes de discussão e atividades; o segundo, refere-se à realização das entrevistas, que, em razão do período de pandemia, tornou a tarefa um pouco mais embaraçosa, visto que sua dinâmica se deu conforme a disponibilidade não apenas de horário dos entrevistados, mas, também, da condição em acessar plataformas de videoconferências ou de permanecer ao telefone. Ainda sobre esse item, salienta-se que muitos dos ex-integrantes da UMES não mantiveram contato entre si nesses últimos anos, o que exigiu por parte do pesquisador uma busca de seus números de telefones e/ou redes sociais, a fim de convidá-los a participar da pesquisa.

OS CAMINHOS DA PESQUISA: PERSPECTIVAS E METODOLOGIA

A história da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais, embora componha a biografia de inúmeros jovens, frequente, até agora, o universo da invisibilidade, uma vez que, não contada, sua história encontra-se recolhida do meio social, como se nunca houvesse tomado vida. Para muitos, trata-se de uma entidade invisível, sentida e explicada unicamente pelos seus integrantes. Assim, contar o que essa organização fazia e o que pensavam seus membros, no âmbito da História da Educação, na perspectiva da História Cultural, pode-se transformar numa contribuição interessante, a fim de ajudar no entendimento do momento político e educacional durante o período de 2007 a 2015, e, também, a fim de levantar reflexões a respeito das práticas estudantis, as quais podem ser concebidas, num primeiro estágio, como tática, que para Certeau (1994, p. 104) é a “arte de dar golpes no campo do outro”.

Para tanto, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, bem como apoiou-se na História Oral, considerando que o historiador deve ocupar-se da tarefa de “compreender e fazer compreender”, como sugere Bloch (2001, p. 64). Não se pretende, outrossim, o estabelecimento de qualquer julgamento, seja acerca do que faziam, pensavam ou acreditavam os estudantes. É com base nesses dois princípios que se objetiva caminhar pela história e memória da UMES e de seus participantes. Dessarte, propõe-se como procedimento metodológico, para esse estudo, uma abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica, a qual é “elaborada com base em material já publicado” (GIL, 2010, p. 29), e em pesquisa documental, em que se tem “como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos” (SEVERINO, 2016, p. 131). Esse último, no caso desse trabalho, inclui comunicados, atas de reuniões etc., produzidos durante o período de 2007 a 2015. Também se incluem jornais publicados em formato *on-line* e físico. Esses documentos, no âmbito da História da Educação, compõem as fontes históricas, entendidas como “tudo aquilo que produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano” (BARROS, 2012, p. 130).

Além disso, pretende-se, também, empregar a História Oral como procedimento metodológico, que, sobretudo, diz respeito a toda uma postura que privilegia “a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1996, p. 1). Assim, amparada em entrevistas, enquanto “ação específica, qual seja, a de interpretar o

passado – uma ação que é desencadeada tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador” (ALBERTI, 1996, p. 1), a História Oral permite não só compreendermos “como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram” (ALBERTI, 1996, p. 8). Aliás, para esse trabalho, pretende-se o uso de entrevista semiestruturada.

Dessa forma, admite-se que “a pesquisa será construída em conjunto pelo pesquisador, aquele que possui em suas mãos o poder de direcionar o questionamento”, e, pelo entrevistado, “aquele que vai decidir o que deve falar, o que deve omitir e como se dará a reconstrução de si” (DAVID, 2013, p. 161). A esse respeito, Vieira (2015) chama a atenção quanto aos cuidados relativos à escolha dos entrevistados e aos processos subsequentes, que culminam na utilização das narrativas. Em tempo, a autora observa, também, que a “entrevista em si não é história, é apenas uma fonte que, como todas as demais fontes, necessita ser interpretada e analisada”, para, então, “após análise do historiador”, ser transformada em fontes “e as fontes em documentos históricos” (VIEIRA, 2015, p. 374). Convém sublinhar, contudo, alguns limites em relação a esse tipo de fonte, inscritos, por exemplo, no que se pode chamar de “ato de camuflar”, o qual se refere ao relato concedido por quem é entrevistado, deslocado dos objetivos da pesquisa e, por vezes, dissimulado dos acontecimentos que o entrevistado viveu, a fim de colocá-lo em uma posição diferente, quiçá mais privilegiada, da qual ele ocupou no período de interesse do pesquisador. Por isso, a realização de uma entrevista se configura num exercício de interrogação a si mesmo quanto à validade dos relatos concedidos pelos entrevistados, não com a finalidade de eleger o que é ou não verdadeiro, mas no intuito de subtrair algumas contribuições ao trabalho do pesquisador.

Considerou-se, para esse estudo, haja vista que os discursos são enigmas a serem decifrados, como aponta Foucault (1999), da mesma forma que “os depoimentos orais e os documentários serão utilizados como discursos a serem decifrados” (VIEIRA, 2015, p. 373), a realização de análise de conteúdo, a qual consiste em “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTI, 2017, p. 120). Esse procedimento, para Severino (2016, p. 129), envolve discursos “pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens e gestos”, a fim de buscar os significados imbuídos nas mensagens.

Na perspectiva de Bardin (2011), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 31). Portanto,

[...] não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações [...] em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2011, p. 31-32).

Por último, a efeito de complementação, essa pesquisa tem como temática o movimento estudantil secundarista brasileiro e como objeto a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais, no período de 2007 a 2015. Não obstante, cumpre destacar que a limitação temporal dessa pesquisa se justifica em razão de dois acontecimentos substanciais, relativos à UMES, que consistem na realização, em 2007, do seu congresso de fundação, e, em 2015, do seu último congresso. A propósito, depois de 2015 até os dias atuais, não foi possível verificar outro congresso.

Destarte, o caminho em relação à produção desse trabalho deu-se da seguinte maneira: (1) levantamento bibliográfico a respeito do movimento estudantil; (2) realização do levantamento de fontes históricas a respeito da UMES, do período de 2007 a 2015; (3) sistematização do roteiro de perguntas, com a finalidade de entrevistar seus ex-integrantes, bem como indagá-los acerca das práticas estudantis disseminadas, vividas e legitimadas. As entrevistas, no entanto, foram realizadas mediante contato telefônico ou videoconferência, por meio da plataforma *Google Meet*, em razão do momento de pandemia⁷ no qual se encontrou a sociedade no ano de 2020. Elas foram gravadas e esse momento foi precedido da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual apontava sobre os benefícios e os riscos que os participantes teriam ao participar.

Outrossim, um dos primeiros passos para sua elaboração reduziu-se à tarefa mais custosa ao historiador, que, de acordo com Bloch (2001), trata-se de reunir documentos. Para tanto, contataram-se ex-diretores da entidade estudantil, professores e jornalistas residentes na cidade, não perdendo de vista que “os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência [...] deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise” (BLOCH, 2001, p. 83). Sendo assim, assumiu-se um olhar crítico em relação aos achados documentais, questionando-os a respeito de suas origens, produção e lugares nos quais foram

⁷ No ano de 2020, em meados de fevereiro, o Brasil relatou o primeiro caso da doença, que se denominou como Covid-19. Esse vírus, até a finalização dessa dissertação, contaminou mais de 8 milhões de pessoas no Brasil e matou por volta de 200 mil pessoas.

encontrados. Todavia, a respeito dos documentos consultados, é importante realçar dois pontos. O primeiro é que sua busca e consulta se deu no acervo pessoal dos ex-diretores da própria UMES, uma vez que no museu ou nos arquivos do município não foi possível encontrar qualquer registro em relação à organização estudantil, talvez pela constatação de Marochi (2016, p. 226) a respeito da ausência de uma legislação no município “definindo normas para um correto acondicionamento de seu arquivo documental”. Então, a maioria dos documentos que se trabalhou nessa dissertação se constituiu de “achados”⁸, cuja localização se encontrava de modo esparso na residência dos ex-integrantes da UMES.

Ademais, entende-se que essa pesquisa pode tornar-se uma contribuição inigualável à formação de professores, uma vez que eles poderão, por meio da história das práticas estudantis, levar adiante uma série de reflexões acerca de quem são os estudantes, com quem se relacionam e buscam ensinar os conteúdos escolares. Assim, tomar conhecimento sobre o modo como eles atuavam e se organizavam mostra-se um instrumento interessante para ajudar a entender suas práticas no tempo presente. Os professores, em razão dos eventuais resultados dessa pesquisa, em que se busca indicar a existência de peculiaridades nas agremiações nas quais seus alunos participam, não mais poderão se lançar a dar aulas com o entendimento de que inexistem diferenças no modo de fazer e pensar dos estudantes, dado que cada organização estudantil é movida por práticas extremamente particulares, porém jamais descoladas dos empreendimentos de mudanças pelas quais os estudantes parecem lutar.

As práticas estudantis, nas quais se calcula que os estudantes operam, constantemente, à espreita de uma oportunidade a fim de transformá-las em “ocasiões”, configuram-se num modo de pensar e fazer particulares, mas que, ao mesmo tempo, mostram-se inseridas numa identidade coletiva, que decorre da insatisfação frente aos poderes estabelecidos. O que os estudantes praticam nunca é menor do que suas vontades de transformar o que se mostra dado e encerrado. Com efeito, talvez seja necessário esclarecer, no entanto, que a ideia de práticas adotada para esse trabalho não se relaciona às práticas desenvolvidas no interior das escolas, o que daria tema para uma nova pesquisa igualmente interessante. A preocupação aqui colocada diz respeito às práticas estudantis no interior dos movimentos estudantis, particularmente, nesse caso, da UMES.

⁸ Adotou-se o uso do termo “achado” em razão da ausência de uma sistematização dos documentos da UMES, que se encontravam em várias pastas, sem qualquer identificação, na residência dos ex-integrantes da entidade. Alguns desses documentos também foram de fato “achados”, uma vez que foram descobertos depois de serem procurados nos cômodos dessas residências.

Não obstante, mostra-se pertinente aprofundar a noção de práticas estudantis perguntando o que elas são. Entende-se, inicialmente, que elas constituem um conjunto de táticas, das quais os estudantes utilizam a fim de avançar no campo do outro, aqui delimitado enquanto campo político, no intuito de lograr conquistas. Para tanto, como problematização dessa pesquisa, indaga-se: quais eram as práticas estudantis que se configuravam na União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais, de 2007 a 2015? Objetiva-se, assim, analisar as práticas estudantis, do período de 2007 a 2015, que se configuravam na União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais, tendo-se como objetivos específicos: (1) analisar os aspectos históricos e políticos do movimento estudantil brasileiro e, em particular, em São José dos Pinhais; (2) discutir os conceitos básicos fundantes da pesquisa; (3) examinar como se efetivavam as práticas estudantis da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais, no período de 2007 a 2015.

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos. No primeiro, discutem-se os aspectos históricos e políticos dos movimentos estudantis no país, apresentando o conceito de MECL e MEA, bem como a ideia de juventude adotada por essa pesquisa. Além disso, busca-se, nessa parte da dissertação, discutir algumas das ações empreendidas pelas entidades representativas e pelo movimento autogestionário de estudantes ante as políticas governamentais empregadas no decorrer da história, como é o caso das chamadas ocupações das escolas em 2015 e 2016. Com isso, busca-se delimitar a respeito de qual movimento a presente pesquisa se atém e a sua inserção no campo da política, o que se mostra, ao tomar a história do ME, corresponder a um traço de sua atuação, não obstante sua origem esteja no desconforto com as questões educacionais⁹. No capítulo dois, busca-se narrar a história da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais, à luz dos achados documentais, buscando-se examinar o contexto político, econômico e social no qual se situava a UMES no período de 2007 a 2015. Nesse capítulo, evidenciam-se também os conflitos, os consensos e as ações expressas pelos documentos em relação à história dessa entidade municipal de estudantes. No terceiro e último capítulo, busca-se analisar as práticas estudantis à luz dos dados coletados, apoiando-se no conceito de campo, campo político e *habitus*, de Bourdieu (2011a, 2011b, 2011c, 2019), de tática e

⁹ É evidente, no entanto, que as preocupações ou desconfortos com as questões educacionais se entrelaçam nas questões políticas ou guardam a elas um lugar de fundo importante, todavia, o que se pretende apontar é que existe um *habitus* desse campo cujos estudantes e suas organizações não absolveram totalmente, uma vez que se encontram imersos nas pautas e problemas de cunho educacional.

estratégia, de Certeau (1994, 2014), e de poder, de Foucault (1979). Também se busca aprofundar a definição do conceito de práticas estudantis.

Para tanto, optou-se pela realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, bem como apoiou-se na História Oral, sem desconsiderar que o historiador deve ocupar-se da tarefa de “compreender e fazer compreender”, como sugere Bloch (2001, p. 64). Não se pretende, outrossim, o estabelecimento de qualquer julgamento, seja acerca do que faziam, pensavam ou acreditavam os estudantes. É com base nesses dois princípios que se objetiva caminhar pela história e memória da UMES e de seus participantes.

OS ESTREVISTADOS, A ENTREVISTA E O ENTREVISTADOR

Para essa pesquisa, foram entrevistados 12 ex-integrantes da UMES, dos quais cinco eram homens e sete mulheres. Todos eles consentiram com o TCLE, declarando que estavam cientes dos objetivos do estudo.

No período em que participaram da entidade, os ex-integrantes da UMES possuíam de 12 a 17 anos de idade e encontravam-se matriculados nas escolas públicas da região. A maioria dos entrevistados ocupou um cargo na UMES, seja de secretário-geral, vice-presidente, tesoureiro ou diretor de cultura, e o ingresso de cada um deles na entidade se deu por meio de eleições, as quais se realizaram nos congressos, ocorridos de 2007 a 2015. Entretanto, um e outro entrevistado não chegou a integrar a diretoria da UMES, mas cumpriu papel de apoiador e de articulador das atividades da entidade, como o planejamento dos congressos. Desse modo, reforça-se que a escolha dos entrevistados foi realizada de acordo com o relevo de suas atuações na formação e no desenvolvimento da UMES, verificada nos documentos que se encontraram a respeito da entidade. Destaca-se também que os entrevistados não atuaram em todas as gestões observadas da UMES, já que alguns participaram por um tempo maior e outros por um tempo menor.

Optou-se por não identificar os entrevistados pelos nomes, motivo pelo qual cada é distinguido por uma letra, além de todos serem especificados como “entrevistado”, ainda que tenha havido entrevistas com mulheres. Com isso, reconhece-se que pode haver uma perda das análises em relação à participação e à impressão das mulheres, todavia, o emprego de reflexões a esse respeito levaria a considerar outros objetivos para essa pesquisa. Ademais, no decorrer de um dos tópicos desse capítulo, chama-se a atenção acerca da impressão de uma das participantes da UMES em relação ao predomínio de homens no ME e o seu mal-estar em atuar em razão dessa desigualdade.

As entrevistas foram realizadas por meio de videochamada e contato telefônico, em razão dos cuidados adotados no mundo inteiro para conter a proliferação do novo coronavírus, as quais tiveram duração média de 20 minutos. As questões que foram dirigidas aos ex-integrantes da UMES se referiam à participação e à impressão de cada um deles quanto à organização e à atuação da entidade. Foram perguntas que possibilitavam ao entrevistado contar a respeito do seu passado no ME, sem a obrigação de relatar o que sentia com um “sim” ou um “não”, ou seja, os relatos poderiam ser prolongados. Para tanto, foram tomados alguns cuidados, segundo recomenda Alberti (2005), a começar pela gravação das entrevistas, haja vista que o depoimento gravado se constitui num documento “de valor único e insubstituível [onde] as fontes de conhecimento e reflexões [encontram-se] nele imbuídas” (ALBERTI, 2005, p. 64-65). Depois, tomou-se a ideia de que na história oral existem dois autores pelo menos, segundo assinala Alberti (1996): o entrevistador e o entrevistado. “Assim, mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato [...] sobre ações passadas” (ALBERTI, 1996, p. 3). Por isso, é muito difícil conjecturar uma entrevista na qual o entrevistador não seja parte ou responsável de alguma forma pelo que é dito. De outra maneira, aquilo que se descola do entrevistado em relação a seu passado é de autoria, ainda que tácito, do entrevistador.

O processo que se deu entre quem fez a entrevista e quem a responde não só ocorreu mediante o estabelecimento de uma relação com base numa escuta, a qual se pode chamar de atenciosa, construída conjuntamente entre o entrevistado e o entrevistador, mas decorreu também do reconhecimento entre os dois da importância sobre a temática que se encontra no passado, mas que por intermédio de uma vontade mútua foi carregada ao presente. As entrevistas, sucedidas com os ex-integrantes da UMES, assentaram-se numa relação cujo ideal é que se “caminhe em direção a um diálogo informal e sincero, que permita a cumplicidade entre entrevistado e entrevistadores, à medida que ambos se engajem na reconstrução, na reflexão e na interpretação do passado” (ALBERTI, 2005, p. 102). Buscou-se, assim, a todo instante o estabelecimento dessa cumplicidade, em que ambos dividiam a confiança no que era dito a respeito do passado, uma vez que o ingresso em sua superfície se caracteriza como objeto de preocupações, atenção e guarda quase sempre com muito brio por seus detentores, porque o passado de cada um é revelador, e, ao mesmo tempo que é lépido, pode ser doloroso.

Em relação ao entrevistador, o qual é também o autor dessa dissertação, há uma observação fundamental a ser feita: ele desempenhou um papel expressivo na história da UMES. Além de ter sido o primeiro presidente dessa organização estudantil, ocupou posição significativa na vida dos entrevistados com relação à UMES, então, é possível que durante os relatos dos entrevistados aqui reproduzidos o entrevistador seja convidado a rememorar e a confirmar os eventos que se sucederam segundo os entrevistados. Como se verá, o entrevistador faz parte da história da instituição, objeto desse estudo, mas também de cada ex-integrante de alguma maneira, como ficará evidente com as entrevistas.

A posição de proximidade em que se encontra o entrevistador em relação aos entrevistados, por ocasião de sua participação na UMES, guarda algumas implicações que merecem ser analisadas, e, ocasionalmente, levadas em conta no momento da interpretação e leitura dos relatos advindos dos entrevistados. Quando o entrevistado não conhece o seu entrevistador é comum a ocorrência de episódios em que há estranhamento, o que dificulta o lançamento das impressões, percepções e compreensões acerca do vivido. Iniciar uma pesquisa, apoiada em uma relação em que ambos não se conhecem, mesmo que minimamente, torna a tarefa do pesquisador um pouco mais difícil, porque a relação entre quem pergunta e quem responde é incipiente. Todavia, isso não força a pesquisa a ser menos realizável ou mais realizável, com efeito, depende dos esforços de entrevistador e entrevistado¹⁰ em tornar esse momento uma ocasião propícia e adequada de trocas e constituição do passado, objeto com o qual ambos estão interessados.

No caso dessa pesquisa, cujo entrevistador era bem conhecido por parte dos entrevistados, observa-se, por um lado, facilidade em contatar e recolher os relatos dos ex-integrantes da UMES, como também abertura quanto ao estabelecimento de horários e tempo das entrevistas. Por outro lado, considera-se que o nível de aproximação engendra uma narrativa, por vezes, dispersa, acompanhada de relatos pouco esclarecedores quanto aos acontecimentos do passado. Conjectura-se que isso é decorrente de um encolhimento dos entrevistados em relação ao entrevistador, pois o fato de ambos terem dividido e compartilhado alguns momentos do passado é provável que desencadeie desconfiança ou medo por parte do entrevistado quanto a uma possível correção do que se sucedeu por parte do entrevistador.

¹⁰ A entrevista é um processo duplo, que se origina no pesquisador, que é quem ocupa, na maior parte dos casos, o papel de entrevistador. A consolidação de uma entrevista é, portanto, marcada pela iniciativa de alguém, contudo sempre instituída e finalizada em conjunto, entre entrevistador e entrevistado.

Desse modo, o resultado dos relatos é uma síntese, interpretação ou consideração acerca de um passado filtrado, uma vez que a presença do entrevistador, conhecido por seus entrevistados, pode acabar inibindo boa parte dos relatos, tornando-os mais tímidos. Ademais, o pesquisador, no capítulo três, também contribui com esse processo de olhar o passado e o faz complementando o relato de seus entrevistados. Importante, então, esclarecer que, além de ex-presidente da UMES, o pesquisador estudou no Colégio Estadual Costa Viana, a partir do ano de 2004, quando se mudou para o município de São José dos Pinhais. No ano de 2005, fundou, na companhia de outros colegas da escola, o Grêmio Estudantil da instituição na qual estudava e foi eleito presidente dele. Nesse mesmo ano, participou pela primeira vez de um congresso estudantil, o qual se realizou no mês de dezembro, no município de Guarapuava, no Paraná. Era o 47.º congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Antes de finalizar essa parte da introdução, resta a pergunta: afinal, quem eram os sujeitos dessa pesquisa, ex-integrantes da UMES e estudantes das escolas de São José dos Pinhais no período de 2007 a 2015? Certamente eram jovens, com idades distintas, oriundos de diferentes classes sociais e moradores de várias localidades do município. Eram jovens negros e brancos, meninas e meninos, possuidores de múltiplas personalidades, que guardavam como única semelhança o desejo de melhorar a educação na qual se encontravam sujeitados nas salas de aula.

OS CONCEITOS EM QUE SE APOIA A PESQUISA

O movimento estudantil, como se verá ao longo desse trabalho, ocupa importante papel na história da educação e da política brasileira, sendo a ele atribuída a liderança de grandes manifestações, particularmente a partir do surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Porém, pensá-lo enquanto movimento detentor de uma natureza específica, a qual parece se caracterizar segundo as particularidades de seus participantes, sugere um olhar que se atenha às suas práticas. Além disso, implica considerar que o ME atua em campos muito distintos, caracterizado por regras específicas, na quais se conformam os traços de suas organizações e participantes.

No entanto, a primeira impressão que parece ocupar a mentalidade de uma parcela das pessoas a respeito das organizações estudantis refere-se à maneira pela qual é transmitida sua atuação pelos poderes estabelecidos, quiçá a cultura dominante. Essa

percepção traduz-se na imagem de um movimento homogêneo, confinado a um determinado modo de pensar e agir, quase sempre atrelado a lutas políticas, desvinculadas das demandas locais. Para chegar ao conceito de cultura dominante, entende-se, primeiramente, como explica Bourdieu (2011a), que o mundo social se representa em forma de espaço social, no qual “os agentes e grupos de agentes” são “definidos pelas suas posições relativas neste espaço” (BOURDIEU, 2011a, p. 134), o qual é um espaço de lutas. Assim, a cultura dominante consiste na posição alcançada por um determinado grupo. Não que haja uma cultura superior à outra, “mas sim os valores tácitos atribuídos por certos grupos em posição dominante numa dada configuração social é que fazem dela a cultura legítima” (CUNHA, 2007, p. 505). O ME não me parece, contudo, o retrato que a cultura dominante em curso busca veicular, ainda que sua ideia de ME acabe obtendo muitos simpatizantes, fruto provavelmente de sua posição privilegiada no corpo social. Todavia, essa cultura que se tornou legítima não é eterna, ao contrário, é decorrente de seu temporário domínio de forças no âmbito do campo político, local que se acredita que o ME também disputa, mas que se encontra à borda, obstaculizado de lograr êxito.

Mas o que são esses campos ou campo no qual o ME se encontra e que é objeto de reflexões dessa dissertação? A fim de tentar compreender, dentre outras questões, a do porquê de as pessoas agirem como agem, Bourdieu desenvolveu uma série de reflexões no âmbito da sociologia que combinam a crítica, em especial ao economicismo das correntes marxistas, e a preocupação em interrogar o invisível, que condiciona as práticas no mundo social. O conceito de campo, o qual se configura numa das principais ideias do autor em relação à sua teoria do mundo social, pode ser interpretado como um espaço social que é “construído na base de princípios de diferenciação ou de constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado” (BOURDIEU, 2011a, p. 133-134). Para Canêdo (2017, p. 91), o campo seria “um espaço relativamente autônomo, dependente de um universo de regras, crenças e papéis próprios” (CANÊDO, 2017, p. 91). Acrescenta-se a isso que o campo, onde os agentes que nele atuam se caracterizam pelas regras que aceitam cumprir, é produzido pelas ações por meio das quais se estabelecem no seu interior, no qual os indivíduos agem “em função da aposta do campo e lutam para adquirir ou conservar o capital específico a este campo”, conforme analisam Jourdain e Naulin (2017, p. 146). Para esses autores, o campo também “pode ser descrito como um espaço de posições e de relações entre as posições dos diferentes participantes”. Todavia, conforme aponta Bourdieu (2019, p. 110), “para que um campo funcione é preciso que

haja desafios e pessoas prontas para jogar o jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, questões etc.”. Surge aqui outro conceito que se usará nessa dissertação, o *habitus*, cuja inserção nas reflexões que se empreenderão objetiva discutir a formação dos estudantes em suas organizações e como eles produzem um modo de pensar e agir muito particulares, que ajuda a identificar suas entidades.

Além disso, pondera-se como os estudantes adquirem um determinado *habitus* para ingressar no campo político, o qual lhe é inicialmente estranho. Em relação ao *habitus*, Bourdieu (2019, p. 115) define-o como “sistemas de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores [...]”, o qual se relaciona ao campo em que se encontram os indivíduos que ele ajuda a produzir, uma vez que campo e *habitus* se constituem em estruturas relacionais (MATON, 2018). Com relação ao campo político, Canêdo (2017, p. 91) sublinha que essa noção não se refere a uma preocupação de Bourdieu em investigar a política, mas de estudar o “espaço social onde se confrontam as elites políticas” e talvez por isso Bourdieu (2011b, p. 198) afirme que “dizer que há um campo político é lembrar que as pessoas que aí se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo”. Outrossim, o campo político pode ser entendido, de acordo com Bourdieu (2011a, p. 163-164), “ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento [...]”. Então, nesse campo ocorrem disputas das quais se presume que os estudantes tentam participar, ainda que eles sejam estranhos às regras e à cultura que ali é conservada.

Outros dois conceitos em que essa pesquisa se apoia referem-se à noção de estratégia e tática em Certeau (1994, 2014). De acordo com Ferraço, Soares e Alves (2018), à medida que Certeau pensou a respeito das formas que se empreendem criativamente no cotidiano, fez emergir, com base na elaboração de sua teoria acerca das práticas, em que se propunha a analisar suas lógicas, os conceitos com os quais se pretende trabalhar nessa dissertação, tática e estratégia, cujas raízes foram tomadas de empréstimo do contexto da guerrilha, guerra¹¹. Enquanto estratégia, Certeau (2014) chama

¹¹ Trata-se das reflexões quanto à polemologia sobre a qual o autor se dedicou.

[...] o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta (CERTEAU, 2014, p. 45).

Por tática, Certeau (2014) denomina

[...] um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O ‘próprio’ é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’ (CERTEAU, 2014, p. 45).

Ambos os conceitos guardam contribuições pertinentes à discussão que se empreende sobre o ME, sobretudo, no sentido de pensar a respeito da atuação de seus participantes, que tendem a buscar por meio das táticas uma posição privilegiada no campo da política. Com efeito, o que se discute ao longo dessa pesquisa é a existência de uma dada engenharia, cuja forma é encontrada nos governos que se opõem às pautas do ME e no mais íntimo das organizações estudantis em que se instala uma cisão entre os seus integrantes. Essa forma é marcada pela constituição de um lugar próprio, no qual os ocupantes se utilizam de estratégias para manter seus domínios quanto aos modos de pensar e agir. Assim, os tipos de táticas que os estudantes empregam não só se direcionam ao governo, mas também se ocupam das próprias relações, no intuito de fazer avançar uma ou outra ideia de um ou outro indivíduo/grupo que se encontram no ME, uma vez que o movimento é heterogêneo e encerra toda e qualquer manifestação individual ou de grupo. Afirmar, portanto, que os estudantes se utilizam de táticas passa por considerá-las, também, “uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (CERTEAU, 2014, p. 94), isto é, significa que os estudantes que não se ocupam de um lugar privilegiado recorrem a maneiras das mais diversas, com o intuito de driblar as relações de força, as quais se encontram em jogo e que tentam dominá-los. Buscar tornar mais claro esse processo é uma das razões de ser dessa pesquisa.

Um último conceito a ser utilizado na dissertação, que ocupa lugar importante na compreensão das relações que se estabeleceram entre os estudantes, diz respeito ao

conceito de poder, para o qual se adota a noção de Foucault (1979), a qual se distancia da perspectiva de poder que se vincula, exclusivamente, aos aparelhos do Estado. Desse modo, o poder “passa[ria] por canais muito mais sutis, [...] muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder” (FOUCAULT, 1979, p. 160). Em razão disso, Lynch (2018, p. 26), ao tomar essa teoria¹² em Foucault, analisa que o poder, de acordo com esse autor, é onipresente, “isto é, que o poder [se constituiria enquanto] coextensivo com o campo das relações sociais”, o que “não significa que o poder funcione como uma armadilha ou gaiola, mas apenas que ele está presente em todas as nossas relações sociais, mesmo as mais íntimas e igualitárias”. Por esse motivo, não é possível afirmar que o poder se encontra nas mãos de um grupo determinado ou unicamente nas mãos de uma pessoa, mesmo porque “o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é o produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidades, movimentos, desejos, forças” (FOUCAULT, 1979, p. 161-162). O poder atravessa as relações e, no caso dessa dissertação, que se infiltra nas práticas dos estudantes, fica evidente, à medida que os estudantes se revezam nas posições em que ocupam nas suas organizações, que “o poder emerge em relações e interações, o poder não é possuído, mas exercido” (LYNCH, 2018, p. 35). Ainda de acordo com Foucault (1979),

[...] o poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Nos movimentos estudantis, a exemplo da entidade que se pretende analisar, presume-se que o poder não só circula entre os seus participantes, como também ganha

¹² O próprio Lynch (2018), no entanto, chama a atenção a respeito da reprovação de Foucault quanto ao termo “teoria”, preferindo muitas vezes a ideia de análise do poder, porque, segundo Lynch (2018, p. 25), ele, Foucault, “estava relutante em fazer qualquer afirmação de um entendimento permanente ou completo do mundo em que vivemos”.

formas desiguais segundo o indivíduo que o exerce. O poder é amplificado ou reduzido conforme os indivíduos que por ele são atravessados, embora seja a síntese do conjunto dos que se encontram envolvidos, formando uma rede, como apontou o texto de Foucault: o poder é revezado e constituído por marcas dos que o exerceram. Mais à frente, pretende-se mostrar que o poder foi exercido não só por uma pessoa, mas por vários integrantes, os quais também a ele se submeteram.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PAÍS

Este primeiro capítulo discute os aspectos históricos da formação do ME no Brasil, assinalando as leis, as mobilizações e os posicionamentos políticos que ajudaram a conformar o movimento durante as últimas décadas. Além disso, aponta-se a existência de uma dicotomização quanto à forma de organização do ME a partir do século XXI. Com a crise de representação que se instalou nas entidades estudantis situadas no MECL, como a UNE e a UBES, e a expansão da internet, seguida do aparecimento das “redes sociais”¹³, vê-se emergir no país um novo tipo de ME, o qual se denominará de ME autogestionário, que se caracterizou pela dispensa da estrutura hierárquica das organizações clássicas e desprendimento dos partidos políticos¹⁴, não obstante o desaparecimento integral dos partidos seja difícil de sustentar, mormente pela natureza política com a qual os partidos e o ME se acham entrelaçados.

Esse estudo, porém, não se refere ao MEA, ainda que o debate a seu respeito seja tratado como fundamental, especialmente no momento de acentuar as diferenças que se estabeleceram no decorrer dos anos no interior do ME. Ademais, a discussão que se apresenta nesse capítulo entre o MECL e MEA não se encerra em identificar a diversidade que, às vezes, separa-os, mas em delimitar o lugar no qual se encontra a UMES, a saber: dentro de um conjunto de ações, estrutura e modos de atuar que se localizam no MECL, ainda que isso não signifique de modo automático que uma organização seja igual à outra em razão de sua condição de vínculo às entidades clássicas, como as reflexões sobre o ME a seguir intentam demonstrar. O argumento enquadra-se justamente em apontar que, mesmo uma organização estudantil cuja forma se remeta ao movimento clássico, apresenta práticas não homogêneas. Ao contrário, as *práticas estudantis* residem na diversidade, na novidade e muitas vezes na incerteza quanto ao seu êxito.

¹³ Entende-se, nesse caso, como “redes sociais” a interação entre grupos e indivíduos por meio de plataformas ou páginas veiculadas na internet.

¹⁴ Convém assinalar que o envolvimento dos partidos políticos no ME não se configura num problema, conquanto seja, na maioria dos casos, tomada num sentido nocivo. Com efeito, entende-se que seja ruim apenas quando se sucede a instrumentalização dos estudantes a favor dos interesses de apenas um partido, em que se coloque em xeque a autonomia e/ou liberdade da organização estudantil, seja desmantelando a estrutura do MECL ou sabotando o processo de organização inscrito no MEA.

Também é objetivo do presente capítulo apontar o deslocamento dos estudantes e suas organizações entre o campo educacional e o campo político. Isso, contudo, não funciona como uma linha reta, igual à maioria das competições de corrida, em que se inicia de uma determinada localidade a fim de cruzar outro ponto, a linha de chegada. Com efeito, esse deslocamento é similar a um balanço, que se caracteriza por ir e voltar de acordo com o impulso que lhe é dado. Dessa forma, sair de um campo para ingressar em outro não só é uma ação que se observou no decorrer da história do ME, como também é um recurso por meio do qual se garantiu aos estudantes a visibilidade de suas reivindicações, conquistas e lutas. Então, suspeita-se que o deslocamento de dentro da escola, na qual se encontram os grêmios estudantis¹⁵, para fora, em que se ocupa um lugar no âmbito da política, é a grande questão que torna as organizações estudantis mais fortes e reconhecidas, uma vez que é por meio do campo político que os estudantes disputam as visões que atravessam o mundo social, com a finalidade de estabelecer a sua própria visão. As organizações estudantis fazem isso, contudo, à medida que rompem o que Bourdieu (2011a, p. 165) classificou como efeito censura, produzido pelo campo político, que tende a “limitar o universo do discurso político e, por esse modo, o universo daquilo que é pensável politicamente”. Essa discussão se insere, centralmente, em relação à tentativa de que os “de fora” do campo em questão empreendem para nele atuar. Nesse capítulo, conforme se desenvolvem as análises em torno da história do ME, ficam muito evidentes as preocupações, primeiro, com a educação e depois com as questões políticas, nas quais o movimento tenta ocupar um papel mais destacado.

1.1 PREAMBULANDO SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Os movimentos estudantis, inicialmente, podem ser compreendidos como movimentos educacionais, porque relacionados à escola, cujo local se atém à transmissão de uma dada cultura, preocupam-se com a aquisição dos saberes a eles destinados por essa instituição. Tratam-se esses movimentos, também, como sociais, uma vez que, para Gohn (2015, p. 13), eles se constituem em “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Do mesmo modo, para Melucci (1989, p. 57), o conceito de movimento social define-se como “uma forma de ação coletiva”. Com efeito, para esse autor, configura-se movimento social tão somente à medida que sua ação coletiva estiver “baseada na

¹⁵ O Grêmio Estudantil é uma organização de estudantes que os representa no interior das escolas.

solidariedade”. A respeito dessa interpretação, do ME enquanto parte dos movimentos sociais, acredita-se que ocorra, no entanto, porque há não só uma identificação dos estudantes com as causas sociais, que incidem sobre toda a população, mas também em virtude da inserção ou tentativa de inserir-se no campo da política, no qual as preocupações parecem se pulverizar entre todas as áreas da vida social.

Portanto, reconhecer o ME como um movimento social e não somente enquanto um movimento educacional significa reconhecê-lo como força do campo político ou pelo menos como força que habita suas beiradas, com o objetivo de ali permanecer. Resolvida essa questão, muito em virtude das relações de enfiamento, disputas e tensões com o Estado, partidos e com a sociedade em geral, que o ME acaba por estabelecer, tratar-se-á de o compreender, também, como um movimento pautado na diversidade de seus participantes.

O ME, no âmbito dos movimentos educacionais e sociais, também pode caracterizar-se como movimento plural, por meio do qual se expressam inúmeros grupos, que “se potencializam no cotidiano da condição estudantil” (MESQUITA, 2003, p. 120). Dito de outra maneira, o movimento corresponde à não limitação desse às suas “organizações estudantis e formais” e refere-se enquanto movimento heterogêneo, que recusa o convite por meio do qual busca estabelecê-lo como movimento uniforme, em que seus participantes se dissolveriam no coletivo. Assim, acredita-se que “não exista um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam” (MESQUITA, 2003, p. 120), conformado por sujeitos diversos, com disposições, histórias e perspectivas diferentes. São adolescentes e jovens de origens sociais distintas, inscritos nas múltiplas concepções políticas, formados pela cultura que os atravessa e os une. Dessa forma, observa-se que os estudantes se organizam, associam-se, mobilizam-se e atuam mediante seus interesses e reivindicações independentemente de qualquer corpo burocrático no qual, por puro formalismo, acabam prescrevendo a si mesmos como legítimo.

Nessa perspectiva, de entender o movimento estudantil como um *movimento de movimentos*, inevitavelmente amplo, construído com base nas realidades estudantis notoriamente distintas, as quais estão assentadas sob uma determinada cultura, é que talvez seja mais adequado não só falar em movimentos, mas em *redes de movimento* ou *áreas de movimento*, como sugere Melucci (1989, p. 60), que podem ser definidas como “uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva”. O

surgimento desses conceitos, para o autor, indica não só que os movimentos mudam suas formas de organização, mas também que se tornam muito diferentes das organizações políticas tradicionais, ou melhor, clássicas.

Em razão disso, faz-se interessante refletir sobre as práticas de diferentes grupos inscritos no movimento estudantil, que possibilitam afirmar a sua qualidade como movimento plural, e, ao mesmo tempo, que possibilitam afirmar, por vezes, o seu contrário: a percepção enquanto movimento unitário. Por movimento plural, entende-se o conjunto de organizações empreendidas por inúmeros estudantes, em que suas ações se localizam fora da ótica centralizadora, quase sempre observada no chamado MECL. Quanto a movimento unitário, entende-se como a maioria do MECL, no qual as práticas estudantis parecem se enquadrar dentro de um ritual e modos de fazer uniforme. Importa reiterar, contudo, que o MECL, conquanto se ache num contexto mais rígido – estruturalmente hierarquizado, inserido numa dinâmica bem mais regrada – em relação à forma de se organizar, não é, automaticamente, composto por indivíduos iguais, com os mesmos ideais, características físicas ou maneiras de se comportar. Ao que tudo indica, há uma cultura no ME que independe do seu formato de organização, que a confirma enquanto “rede de movimentos”. A partir disso, pode-se conjecturar, por exemplo, a possibilidade de haver mudanças das práticas entre os movimentos, por ocasião das características dos jovens engajados, como interesse organizativo e maturidade dos sujeitos, uma vez que “os grupos de jovens são cada vez mais heterogêneos e fragmentados”, os quais atentam para “reinvindicações de caráter cotidiano e imediato, distantes das grandes causas revolucionárias” (MORTADA, 2009, p. 377) observadas em meados do século XX.

Sobre a questão da juventude, convém assinalar que a sua delimitação pela idade é arbitrária, como analisou Bourdieu (2019). Para Sposito (2017, p. 243), essa arbitrariedade em relação à divisão das idades, segundo a leitura a respeito da temática juventude em Bourdieu, é precisa, uma vez que “as fronteiras entre os grupos etários são objeto de disputa nas formações sociais”. Assim, propõe-se que “sejam consideradas as diferenças entre os jovens a partir de suas posições sociais em espaços sociais desiguais, o que levaria a uma necessária pluralidade no estudo desses segmentos” (SPOSITO, 2017, p. 243). Partindo dessa perspectiva, a compreensão acerca de quais jovens se envolvem no ME deveria, sobretudo, olhar com cuidado o lugar de onde se originam esses jovens e, de algum modo, ocupar-se de compreender como cada um deles atua em espaços desiguais,

em que não se encontram jovens da mesma origem e que ocupem a mesma posição social. É evidente que um estudo dessa envergadura implicaria um nível de acompanhamento mais extenso acerca dos jovens que se encontram no ME, coisa que não se fez nessa pesquisa, todavia seria interessante observar os resultados desse eventual empreendimento, o qual, certamente, revelaria que as práticas dos estudantes repercutem a síntese das lutas que travam os estudantes, decorrentes de origens e posições sociais muito diversificadas, no ME. Por ora, cabe apontar e sedimentar a noção de jovens. Dayrell (2003), no sentido de pensar os jovens e seus modos de agir e ser, esclarece que para

[...] construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

Dessa forma, demanda, segundo argumenta o autor, destacar “a noção de juventudes no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes”, que correspondem, de acordo com Dayrell (2003), à influência do “meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DAYRELL, 2003, p. 42). Não obstante essa definição de juventudes seja fundamental para realçar a diversidade com a qual o presente estudo enxerga os estudantes, diversidade que os identifica, relaciona-os e estabelece-os em suas organizações, as redes de movimento estudantil não se encerram nos alunos do ensino médio ou dos anos finais do ensino fundamental. Apesar de não ser objeto dessa dissertação, sublinha-se que cada vez mais o ME, por meio dos grêmios estudantis, tem sido ocupado pelas crianças, estudantes do ensino fundamental dos anos iniciais, que, embora não sejam jovens, também se constituem como um grupo culturalmente diversificado e igualmente competente, capaz de pensar, elaborar, reivindicar e decidir o que deseja para sua escola e sociedade.

Outra questão importante a ser discutida em relação ao movimento estudantil centra-se na crise pela qual atravessam suas organizações, que parecem enfrentar uma inquietante debilidade em “aglutinar boa parte dos estudantes, seja na realização de suas assembleias, seja nas passeatas etc.” (MESQUITA, 2003, p. 121). Esse cenário, quiçá renitente, faz com que algumas reflexões se revelem fundamentais, como é o caso da

crítica elaborada por Mesquita (2003, p. 123), que alerta quanto à ausência de um “elo identitário”, o qual consistiria num elemento crucial de “mediação entre o ideário do movimento estudantil e as aspirações estudantis”.

Para explicar essa crise, identificada pela ausência do “elo identitário”, pode-se iniciar considerando, conforme analisa Simão (2015), o processo de burocratização vivido pelas organizações estudantis, particularmente durante os períodos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), que resultou no “abandono da tática das mobilizações e no afastamento da base” (SIMÃO, 2015, p. 115)¹⁶. De alguma forma, pode-se dizer que isso ocorreu à medida que essas organizações se descolaram do plano das reivindicações a partir das aspirações estudantis localizadas na base, isto é, nas realidades estudantis, para atuar no plano da negociação desenrolada, exclusivamente, entre os dirigentes dessas organizações, em boa parte situados fora da base, e o governo.

Discute-se, assim, a existência, de um lado, do MECL, conhecido por sua

[...] estrutura organizativa [, a qual], talvez seja, a forma mais conhecida e identificada pelos estudantes e a sociedade em geral; por seu histórico, por sua maior visibilidade, por sua ‘pulverização’ na base, por sua tradição, por sua continuação através do tempo. Consolidada através das entidades, o modelo estrutural do movimento estudantil clássico tem sofrido algumas adaptações através da incorporação de secretarias, do surgimento de outros espaços tanto do tipo consultivo como deliberativo, entre outros. Porém, sua ‘espinha dorsal’ tem sido a mesma desde sua criação (MESQUITA, 2006, p. 264).

E, do outro, do MEA, tomado como movimento que se institui ao largo das entidades estudantis. Ambas – MECL e MEA –, no entanto, não se configuram em completo numa antítese uma da outra, pelo contrário, guardam objetivos em comum e muitas vezes se retroalimentam, fortalecendo suas lutas e contribuindo para que os estudantes sejam ouvidos, conquanto suas maneiras de organização se achem divergentes. Groppo (2006) cita alguns exemplos de ocupação levadas a efeito pelos estudantes, como o maio francês de 1968, em que foram criadas assembleias permanentes e inúmeras comissões, bem similar às ocupações que ocorreram no Brasil em 2015 e 2016, nas quais se estabeleceram práticas autogestionárias, compreendidas segundo “a gestão de uma coletividade por ela mesma” (VICENTINI, 2000, p. 30, *apud* GROPPPO, 2006, p. 9).

¹⁶ Destaca-se que o processo de burocratização do ME não é um fenômeno decorrente da chegada do PT ao poder, tampouco é um feito dos governos de espectro político mais à esquerda. O artigo de Braghini e Cameski (2015) mostra como o ME de “direita”, nos anos de 1960, apresentou-se como apoiador do novo governo, engendrando uma atuação em consonância com seus ideais.

Segundo analisa o autor, a ocupação “oferecia a oportunidade de os estudantes pensarem e agirem como uma comunidade criativa, em que autogestão era menos uma meta consciente e mais um exercício cotidiano não assumido” (GROPPO, 2006, p. 64). Em relação a esse formato de organização do ME¹⁷, experimentado ao menos desde os anos de 1960, e, no Brasil, mais recentemente, Mesquita (2003) aponta para “o surgimento de uma nova socialidade militante”, a qual se contrapõe “às práticas mais tradicionais da militância dos estudantes, reprodutora de um comportamento institucionalizado” (MESQUITA, 2003, p. 135). De acordo com o autor, parece haver um “distanciamento entre estudantes e entidades”, mormente por ocasião das limitadas estratégias, oriundas do modo de fazer política dessa militância inscrita no MECL. Porém, não se pode sugerir, automaticamente, que toda e qualquer ação decorrente das entidades do MECL seja grifada pelo distanciamento dos estudantes, ainda que sua maioria se encontre distante das aspirações estudantis situadas, sobretudo, em meio aos desejos de uma escola melhor. É preciso, no entanto, cogitar que toda *performance* guarda contingências, que contradita o discurso totalizante das práticas, seja dos indivíduos ou de instituições.

O movimento estudantil convive com outros pontos importantes de serem discutidos nesse estudo, dentre os quais, a sua atuação no campo político, já apontada no início desse capítulo. Sobre isso, segue-se o entendimento de campo político de Bourdieu (2011a), “ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 2011a, p. 164). Apoiado nesse autor, pode-se dizer que os movimentos estudantis atuam para “manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos” e o fazem a fim de promover uma mobilização, que requer “elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos” (BOURDIEU, 2011a, p. 174), na intenção de lograr mais adeptos às suas pautas, uma vez que as conquistas de qualquer movimento social estão relacionadas à força com a qual reivindicam determinada bandeira. Em outras palavras, ainda que fossem donos de ótimas propostas, os movimentos só emplacam suas ideias caso amparados por um número grande de adeptos, cujo apoio se mostre capaz de transformar as relações de força.

¹⁷ Há outras características além das ocupações que formam ou vêm formando uma nova forma de se organizar o ME, como a articulação por meio da internet das mobilizações estudantis, sem a figura de um líder.

Retornando ao debate no qual se examinava a pretensa dicotomia entre os movimentos estudantis clássicos e autogestionários, observa-se que, embora as práticas entre eles, fundamentalmente no tocante ao seu modo de organizar-se, diferenciem-nos, elas também os identificam. A questão de fundo apresenta-se então em saber como garantir que o “elo identitário” não se perca entre os que ocupam papel de liderança e as “aspirações estudantis”, pois na iminência de uma conquista desencadeada pelas mobilizações dos “movimentos”, todos os estudantes serão beneficiados, quer seja em relação à educação, nos seus diferentes níveis de ensino, ou em relação aos ganhos na vida social, como emprego ou outras oportunidades, definidas quase sempre por intermédio da política.

1.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

A história do Movimento Estudantil no Brasil encontra-se narrada a partir do final do século XVIII, quando se registra a primeira manifestação estudantil, em que um conjunto de estudantes agiu contra a invasão francesa no Rio de Janeiro, em 1870 (POERNER, 2004). Nesse ínterim, que se estende até os anos de 1900, outras manifestações foram registradas, mas nada comparado ao que viria a ser, mais tarde, esse movimento no país.

Para Poerner (2004), até o início do século XX, as manifestações estudantis eram caracterizadas como “dispersas e caóticas” (POERNER, 2004, p. 78). Segundo o autor, a forma como conhecemos o Movimento Estudantil brasileiro, hoje, nasce apenas em 1937, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que alcança a centralização. “É com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional” (POERNER, 2004, p. 53). No entanto, até lá, observam-se algumas tentativas de organização nesses moldes, como no caso do I Congresso Nacional de Estudantes, ocorrido em São Paulo, em 1910, e a campanha pela fundação da Federação de Estudantes Brasileiros, lançada em 1924.

Após 1930, o movimento estudantil aos poucos, com suas tentativas de criação duma organização para além da regionalidade de suas atuações, originaria as condições políticas que mais à frente desembocariam na formação da UNE. A respeito desse período, Mendes Junior (1981) destaca, no entanto, que “até 1937, as entidades estudantis surgidas pecavam, ou por possuírem um caráter local, carecendo, pois, de expressividade nacional,

ou por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas vezes sem deixar qualquer rastro” (MENDES JUNIOR, 1981, p. 35).

O início da UNE consolida-se ao mesmo tempo em que ocorre a instauração do Estado Novo, resultante do Golpe de Estado. Nas palavras de Mendes Junior (1981, p. 36), a UNE nasce, portanto, “sob o signo da luta pela democracia”. Com o seu advento, os estudantes brasileiros exercem papel mais acentuado na política brasileira, e até 1964, quando se inicia a ditadura civil-militar, que pôs fim à sede da entidade e perseguiu deliberadamente suas lideranças, tendo a UNE contribuído ativamente em inúmeras campanhas, como a do “Petróleo é nosso”, na década de 50, e a “Campanha pela legalidade”, na década de 60, que consistia na defesa da posse de João Goulart, uma vez que Jânio Quadros havia renunciado à presidência da República.

Nos anos seguintes, a contar de 1964, o movimento estudantil brasileiro, segundo analisa Santana (2007, p. 61), passou a ser considerado pelo regime corrente, uma das maiores forças oposicionistas, em razão de “sua capacidade de mobilização popular e suas manifestações reivindicatórias anteriores”. Para Poerner (2004), “a história da UNE e do movimento estudantil se confunde, a partir de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil” (POERNER, 2004, p. 202).

O movimento estudantil brasileiro, salteado pela política repressiva, expressa em diferentes episódios, acaba destacando-se na luta contra a ditadura. Num desses acontecimentos, Sanfelice (2008) relata que “enquanto o MEC firmava acordo, em 23 de junho de 1965, com a *United States Agency for International Development* (USAID), para a implantação da reforma universitária, o ministro da Educação se especializava em aterrorizar o movimento” (SANFELICE, 2008, p. 368). Não à toa, a partir de 1968, com a invasão, por parte da polícia, do 30.º Congresso da UNE, ocorrido em Ibiúna-SP, o movimento estudantil é levado à clandestinidade. Nesse mesmo ano, em dezembro, foi publicado o Ato Institucional número cinco (AI -5), que dentre seus objetivos previa, no artigo 5.º, item III, a “proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política” (BRASIL, 1968).

Outra questão que merece destaque a respeito da história do movimento estudantil durante o período da ditadura civil-militar, de 1964 a 1985, refere-se à sua posição naquilo que Braggio (2013) denominou de “tendência nacionalista” na emergência do golpe. Para a autora, um dos motivos que levou à perseguição das entidades representativas estudantis se

deu em virtude da defesa que fizeram em torno das reformas de base¹⁸, defendidas pelo presidente João Goulart, o qual foi deposto em março de 1964, ainda que, como esclarece Baggio (2013), ele tenha transitado entre a esquerda e a direita, uma vez que prometia a promulgação das reformas e, ao mesmo tempo, prorrogava-as, conquanto tenha no final sido identificado como um político de esquerda, o que ocorreu no dia 13 de março de 1964, num comício realizado

[...] em frente a Central do Brasil no Rio de Janeiro, onde o presidente Goulart, pressionado pelas esquerdas decidiu lançar-se para ela e abandonar sua posição até então indefinida. Para cerca de 150 mil pessoas, declaradamente optou pela defesa de uma política direta ao povo e pela implantação imediata das reformas de base, assinando neste mesmo dia dois decretos, um desapropriando as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais e outro encampando as refinarias particulares de petróleo [...] (BRAGGIO, 2013, p. 53).

Braggio (2013) assinala, também, que esse golpe cívico-militar representou a expressão máxima da ideologia de Segurança Nacional, que, de acordo com ela, foi elaborada pelos militares. Para Comblin (1980, p. 17), a “doutrina de segurança nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos”, em que “a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a resposta a tudo”. Além disso, o autor realça que, para essa doutrina, a guerra contra o comunismo reside ao fundo de suas elaborações, que se encerram no contexto da ideia de uma “guerra fria” permanente. Brito (2008) mostra que a posição da UNE em se colocar a favor das reformas originou uma série de ataques contra a organização, empreendidas em especial por uma “elite” que conspirava contra o governo de Goulart. Assim, logo após o golpe, o movimento estudantil, atrelado à sua entidade representativa mais expressiva, passou a ser alvo da ditadura, que no primeiro dia de abril incendiou a sede da UNE.

Apesar de um longo período marcado pela tortura e pela supressão dos direitos políticos de parte da população, a ditadura chegou ao seu fim em meados da década de 1980, todavia, com um movimento estudantil que, ao ressurgir às ruas já no final da década de 1970, como mostra Poerner (2004), encabeçava com outros movimentos a campanha pelas “Diretas Já”, em 1983 a 1984. É importante destacar que o período que antecede a esse movimento por eleições diretas é tomado pela definição dos estudantes em articular suas organizações representativas (NEVES, 2016). Além disso, durante a transição que se

¹⁸ As reformas de base constituíram um conjunto de reformas de caráter estrutural propostas pelo presidente João Goulart: reforma universitária, reforma agrária, reforma fiscal, reforma eleitoral etc.

colocava para a democracia, os estudantes adotaram, de acordo com Lacerda (2011, p. 5), uma pauta “dupla de lutas: por um lado lutava pelas liberdades democráticas, seguindo orientações de grupos de esquerda que nele atuavam; por outro, lutava pela reconstrução da UNE”. É nesse momento, mais especificadamente em 1979, que se redonda a refundação da UNE, num de seus congressos chamado de “Reconstrução”, em maio daquele ano, no município de Salvador, Bahia.

Com a democratização do país e as transformações decorrentes “do desmantelamento brutal do movimento estudantil dos anos 60” e a emergência de outra configuração social, enfrentada pelos jovens brasileiros, “bastante diferenciada de seus contextos relacionais e culturais” (MISCHE, 1997, p. 143) dos anos anteriores, nota-se, conforme analisa Mische (1997, p. 143), “que as universidades – e o movimento estudantil – já não se constituem como os centros da vida cultural e política juvenil”. Ainda de acordo com a autora, “com a crise da esquerda, o fim da ditadura como fator unificador e a abertura de espaços alternativos para participação política, o movimento estudantil perde seu monopólio na mobilização juvenil” (MISCHE, 1997, p. 143), concedendo espaço a outros movimentos de jovens, os quais se destacariam nas manifestações ocorridas em 1992, a favor do *impeachment* do então presidente Fernando Collor, cuja organização, no entanto, contou também com a participação das agremiações estudantis, inscritas no chamado MECL.

A respeito desse momento, ficaram bem conhecidos naquele período os chamados “caras pintadas”, que se referiam, de acordo com Santos (2018, p. 16), “a um aglomerado de jovens”, cuja liderança era desempenhada pelas entidades representativas de estudantes. Sublinha-se que esse “aglomerado de jovens” foram, segundo analisa Mische (1997, p. 136), “atores privilegiados em uma mobilização da sociedade civil e política contra o governo [...]”, isto é, eles se achavam como uma espécie de “porta-vozes” de uma indignação que se alastrava pelo corpo social. Com efeito, esse papel foi admitido pelos “caras pintadas” e mesmo que “a massa estudantil não conhecesse (literalmente) as entidades, foram estas que lançaram [...] a campanha pela saída do Presidente [...]” (SANTOS, 2018, p. 84). Vê-se, assim, que as organizações representativas de estudantes não se colocaram desde o início como os dirigentes das manifestações, mas foram ocupando o lugar de relevância no decorrer das mobilizações a favor do “Fora Collor”.

O quadro político no qual se encontrava o país antes dos protestos que pediam o *impeachment* do então presidente Collor foi marcado pelo início do formato de Estado

neoliberal no Brasil, em que se defenderam as privatizações das empresas estatais e terceirizações do serviço público como forma de solucionar “as mazelas do Estado ao mesmo tempo em que promoveria o desenvolvimento econômico e a inserção do Brasil no mundo moderno e globalizado” (SANTOS, 2018, p. 102). Todavia, mesmo entre os apoiadores de Collor, havia uma resistência ao projeto de “modernização” com o qual o então presidente acenou ao empresariado internacional, particularmente por parte dos empresários nacionais (SANTOS, 2018). Somado a isso, outras características podem ser atribuídas ao governo do ex-presidente Collor, como “os altos índices de desemprego e inflação, [...] as denúncias de corrupção e de práticas clientelistas e patrimonialistas, além de políticas econômicas ineficientes na superação da hiperinflação” (SANTOS, 2018, p. 85). Para Yanaguita (2011), em relação à educação, viu-se o estabelecimento da ideia do compartilhamento de responsabilidades iguais entre governo, sociedade e iniciativas privadas, “reforçando a ideia de que essa articulação com o setor empresarial traria benefícios à nação brasileira, logrando, certamente, êxito na infraestrutura econômica, tecnológica e educacional” (YANAGUITA, 2011, p. 4). Então, de acordo com a análise de Santos (2018), o movimento estudantil não apenas se colocava contrário à política educacional que se buscou implementar no governo Collor, mas o alvo de suas manifestações eram “as políticas neoliberais que estavam sendo encaminhadas [...], apoiad[as] num grande esquema de corrupção que colocava em risco a democracia recém-instaurada” (SANTOS, 2018, p. 211).

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que vão de 1995 a 2002, nos quais a agenda neoliberalizante tem continuidade, as entidades estudantis, lideradas pela União Nacional dos Estudantes e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, colocaram-se em oposição às propostas governistas, por considerarem, segundo analisa Poerner (2004), que FHC representava uma agenda de privatizações dos serviços públicos e “redução de direitos e conquistas sociais e trabalhistas” (POERNER, 2004, p. 302). No entanto, com a eleição de Lula, e mais tarde de Dilma Rousseff¹⁹, a maioria dos movimentos estudantis passou a ocupar uma posição diferente em relação ao governo. Dessa vez, boa parte das agremiações estudantis não se achava ao largo das prioridades governamentais, como fica constatado numa matéria da Folha de São Paulo, feita por Sander (2007), em que Lula se comprometeu a ajudar na reconstrução da sede da UNE,

¹⁹ Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil no ano de 2010. Ela ocupou o cargo de presidente do país até 2016, quando sofreu um processo de *impeachment*, muito discutido quanto à sua legitimidade, um ano depois do último congresso que se verificou da UMES.

incendiada no primeiro dia após o golpe cívico-militar em 1964. Aliás, a reconstrução da sede se apresentava como um dos grandes desejos da entidade. De acordo com a notícia,

[...] o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu ajudar a UNE (União Nacional dos Estudantes) a reconstruir sua sede no Rio, incendiada e demolida na ditadura militar. A proposta do governo, que deve ser apresentada a líderes estudantis nas próximas semanas, é articular uma ação no Congresso para destinar R\$ 9 milhões do Orçamento Geral da União às obras, o que cobriria parte do projeto. Segundo integrantes do governo, estima-se que o custo total do projeto, doado à UNE pelo arquiteto Oscar Niemeyer, fique próximo dos R\$ 40 milhões. Está prevista a construção de um centro cultural e de um prédio de 13 andares (SANDER, 2007, n.p.).

Em outra notícia, publicada pelo *site* “Rede Brasil Atual”, em dezembro de 2010, assinada por Isabela Vieira, veiculou-se que o então presidente Lula iria comparecer no município do Rio de Janeiro para o lançamento da pedra fundamental do novo prédio da UNE. Com isso, observa-se que as agremiações estudantis obtiveram atenção dos governos petistas, quiçá, em primeiro lugar, pela identificação mais à esquerda do espectro político entre os dirigentes do movimento, as pautas de suas entidades e o governo. E, possivelmente, em segundo lugar, por ocasião do entendimento quanto à importância de contribuir para o restabelecimento da sede da UNE, já que as organizações representativas de estudantes seriam fundamentais para tornar visíveis suas demandas.

A relação entre os governos petistas²⁰ e os movimentos estudantis, em especial suas agremiações, como a UNE e a UBES, experienciaram, fundamentalmente, um cenário de colaboração, conforme o *site* da UNE sugere, quando afirma que

[...] o resultado da atuação da entidade e do debate sobre a reforma [, em meados do início dos anos 2000,] foi a criação, junto ao governo federal, de programas como o ProUni, que garante bolsas em universidades particulares para estudantes de baixa renda, e o Reuni, programa de expansão das vagas em universidades públicas (UNE, 2021, n.p.).

Em certa medida, com essas conquistas, as entidades se enxergaram sendo reconhecidas pelo governo, ao mesmo tempo em que ocupavam os espaços institucionais por ele concedidos, talvez na perspectiva de, por dentro, contribuir para a melhoria da educação e a vida dos jovens. Há, então, o aparecimento, fruto de uma correspondência complexa, no âmbito da política, entre as agremiações estudantis e o governo, embora não inédito, de uma imagem, inclusive difundida pelos próprios militantes estudantis, acerca do

²⁰ Esse termo é atribuído a quem é filiado ao Partido dos Trabalhadores, organização político-partidária surgida no ano de 1980, designada a esquerda do espectro político brasileiro.

MECL, como “burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado”, conforme demonstra Mesquita (2003). Essas e outras representações, de algum modo, cristalizaram-se, segundo o autor, “enquanto justificativas do distanciamento entre os estudantes e suas entidades” (MESQUITA, 2003, p. 122). Convém afirmar que essa imagem é decorrente, de algum modo, do afastamento em relação à preocupação das entidades, e seus dirigentes, com a “base”, decerto empreendido por sua preocupação em lograr as bandeiras do ME por dentro da estrutura governamental, a qual se encontrou por bom tempo liderada pelos presidentes simpáticos às causas dos estudantes e suas agremiações.

Esse efeito, ilustrado pela dicotomização da atuação dos estudantes, em que uma parte se encontra na base, isto é, nas salas de aula, e a outra na direção das entidades, origina-se um intrincado jogo de relações de força, desenrolado em virtude das diferenças de interesse que perpassam, muitas vezes, as direções das agremiações estudantis e os estudantes que se encontram na “base”. Isso fez com que a UNE, por exemplo, deixasse o campo de oposição, “para [ocupar] uma relação de colaboração e negociação com o governo” (PAIVA, 2011, p. 158), que a permitisse não mais lutar por fora das estruturas do Estado, mas por dentro, com o apoio do governo federal daquele período.

Cosme (2016) e Corrêa (2013), embora discutam a temática dos movimentos sociais do campo, apontam a existência, em alguma medida, de estreitas relações de parte desses movimentos com os governos petistas, muitas vezes evidenciado pelo ingresso na máquina estatal, “ao ceder militantes para ocuparem cargos administrativos” (COSME, 2016, p. 328). Como discutido anteriormente, esse processo em que ambos se veem um no outro, em razão do compartilhamento de projetos societários provavelmente similares, é uma dinâmica, acredita-se, da política, portanto, que não se constitui, necessariamente, em um problema. É ordinário nesse campo o desencadeamento de trocas na busca de apoios a fim de que um contribua com o outro na conquista de lugares mais privilegiados no referido campo. Trata-se a cada momento, conforme destaca Bourdieu (2011), de tentar converter a relação de forças em curso.

No entanto, esse processo teria ocasionado, dentre algumas consequências, duas fundamentais, “o refluxo das ações de luta e mobilização e, mais grave, a cooptação de alguns movimentos e organizações sociais” (COSME, 2016, p. 328). Entende-se que em função do ME e quiçá dos movimentos sociais terem obtido parte de suas pautas históricas, houve, em algum momento, certa oscilação quanto ao lugar que deveriam ocupar em

relação ao governo, acarretando, numa dada circunstância, o estagnamento dos movimentos. Para Corrêa (2013), essa neutralização, que também pode ser estendida para as análises sobre o esvaziamento das mobilizações estudantis, pode ter sido ocasionada pela “combinação da ilusão na recuperação do crescimento que levaria o Brasil para o primeiro mundo e na transferência direta de renda pela generalização de programas sociais” (CORRÊA, 2013, p. 53), o que decorreu, portanto, numa transformação dos movimentos sociais em “meros apoiadores das decisões partidárias e programas governamentais, esvaziando as possibilidades de uma relação baseada na crítica [...]” (FERRAZ, 2019, p. 359). Entretanto, não dá para deixar de cogitar que a adesão das entidades ao governo talvez tenha significado uma possibilidade, certamente mais concreta, de garantir que suas aspirações fossem efetivadas, embora isso tenha, em certa medida, significado a perda do seu poder de mobilização, haja vista a desvinculação das entidades e seus dirigentes das “aspirações estudantis”.

Os anos de 2000 marcaram, então, certo esgotamento do movimento estudantil ora denominado como clássico, pelo que parece, por duas razões. A primeira diz respeito ao seu aparelhamento com as pautas dos governos, mormente do governo federal, distanciando-se das “aspirações estudantis”, ou seja, das reivindicações concretas oriundas das mais diversas regiões do país. Calcula-se que esse aparelhamento, contudo, não tenha se dado, unicamente, a partir de uma intenção governista para obter mais apoio da sociedade, mas permitido por parte do ME, no intuito de lograr a conquista de suas pautas. Esse plano, no entanto, acabou por exprimir, também, outra face, a do fechamento de uma parcela dos dirigentes e das entidades estudantis ao formalismo de suas reivindicações, em detrimento das grandes manifestações de ruas, quase sempre conduzidas pelas críticas aos governos. Por segundo, em razão da centralização e burocratização que se instaurou nas entidades representativas, que, ao se afastaram de suas “bases”, acabaram por se fechar em si, atendendo apenas a uma restrita parcela dos estudantes. Assim, ao que tudo indica, com o advento das “redes sociais” e a necessidade de fazer chegar aos governos, sejam eles municipais, estaduais ou o governo federal, as reclamações estudantis, uma vez que suas entidades não mais o podiam fazer chegar, já que essas se encontravam justamente nos governos, os movimentos estudantis ganharam novos contornos, com particularidades diferentes daquelas com as quais se costumou identificá-los no começo da década de 1990. A essa nova forma de organizar-se e atuar dos movimentos tem-se denominado de autogestionários.

1.3 OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS CLÁSSICOS E AUTOGESTIONÁRIOS: REFLEXÕES E CRÍTICAS

Os movimentos estudantis denominados como clássicos podem ser remetidos à atuação das entidades representativas, como a UNE e a UBES. Além disso, eles guardam algumas características, resultantes da forma como se organizam e se inserem na sociedade, que se resumem a dois pontos: a hierarquização de suas instituições, isto é, existe uma estrutura em que se define quem ocupa a posição de “chefia” ou de “subordinado”, ainda que se anuncie o caráter coletivo com o qual se determina as ações dessas agremiações; e o ingresso de seus participantes em partidos políticos ou a entrada dos partidos políticos nessas entidades. No estudo de Neves (2013), fica evidente como os partidos políticos contribuíram para a história da UNE e como os “antigos membros de organizações de esquerda desempenharam uma importante função na recomposição das entidades estudantis, compondo as chamadas ‘tendências’ que [mais tarde] comandariam os estudantes e os levariam às lutas políticas” (NEVES, 2013, p. 92). Algumas matérias jornalísticas, durante a década de 1990, viriam a reforçar isso. De acordo com Gaspar (1997), num texto publicado em julho de 1997, no jornal “Folha de São Paulo”, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), partido político situado à “esquerda” no Brasil, teria aumentado o seu domínio na UNE.

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) aumentou seu poderio na UNE (União Nacional de Estudantes), entidade que domina há sete anos. O partido e seus aliados (parte do PT, PDT, PSB, PCB e PPS) ficaram com 10 dos 11 cargos da executiva, que tem mandato de dois anos. Dos outros 40 cargos da diretoria, a coligação ficou com 30. O outro cargo da executiva ficou com o PSTU (partido com origem na antiga Convergência Socialista, que fazia parte do PT), que obteve 216 votos, segunda maior votação. Devido a uma manobra que afastou parte dos opositores, como a ala à esquerda do PT, o chamado ‘chapão’ conseguiu o voto de 1.521 dos 1.972 delegados que permaneceram até a madrugada de ontem no congresso da entidade, em Belo Horizonte. Havia 3.500 delegados inscritos para votar, mas as discussões e as debandadas (...) fizeram esse número cair para os 1.972 votantes. Ricardo Cappelli, 25, aluno do terceiro ano de processamento de dados na Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, é o novo presidente da UNE. Amigo do agora deputado federal Lindbergh Farias (presidente da entidade de julho de 92 a julho de 93), ele é o quinto presidente consecutivo da UNE filiado ao PC do B. Para Cappelli, o maior inimigo da UNE é o governo Fernando Henrique, que quer dividir a entidade. João Amazonas, presidente nacional do PC do B, é seu ídolo político (GASPAR, 1997, n.p.).

No texto acima, é possível observar como o movimento estudantil acabou se confundindo em algum momento com os partidos políticos²¹, que, conforme apontou a matéria jornalística, disputavam a presidência da UNE, a qual deveria se colocar, segundo o presidente eleito naquele momento, contrária ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que, segundo Poerner (2004), era tomado pelos estudantes como o representante da retomada de um projeto neoliberal, testemunhado no início da década de 90 com as políticas empregadas pelo ex-presidente Collor. Em abril de 1993, outra matéria publicada no jornal Folha de São Paulo noticiou o acirramento da disputa pela presidência da UNE, revelando uma estreita relação entre o movimento estudantil e os partidos políticos, particularmente de “esquerda”, o que viria a contribuir com a ideia de que o movimento de estudantes é de “esquerda” ou que seus participantes são unicamente de “esquerda”.

Termina hoje na UNICAMP, em Campinas, o encontro do Conselho Nacional das Entidades Gerais (CONEG), que reúne delegados da UNE (União Nacional dos Estudantes) e elabora o regimento para o congresso da entidade. Duas frentes vão disputar a presidência da UNE no congresso em junho. Uma é liderada pelo atual presidente, Lindbergh Faria, ligado ao PCdoB, que quer eleições indiretas na entidade. O outro grupo é ligado ao PT. A ala petista fundou o Movimento UNE-Democrática (MUD), que defende a realização de eleições diretas para a diretoria da UNE. O grupo ligado a Lindbergh Farias acusa a ala petista de querer usar a UNE para apoiar a campanha de Lula à presidência [...] (ACERVO FOLHA DE SÃO PAULO, 1993, n.p.).

As duas notícias acima indicam uma compatibilização com a análise feita por Neves (2013), a respeito da incorporação dos dirigentes de esquerda na reorganização da UNE, e como isso os levou a direcionar a política dessa entidade. Se na primeira notícia o PCdoB reunia forças contra o ex-presidente FHC, na segunda, o mesmo partido denunciava a tentativa do PT de direcionar a UNE para apoiar Lula, que na época tentava pela segunda vez ser candidato a presidente da República.

Desde então, ainda que o envolvimento dos partidos políticos com o movimento estudantil não date, necessariamente, do início dos anos de 1990, suas organizações se encontram atravessadas pelas ideias e formas de se organizar e atuar desses partidos, apoiando ou recusando projetos partidários específicos, embora isso quase sempre não seja assumido explicitamente. Para um dos ex-presidentes da UNE, em matéria publicada no

²¹ Reforça-se que o envolvimento dos partidos políticos no ME não é em si um problema, porque sua inserção é constitutiva, muitas vezes, de percepções mais críticas e do engajamento dos estudantes em relação ao mundo social.

portal de notícias “Vermelho”, do mês de julho de 2007, “os partidos sempre atuaram na UNE, desde os anos 60 e 70, no auge do movimento. A presença deles não impede a preservação da autonomia do movimento” (VERMELHO, 2007). Em outras palavras, mesmo admitindo a presença dos partidos, o ex-presidente acredita, no entanto, que isso não interfere no comportamento da organização. Entretanto, parte da literatura aponta que o esgotamento que atravessou os movimentos estudantis clássicos, em especial nos anos de 2000, foi ocasionado, em certa medida, pelo afastamento e pela burocratização das entidades, obstaculizando sua presença e atendimento aos mais diferentes estudantes, independentemente do local onde moram ou de que posição política defendam, sobretudo porque optou-se, unicamente, em converter a relação de forças a seu favor, no âmbito do campo político, por dentro do governo, ocupando, como efeito dessa definição, como demonstra Ferraz (2019), num estudo sobre a desmobilização dos movimentos sociais, cargos de confiança e espaço nas empresas estatais.

Não cabe, no entanto, a essa pesquisa analisar se o envolvimento dos partidos tem levado os estudantes brasileiros a conquistarem ou não suas pautas, tampouco é objeto dela analisar de que forma o envolvimento dos partidos políticos no movimento estudantil tem acarretado a aproximação ou o afastamento dos estudantes em suas organizações. Todavia, o que se pode afirmar é que se tornou uma característica dos movimentos estudantis clássicos a atuação dos partidos políticos em seu meio, o que parece se diferenciar dos movimentos estudantis autogestionários, ainda que não seja possível a defesa por completo da ausência dos partidos em seus meios. Talvez deva haver, em um momento ou em outro, estudantes filiados a um partido, mas por ocasião da inexistência de uma entidade para chamar de sua, os partidos políticos não se envolvem tanto como se vê na UNE, UBES ou em outras organizações que se enquadram nos chamados movimentos estudantis tradicionais. Desse modo, pode-se dizer que os movimentos estudantis clássicos se referem a organizações quase sempre hierárquicas, nas quais seus participantes ocupam funções determinadas e se veem de algum modo ligados a instituições partidárias, o que não quer dizer que isso seja ruim, mas que possuem um determinado modo de agir e pensar, o qual, suspeita-se, ser diferentes dos chamados movimentos autogestionários.

Antes de discutir mais precisamente o que se entende por ME autogestionário, torna-se fundamental assinalar que, independentemente da aproximação entre partidos políticos e as organizações ou manifestações estudantis, ambos, MECL e MEA, parecem lograr espaços cada vez maiores nesse “campo de lutas a respeito de um campo de lutas e

da representação legítima dessas lutas” (BOURDIEU, 2011a, p. 202), definido segundo Bourdieu (2011a) como “campo político”. As práticas que cada perspectiva de movimento adota não os ausenta de posicionar-se diante de questões que se decidem no âmbito da política. Embora o modo como os movimentos estudantis atuam seja, muitas vezes, diversificado, seus empreendimentos, como se tem observado, são ou constituem-se numa espécie de reação e reivindicação das ações que se definem num campo em que as disputas “são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes” (BOURDIEU, 2011b, p. 206). Essa ideia-força mede-se, contudo, “pela força de mobilização que encerram, pela força do grupo que a reconhece” (CANÊDO, 2017, p. 92). Por isso, não à toa o ME se lança às manifestações de rua, quase sempre com uma quantidade relevante de estudantes, quiçá porque por meio dos protestos é medida a sua capacidade de mobilização e, por óbvio, de intervenção na cena política.

Em relação a esses movimentos de estudantes, denominados autogestionários, é importante destacar, além da ausência de uma estrutura hierarquizada, a forma pela qual eles vêm se constituindo na luta a favor de suas pautas. Brito (2018), ao estudar as ocupações dos estudantes paulistas em 2015, chama a atenção quanto ao caráter histórico e particular dessas manifestações, atribuindo-lhes uma capacidade de expressar uma “multiplicidade de formas organizativas” e de renovação constante (BRITO, 2018, p. 176), o que parece se constituir numa novidade no âmbito da organização estudantil, se bem que afirmar isso possa ser um risco, uma vez que as ocupações, como bem apontou o próprio autor, guardam experiências históricas no Chile e no movimento operário.

As ocupações de 2015 nas escolas da rede estadual paulista de ensino e em 2016, iniciadas no Paraná, no município de São José dos Pinhais, revelam o que Mesquita (2003, p. 120) apontou quanto à pluralidade do movimento estudantil, o qual é “capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam na condição estudantil”, ou seja, é possível pensar os movimentos estudantis não só como práticas que se apresentam numa estrutura ligada às entidades historicamente constituídas, que gozam de força em razão das suas lutas do passado, mas também como atuações que se dão de formas mais horizontais e democráticas. Isso não quer dizer, contudo, que nos chamados movimentos clássicos a democracia não seja possível, porém pensá-la numa estrutura hierarquizada exige novos esforços. Os movimentos estudantis autogestionários podem ser definidos como movimentos mais horizontais, em que seus participantes, na maior parte dos casos, não

possuem filiação partidária, porém possuem posições políticas definidas, como foi o caso das ocupações, que se formaram por ocasião das discordâncias políticas diante das reformas governamentais.

1.4 ASPECTO INSTITUCIONAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Com a redemocratização do país, numerosas foram as medidas que se implementaram a fim de extinguir as tentativas de regresso à censura e à repressão que se acentuaram no país durante a ditadura civil militar em 1964-1985. A Lei n.º 7.398, de 4 de novembro de 1985, que se implementou no governo de José Sarney²², a quem coube a tarefa de garantir a transição da ditadura para a democracia, conhecida como a “Lei do Grêmio Livre”, é um dos exemplos de dispositivo legal que se promulgou logo que se encerrou o período ditatorial. Essa lei ajudou a findar de alguma maneira os anos que a antecederam, em que o ME foi colocado sob a tutela dos governos de exceção, conforme se pode observar por meio do Decreto-Lei n.º 228, de 28 de fevereiro de 1967, o qual “reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências”, e que determinou a proibição “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL, 1967, n.p.). Essa determinação do Estado brasileiro, o qual se encontrava, segundo a análise de Cavalcante Júnior (2007, p. 19), “aparelhado pelos militares e pelas mais reacionárias formas de pensamento”, objetivava não somente minguar as forças que se colocavam como oposição ao governo, mas também dar ao ME a pecha de um movimento ilegal. Na verdade, de acordo com a referida legislação, era permitida a existência de organizações estudantis, desde que, no entanto, tivessem por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;

²² José Sarney assumiu a Presidência da República, indicado pelo congresso, após o falecimento de Tancredo Neves.

- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas (BRASIL, 1967, n.p.).

Com isso, desvela-se uma intenção dos que se instauram no Estado em definir quem e quais os grupos que poderiam se manifestar na vida social. Não bastava empreender nas ruas a proibição das vozes, condutas e o pensamento dos opositores, era preciso que o interdito fosse legítimo, legal. Desse modo, sucedeu-se nesse período a promulgação de outras legislações que miravam o estabelecimento de uma só voz no âmbito da política. Aliás, a política que se cultivava era no sentido de minar o próprio campo do qual ela se ocupava, pois a ideia de campo político, no qual se apoiam as reflexões dessa dissertação, refere-se a um espaço no qual as disputas só ocorrem à medida que seus jogadores comungam das mesmas regras, sobretudo, porque “dizer que há um campo político é lembrar que as pessoas que aí se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo” (BOURDIEU, 2011b, p. 198). Portanto, a promulgação de leis que intentam retirar do jogo o jogador por quem se guarda uma aversão é uma tentativa de exercer o domínio por completo de todas as forças em disputa sem que o jogo seja jogado, pois não é possível conjecturar um jogo no qual se joga sem adversários, isto é, consigo mesmo.

Para refletir a respeito da legislação que toma o ME como objeto, adotou-se pressuposto similar ao que Miguel (2006) assinalou sobre o estudo da legislação no âmbito da história da educação. De acordo com a autora, a legislação pode ser “percebida enquanto conjunto das leis possíveis em determinada sociedade, em dado momento histórico e produto do jogo de forças presentes no aparelho de Estado” (MIGUEL, 2006, p. 10). Entende-se que a legislação, à exceção dos contextos em que há governos ditatoriais, nos quais a sua elaboração é pautada pela exclusão e concebida quase que por um grupo homogêneo, é produto de uma complexa relação entre os que atuam no âmbito da política e os que residem na sua borda, pressionando a promulgação de leis que correspondam às suas demandas sociais, culturais, econômicas e políticas.

A “Lei do Grêmio Livre” é consequência desse cenário, no qual atuaram inúmeras forças e por meio das quais se engendram conquistas e também retrocessos sociais. Cabe, no entanto, uma ressalva: o processo de transição para a democracia, no caso brasileiro, o qual foi marcado pela tentativa de parte dos militares em controlar as discussões e o

andamento da passagem de um regime político para outro, foi precedido da adoção de “uma política de abertura [...] que mesclava medidas liberalizantes e repressivas” (LACERDA, 2011, p. 2). Para Lacerda (2011, p. 2), no entanto, a sociedade civil, que se reorganizou, “promoveu inúmeras ações de pressão ao regime [da ditadura], alargando os limites da abertura”, o que talvez explique a promulgação do texto da “Lei do Grêmio Livre” como uma medida liberalizante, que a ditadura não conseguiu conter em virtude da mobilização da sociedade civil e do próprio ME.

Portanto, a lei que se promulgou no início da redemocratização do país a respeito do ME assegurava, em primeiro lugar, “aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus [...] a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, desportivas e sociais” (BRASIL, 1985, n.p.). Embora nesse trecho o aspecto da participação política dos estudantes não tenha ficado muito evidente, acredita-se que o seu resultado é decorrente da síntese que se apresentou como possível entre as forças que se encontravam em discussão naquele momento. Sobre o contexto em que se deu o surgimento dessa lei, a qual insere o ME novamente na legalidade, Schinemann (2015) considera que “com a entrada de Geisel em 1974, houve todo um discurso de abertura política que deu continuidade com seu sucessor Figueiredo”, e que, “a partir de 77, os estudantes secundaristas já se manifesta[vam], mas de modo isolado, em suas cidades, na luta pelos grêmios livres” (SCHINEMANN, 2015 p. 80), o que incorreu, ainda assim, numa mobilização que contribuiu para a emersão de uma legislação que garantisse a livre organização estudantil.

O texto da “Lei do Grêmio Livre”, além de asseverar a organização dos estudantes, estabeleceu o modelo por meio do qual se deveria seguir para fundar um Grêmio Estudantil, além do caminho pelo qual se escolheria os seus dirigentes. Por Grêmio Estudantil entende-se o que Martins (2010, p. 61) definiu como um local “possibilitador de experiências participativas” (MARTINS, 2010, p. 61). E, de fato, a formação de Grêmios Estudantis nas escolas leva os seus integrantes a pensarem, discutirem e refletirem a respeito de suas ações, além de forçá-los a uma experiência participativa no que diz respeito à gestão da escola, reuniões e outros momentos que ocorrem no interior das instituições de ensino. Nos parágrafos segundo e terceiro da lei em questão, determina-se que

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante observando-se no que couber, as normas da legislação eleitoral (BRASIL, 1985).

Em face do que se encontra inscrito na legislação acima, depreende-se que os estudantes deveriam se organizar por intermédio de um protocolo, o qual se origina a partir do momento em que se determinou a formação de uma assembleia, imbuída de aprovar um estatuto. Embora a legislação não aponte a necessidade de outros documentos, ela imprime uma preocupação que se observa no mundo adulto: dificilmente os jovens, durante o período em que frequentavam o ensino médio ou o ensino fundamental, atentavam-se quanto à preservação e ao registro de suas reuniões e documentos, bem como ao cumprimento de um protocolo em específico. Segundo considera Mendes (2011, p. 84), “os jovens têm aversão ao mundo burocratizado, relacionado com o mundo adulto que influencia no jeito jovem de organização e fazer política”, e acrescenta-se a isso que a recusa ou por vezes o aceite das condutas empregadas pelos adultos tem a ver com o processo no qual esses jovens se encontram de descobrimento e descortinamento das possibilidades “em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 112). Isso quer dizer que as juventudes guardam uma lógica muito própria que se modifica ou intensifica mediante a experiência na qual se impregnam. Longe de ser algo natural, essa relação com aquilo que se vive não se realiza de maneira automática, mas de forma questionadora e curiosa, que resiste e, ao mesmo tempo, cede às novas possibilidades que a vida os apresenta.

Desse modo, apesar de constituir-se numa conquista dos estudantes, a legislação do “Grêmio Livre” fez emergir um dilema, que merece ocupar um lugar mais bem posicionado nas discussões em torno do ME, o qual se refere à falta de familiaridade dos estudantes com a formulação de estatutos, atas ou procedimentos de caráter jurídico. Se, por um lado, isso pode acarretar a curiosidade e, por consequência, o interesse dos estudantes, por outro, pode levá-los a se afastarem do ME. Ademais, por ocasião dessa falta de aproximação com algumas noções acerca da elaboração de um estatuto ou mesmo sobre as regras que caracterizam um registro mais formal, acredita-se que a escola era levada, e ainda pode ser levada, a incorrer num voto tipo tutela, não só em relação à

política, mas também quanto às demais atividades do Grêmio. Nessa perspectiva, a inclusão ou a modificação de parágrafos, capítulos ou sessões do estatuto estaria condicionada ao aceite do adulto a quem os estudantes pediram ajuda.

É evidente, no entanto, que um Grêmio Estudantil não é exatamente o que seu estatuto, apoiado nas legislações, determina. Como analisam Dayrell e Martins (2013), embora seja comum, quando se pensa numa associação, que os seus integrantes vão organizar reuniões “marcadas por um calendário preestabelecido e com horário predeterminado, com pauta para assuntos a serem discutidos, ata durante a reunião, sala própria para encontros, discussões e guarda dos documentos em locais apropriados”, o Grêmio Estudantil obedece a uma lógica que “tende a não se enquadrar em uma lógica burocratizada [...] ou seja, os jovens [criam] um ritmo particular, uma dinâmica e organização próprias” (DAYRELL; MARTINS, 2013, p. 1269-1270). Por esse motivo, presume-se que os estatutos sejam um documento mais protocolar, o qual, na maioria dos casos, não reflete as ações empreendidas pelos estudantes, uma vez que seus modos de atuar decorrem por vezes do pensamento que seus integrantes desenvolvem, criam e cultivam.

Sobre isso, realçam-se as possibilidades que a legislação que se promulgou no Paraná, em 1995, deu aos estudantes quanto à sua organização. Na Lei Estadual n.º 11.057, de 17 de janeiro de 1995, promulgada pelo então governador Jaime Lerner, por meio da qual se “assegura, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, públicos e privados, no Estado do Paraná, a livre organização de grêmios estudantis”, estabeleceu-se que “é de competência exclusiva dos estudantes a definição das formas, dos critérios, dos estatutos e demais questões referentes à organização dos grêmios estudantis” (PARANÁ, 1995, n.p.). Então, apesar da lei de âmbito nacional, observa-se que com a legislação estadual os estudantes não precisavam, necessariamente, pensar num único critério de organização, como a sujeição ao que se observava no estatuto. Ao que parece, a lei estadual permitia que os próprios estudantes formassem as maneiras com as quais se organizavam, embora isso não furtasse os Grêmios da obrigação de possuir um estatuto. Com efeito, a legislação do “Grêmio Livre” o coloca como uma instituição legal, cuja organização é regulada por um estatuto, todavia, como sinaliza Mendes (2011, p. 83), “no dia a dia da agremiação, os jovens elaboram suas próprias regras de respeito e convivência”. Em face disso, o estatuto acaba sendo utilizado nas ocasiões em que se realizam as eleições da entidade estudantil,

por exemplo, “quando, em alguns momentos, reportam-se ao estatuto para definir a comissão eleitoral e outros detalhes” (MENDES, 2011, p. 83-84).

Nessa mesma lei, é possível verificar, também, que se determina a proibição de “qualquer interferência estatal e/ou particular nos grêmios estudantis, que prejudique suas atividades, dificultando ou impedindo o seu livre funcionamento” (PARANÁ, 1995, n.p.), garantindo, portanto, a livre articulação entre os estudantes a respeito de suas bandeiras, pautas culturais, esportivas e posicionamentos políticos no interior das escolas, muito diferente do que se observou no final da década de 1960, em que somente “poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividades se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor” (BRASIL, 1967, n.p.). Destaca-se aqui a diferença de concepções em relação às organizações estudantis, considerando-se as legislações nos dois períodos: enquanto uma pressupunha o controle das ações do ME, direcionando o que seus membros deveriam fazer, a outra permitia que os Grêmios fossem de fato dirigidos pelos próprios estudantes, sem qualquer tipo de tutela.

Para finalizar a discussão em torno das legislações a respeito do ME, concorda-se com Miguel (2006, p. 11) quando afirma que “a legislação educacional pode ser considerada uma das fontes que estimula reflexões e auxilia a compreensão de tendências, continuidade e rupturas do sistema educacional brasileiro”. No caso das reflexões que se desenrolaram até aqui, ficam muito claras as transformações em relação à visão acerca da organização estudantil no decorrer da história, em especial no tocante à noção de liberdade que as atravessava, muito provavelmente em virtude do novo momento político em que o país vivia, de opção pela democracia. Depois da promulgação da Constituição de 1988, outras legislações surgem, a fim de reiterar a “Lei do Grêmio Livre”, além da lei estadual que se discutiu anteriormente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhece o direito de crianças e adolescentes participarem de entidades estudantis. Em São José dos Pinhais, também existe uma legislação, a Lei n.º 632, de 29 de outubro de 2004, que “disciplina a organização do sistema municipal de ensino”, em que se garante, no capítulo II, quando se trata da gestão democrática do ensino público do município, “a liberdade de organização dos segmentos da comunidade escolar, em colegiado, associações ou outra formas” (SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, 2004, n.p.), mesmo que não se refira à constituição de Grêmios Estudantis ou à possibilidade de os estudantes se organizarem em

uma entidade em nível municipal, como foi o caso da UMES. Essa legislação, como as demais, garante a liberdade dos estudantes de organizarem sua própria associação.

2 OLHANDO OS DOCUMENTOS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DA UMES

Este capítulo, apoiado nos documentos que foram encontrados em relação ao período de 2007 a 2015 da UMES, tem por finalidade discutir a formação dessa organização e a atuação de seus integrantes, realçando o contexto no qual se inserem, o município de São José dos Pinhais, local no qual se situava a UMES; as condições políticas e econômicas precedentes de sua fundação e as ideias e a forma com as quais se organizava a entidade. A maior parte dos documentos que se analisou, no entanto, não se achava em arquivos institucionais ou formais com os quais a maioria dos historiadores está acostumada a trabalhar. Nesse caso, o arquivo que se consultou, analisou e pesquisou foi o acervo pessoal, o qual se pode definir “como o conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultados de uma atividade profissional ou cultural específica” (VIDAL, 2007, p. 6). O acesso a esses arquivos e os desafios que neles se encontraram para refletir sobre os estudantes e a sua atuação na UMES não se dissemelharam do cuidado e da observação crítica quanto aos arquivos que testemunham os historiadores da educação, como discutido por Anjos (2018, p. 289), que chama a atenção quanto à necessidade de os pesquisadores desenvolverem “uma certa imaginação histórica e sensibilidade de pesquisa, que [o] ajudem a reencontrar, nas caixas dos arquivos, as contradições presentes nas experiências que este, mesmo à revelia, permite acessar”.

É preciso, então, driblar quase sempre os arquivos bem organizados, prontos para pôr em tela a história que se deseja por quem ordena o arquivo, a fim de apanhar não só a parte destacada do que se viveu, mas também as entrelinhas, só percebidas segundo a incorporação de um olhar crítico. Nesse capítulo, busca-se também, a partir dos autores em que se apoia essa pesquisa, analisar as manifestações que se vislumbraram por meio dos documentos dos estudantes que integravam a UMES, suas concepções, objetivos e formas de se organizar, presentes em notícias veiculadas na imprensa local e regional e nos documentos achados da entidade, partindo do princípio empregado por Certeau (2012, p. 251) de que “somente uma ação dá a conhecer aquilo que estava oculto na opacidade da vida social”, ou seja, o texto adiante, ao se interessar pelas ações dos estudantes, reservadas por entre os documentos ainda não analisados, põe em relevo uma cultura, uma prática estudantil há muito tempo escamoteada pela história a respeito do município de São José dos Pinhais.

2.1 A FORMAÇÃO POLÍTICA E EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Nos primeiros anos do século XXI, o município de São José dos Pinhais, localizado ao leste do estado do Paraná, hoje pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, encontrava-se sob uma intensa transformação social e política, decorrente do novo perfil econômico que se consolidava por ocasião do crescimento industrial e comercial, iniciado mais precisamente a partir da década de 1960, com a flexibilização e o estabelecimento da isenção de impostos à indústria (MAROCHI, 2016). Essa medida, empreendida pelo governo municipal, tinha como função beneficiar o serviço público, uma vez que a implantação de novas indústrias geraria o aumento da arrecadação dos recursos e o surgimento de novos empregos (MAROCHI, 2016). Esse processo reflete, no entanto, a história recente do município, mas que guarda raízes nas mudanças, preocupações e ações levadas a cabo por seus habitantes desde o século XVIII, época em que se estabeleceu a freguesia de São José dos Pinhais.

O Brasil, no começo do século XVIII, experimentou de forma rápida e intensa o deslocamento de sua população ao interior de seu território, ocorrido em razão do descobrimento de ouro nas regiões centrais do país, como nas localidades de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Esse movimento, contudo, possuiu curta duração, pois as minas de ouro começaram a demonstrar sinais de esgotamento em meados dos anos de 1700, resultando no processo de renascimento do litoral, fenômeno esse de retomada da corrente de povoamento na costa brasileira e de reocupação da primazia da agricultura (PRADO JR., 2011). Todavia, as incursões pelo continente acumulam outros numerosos episódios, que concorrem à expansão de suas fronteiras, datados do início do século XVI, sendo eles, de acordo com Prado Jr. (2011, p. 36), “o bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas”.

O mesmo autor analisa, no entanto, que o processo de povoamento do interior, decorrente em especial da mineração no século XVII, que impeliu, anos mais tarde, um “arranco brusco, do litoral para o coração do continente” (PRADO JR., 2011, p. 55), sucedeu-se sem uma contiguidade, acarretando no surgimento de núcleos de mineradores muito distantes “dos pontos de partida das correntes migratórias”, dimanando nesses espaços intermediários “o deserto que só raras vias de comunicação atravessa[vam]” (PRADO JR., 2011, p. 55). Assim forma-se, a partir da distribuição irregular de ocupação da faixa costeira, determinada, sobretudo, pelos fatores naturais que caracterizavam o

litoral brasileiro, particularmente do Rio de Janeiro ao sul do país, a exemplo da dificuldade em atravessar a Serra do Mar, o povoado de São Paulo, lugarejo marcado pelo tímido avanço oriundo do litoral sobre o continente na metade do século XVI e que se desenvolveu por ocasião de sua localização, a qual se encontrava no caminho das minas de ouro na região central do país.

A expansão à hinterlândia constituiu-se, então, num processo que se definiu, particularmente, não apenas pelo assenhoreamento de novas terras, mas em razão da instalação das rotas de exploração do ouro e circulação de pessoas determinadas “a encontrar no interior rude e perigoso o objetivo de sua[s] vida[s]”, segundo analisa Nadalin (2001, p. 36). Além disso, esse autor considera a evolução do ingresso no aglomerado de florestas, morros e sertão uma “migração espontânea caracteristicamente de [...] saque à natureza, propiciado pela combinação de dois estímulos, encontrar o ouro e a caça ao índio” (NADALIN, 2001, p. 37). Com isso, a formação de pequenos povoados, os quais se comportavam, na boa parte dos casos, como pontes de acesso às regiões de mineração, foram aos poucos tornando-se núcleos de povoamento, embora esse efeito tenha se consolidado, em vários territórios espalhados pelo Brasil, devido à expansão das fazendas de gado, em que a atividade de mineração se mostrava insignificante, conforme explica Prado Jr. (2011).

Nesse contexto em que se fundamentou o desenvolvimento do sul do país, encontravam-se as pretensões portuguesas de ampliação do seu domínio, delineado pela “conversão dos índios em mercadoria escrava” e o “propósito explícito de levar [a sua] hegemonia até o rio da Prata” (RIBEIRO, 1995, p. 411). No entanto, a respeito do povoamento da região em que hoje se situa o Paraná, pode-se afirmar que se deu em razão da irradiação de dois núcleos em meados do século XVII, como analisa Nadalin (2001). De acordo com o autor, “o primeiro [refere-se] às iniciativas vindas do Rio de Janeiro [e o] segundo concerne ao papel dos bandeirantes paulistas [...]” (NADALIN, 2001, p. 37). Esse último, incentivado pela “necessidade de mão de obra escrava para o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar” (p. 40), enquanto o primeiro se destacava nos esforços para descobrir eventuais focos de exploração de ouro. Para Nadalin (2001), essa questão se relaciona ao plano português, em especial de expansão de seus lucros e ampliação de seu domínio, no qual o Rio de Janeiro era o principal executor.

O ingresso levado a efeito pelas expedições na Serra do Mar paranaense, guiado pelos rios que a percorriam, foi empreendido a partir de Paranaguá e representou não só a

instalação de um novo local cujo crescimento se deu em razão da busca pelo ouro e a caça aos índios, esse último empreendido, principalmente, pelos bandeirantes, conhecidos por suas “ações arrojadas que o levaram a vencer o isolamento do planalto, a promover a integração regional e a descobrir a riqueza por excelência – o ouro [...]” (BLAJ, 2000, p. 240), mas também uma série de acontecimentos, entre os quais se destacam o surgimento de Curitiba nos fins do século XVII e a fundação dos demais arraiais ao seu redor já no início dos anos de 1700, como é o caso do arraial de São José dos Pinhais.

Para Marochi (2016), embora não haja documentos suficientes que revelem, de modo mais preciso, a origem do arraial são-joseense, é possível que seu aparecimento se devesse ao estabelecimento da exploração do ouro na região. De acordo com ela, o Arraial²³ Grande, nome dado ao povoado de São José dos Pinhais durante o século XVIII, pode ser encontrado em documentos cujo teor contempla “o recolhimento de impostos sobre a exploração do ouro e do comércio de produtos diversos que por ali circulavam” (MAROCHI, 2016, p. 29).

Com a exaustão da atividade aurífera, em consequência dos poucos rendimentos comparados ao número de minas de ouro existentes, os grupos que viviam, em especial, no litoral paranaense, decidiram explorar o pastoreio, tornando o Paraná, por um lado, um lugar marcado pela lavoura, porto e comércio, e por outro pela criação de gado (NADALIN, 2001). A respeito dessa nova configuração em que se encontrava a região, Prado Jr. (2011) analisa que a pecuária, com a agricultura e mais tarde a extração da erva-mate, estimulou a colonização do Paraná. É nesse período, o qual se inscreve no século XVIII, que a região de São José dos Pinhais se torna uma freguesia²⁴, condição designada pelo modelo de organização administrativa que se observava em boa parte da Europa, inclusive em Portugal.

A freguesia de São José dos Pinhais encontrou, no entanto, muitas dificuldades para lograr boa administração, particularmente em razão do seu grande território e da esparsa disposição de sua população na região. Além disso, esse período se caracterizou pelo escasso número de plantações e pela pequena utilização de animais como meio de

²³ “Em diversos locais em que foram descobertos ouro ou pedras preciosas, surgiram os chamados ‘arraiais’. Dentro do modelo administrativo português da época, os arraiais não possuíam uma estrutura administrativa preestabelecida. Eram povoações simples e pequenas, geralmente sem a presença de uma autoridade local reconhecida pelos representantes da metrópole” (MAROCHI, 2016, p. 27).

²⁴ “Quando do início da colonização brasileira, as freguesias representavam uma circunscrição eclesiástica que formavam uma paróquia, isto é, as terras formadoras de uma freguesia estavam juridicionadas a uma igreja paroquial” (MAROCHI, 2016, p. 33).

transporte e serviços em geral, e, também, pela sujeição à Câmara Municipal de Curitiba, instituição essa a que São José dos Pinhais ficou subordinada até o ano de 1853 (MAROCHI, 2016). O início do século XIX, marcado pela chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, ajudou a engendrar uma série de modificações, cujos efeitos contribuíram para o alcance da independência do país em 1822. De acordo com Marochi (2016, p. 100), as discussões em torno desse processo não se circunscreviam apenas em relação ao Brasil, mas também ecoavam no seu interior, nas mais diferentes regiões, dentre elas o Paraná, onde, “liderada por moradores de Paranaguá e Curitiba, [sua] população [...] começou analisar as possibilidades de separação da então capitania de São Paulo”. Ainda segundo essa autora, a primeira solicitação de “desligamento da capitania de São Paulo ocorreu no dia 6 de julho de 1811, e ela partiu da Câmara Municipal da Vila de Paranaguá” (MAROCHI, 2016, p. 100), que alegou, segundo Trindade e Andreazza (2001), falta de interesse do governo paulista pela região paranaense, a qual se encontrava, muito provavelmente em virtude desse motivo, na miséria.

Em 1852, depois de um período atrelado às decisões políticas dos dirigentes do povoado de Curitiba, ocorreu a emancipação de São José dos Pinhais, decretada pelo então vice-presidente da província de São Paulo, o que certamente se deu em razão das reivindicações que se intensificaram a respeito do estabelecimento da província do Paraná (MAROCHI, 2016), bandeira que se justificou por ocasião do “crescimento populacional” (MAROCHI, 2016, p. 106), e também, no tocante à educação, à insuficiência de recursos oriundos de São Paulo, como analisa Wachowicz (1984). Vê-se, assim, irromper a emancipação política do Paraná, em 19 de dezembro de 1853, cujo primeiro indivíduo a ser empossado como presidente foi Zacharias de Goés e Vasconcellos, um político tido como experiente, que, em seu primeiro ano à frente da mais nova província, sublinhou como principais atividades econômicas dos paranaenses: “(1) à pecuária; (2) à extração madeireira; (3) à extração, ao beneficiamento e à comercialização de erva-mate [...]” (ROSA; SOUZA, 2019, p. 24).

A respeito da erva-mate, seu cultivo atravessou a história da região como um dos principais ciclos econômicos do Paraná, tornando-se, talvez, a sua “primeira experiência com o capitalismo industrial” (OLIVEIRA, 2001a, p. 27). Destacou-se, também, no período ulterior à emancipação paranaense, muito em razão da necessidade de escoamento de sua produção, o surgimento das estradas de ferro por volta dos anos 1880, as quais “contribuíram à prestação de serviços de locomoção tanto de passageiros quanto de

mercadorias, o que exerceu profunda influência sobre a expansão comercial e industrial dos seus dois principais setores econômicos: o ervateiro e o madeireiro” (ROSA; SOUZA 2019, p. 32). Quase no mesmo período, a Província do Paraná é tomada, com o apoio do governo central, de uma onda imigratória. “Colônias foram instaladas, muitas delas próximas aos sítios urbanos. Alemães, poloneses, italianos, ucranianos, entre outros, chegaram em grandes levadas, destinados preferencialmente ao trabalho na lavoura” (TRINDADE; ANDREZZA, 2001, p. 51).

Entretanto, embora as mudanças que ocorreram na Província do Paraná tivessem levado o Estado a engendrar algumas mudanças, elas não foram suficientes para lograr um conjunto de melhorias mais efetivas na educação. Segundo observa Marochi (2016), mesmo após sua emancipação, que o desassociava de São Paulo, as condições de trabalho no Paraná em relação à educação ainda continuavam muito difíceis. De acordo com Wachowicz (1984, p. 42), o cenário era de abandono e os professores se achavam obrigados a contrair as despesas de aluguel das casas nas quais ministrariam suas aulas, além de ficar a seu encargo a frequência e a chamada dos alunos que se encontravam em idade escolar. Em São José dos Pinhais, a situação educacional durante o século XIX pode ser resumida na emblemática ausência de um prédio próprio, o que forçava as escolas do município a funcionarem em espaços alugados (MAROCHI, 2016). O final desse século, além de ser conhecido pela Proclamação da República no Brasil, marca o recebimento do título de “cidade” a São José dos Pinhais, o que ocorreu, segundo analisa Marochi (2016), sob o desejo de republicanos em mostrar aos brasileiros que era possível o ingresso num mundo “moderno”. Um último aspecto em relação a esse momento da história do município em que se encontra a entidade que se investiga refere-se à ausência de documentos e de estudos que apontem a existência de algum movimento de estudantes nos episódios que constituíram o município até aqui, embora se acredite que eles possam ter de alguma forma existido, seja em menor ou maior grau.

2.1.1 O processo educacional em São José dos Pinhais durante os primeiros anos da República e o Estado Novo

A instituição da República no Brasil, a partir de meados de 1889, é marcada pela introdução de uma política na qual se propunha, segundo analisa Wachowicz (1984, p. 58), seguir o lema “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Para a autora, nesse período

vê-se ocorrer, também, uma transformação em relação ao modo como se enfrentavam os problemas escolares. Antes tratados com arbitrariedade, passaram a ser observados “por providências de vigilância sobre os professores” (WACHOWICZ, 1984, p. 58). Quanto a esse contexto de mudanças, Wachowicz (1984) assinala que sua origem é suscitada pelo deslocamento do professor como uma figura protegida, cujo papel se assentava na transmissão de valores ético-morais, análogos aos de um sacerdote religioso, para um funcionário dependente do Estado, condição esta alçada pelas reformas que se efetuaram no século XIX, as quais acentuaram a separação entre Estado e Igreja.

Sobre esse momento em que se encontrava o país, Nunes (2016, p. 374) destaca a intencionalidade que se estabeleceu em construir um “estado de espírito moderno”, o que resultou no âmbito da educação na elaboração de novos materiais e a construção de novos prédios que objetivassem o atendimento a esse novo espírito. Com relação à educação, é importante destacar, também, que o modelo que emergiu com o Ato Adicional de 1834²⁵, em que se atribuiu às províncias a tarefa de legislar sobre o ensino primário e secundário, continuou com poucas modificações nos primeiros anos da República, incidindo nos estados a responsabilidade de prover com seus próprios recursos financeiros e humanos as questões acerca da educação (OLIVEIRA, 2001). Sobre o período após a instalação da República, em novembro de 1889, Marochi (2016) analisa que

[...] as mudanças na organização política e administrativa em todos os níveis de governo foram muitas. Desde a década de 1870 os republicanos pregavam rupturas na administração pública, pois para eles a modernidade se fazia necessária. O lema “Ordem e Progresso” previa alterações até radicais, as quais atingiam inclusive as denominações de certos cargos públicos (MAROCHI, 2016, p. 187).

O Paraná, nos primeiros anos da República, atravessou uma instabilidade administrativa que o impediu de implementar medidas mais concretas a respeito do ensino (OLIVEIRA, 2001b), “ficando mais no plano das legislações do que no das realizações”, segundo analisou Oliveira (2001b, p. 144). Segundo ela, “as deficiências na área da educação não foram solucionadas nas diversas legislações dos primeiros anos, permanecendo as mesmas dificuldades do período político anterior” (OLIVEIRA, 2011b, p. 146), que, conforme discute Wachowicz (1984), com base nos relatórios do próprio

²⁵ Os efeitos desse ato ainda são palco de grandes discussões no âmbito da história da educação. Para alguns autores, essa medida inaugurou uma série de dificuldades que atualmente se encontram na educação brasileira, como a ausência de um sistema nacional de educação.

governo daquela época, eram assentadas nas seguintes causas: “falta de pessoal habilitado para o magistério; disseminação de pouca população por um vasto território; falta de meios materiais, dos pais e das escolas; pouca importância que a população atribuía à cultura da inteligência” (WACHOWICZ, 1984, p. 44). À vista disso, pode-se considerar que a intenção de garantir uma educação à população se caracterizava como uma tarefa de contornos bem complicados, marcada pela ausência de uma política de ensino articulada e sedimentada no Paraná.

O contexto econômico no qual se encontrava o Paraná, nesse período, era baseado no predomínio “agrícola, voltada para a produção de erva-mate e de café, com alguns centros urbanos em desenvolvimento impulsionados pela entrada de imigrantes de diferentes nacionalidades” (MACHADO, 2011, p. 2). Esse cenário também retratava, de alguma forma, a situação do país, inscrito no plano global como uma economia de perfil primário-exportador, que apenas com o advento do Estado Novo²⁶ é levado a seu processo de urbanização e industrialização enquanto uma política deliberada do Estado. Oliveira (2001a, p. 23) chama a atenção, contudo, para o fato de que a industrialização no Brasil se inicia “no último quartel do século XIX, coincidindo o início do processo com a primeira fase da corrida Imperialista e a Segunda Revolução Industrial”, em que o café “passa a compor, aproximadamente, metade da pauta de exportações brasileiras” (OLIVEIRA, 2001a, p. 23).

No Paraná, o ingresso na esteira da industrialização ocorreu mediante dois fatores: primeiro, devido ao aprofundamento da política imigratória no Estado, e o segundo, por ocasião da expansão do ciclo da erva-mate, cuja intensificação ajudou o Paraná a inserir-se na chamada sociedade de mercado (OLIVEIRA, 2001a). Essa análise, ainda que sintética, do momento que atravessava o Paraná possibilita a interpretação quanto à dinâmica acerca do desenvolvimento que se alastrava na região, quiçá preocupado em atender às demandas de produção e exportação do seu principal produto, a erva-mate. É nesse contexto, inclusive, o surgimento da Universidade do Paraná, atualmente Universidade Federal do Paraná (UFPR), construída a fim de formar uma elite intelectual local e de prover profissionais mais qualificados para essa região do Brasil, haja vista que a falta de uma instituição superior obrigava o Paraná a importar engenheiros e médicos, particularmente de São Paulo.

²⁶ O Estado Novo constituiu um período econômico, político e social do Brasil, iniciado na década de 1930 e encerrado no final dos anos de 1940.

A chegada do Estado Novo, instaurada com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, impôs ao país uma série de mudanças no âmbito da educação, a começar pela implementação do Ministério da Educação e Saúde, além dos aspectos políticos e econômicos com os quais o país passou a viver. Em São José dos Pinhais, o início dessa década foi marcado por um número reduzido de escolas e, portanto, de estudantes. Havia no município, na década de 1940, uma preocupação, oriunda da Câmara dos Vereadores, quanto à qualidade do ensino das escolas públicas, haja vista que a maioria dos professores não demonstrava possuir qualificação adequada para o exercício da docência, como apontam as pesquisas empreendidas por Marochi (2016). Ainda, conforme análise da autora, “além da precariedade na formação do profissional, muitas vezes, o professor das pequenas escolas enfrentava a dificuldade de lecionar para um elevado número de alunos” (MAROCHI, 2016, p. 424). Assim, esse período de desenvolvimento político e educacional, em São José dos Pinhais, parece assinalado pelas dificuldades de abrir escolas e garantir educação à sua população, além de se caracterizar pelas tentativas de melhora dos serviços públicos, sobretudo em relação ao fornecimento de energia, o qual, segundo Marochi (2016, p. 402), “não atendia as necessidades gerais da população”.

2.1.2 Processo educacional em São José dos Pinhais de 1988 a 2015, a partir da Constituição Cidadã

Muito impactado pelas mudanças que se sucederam no âmbito da vida social com a promulgação da Constituição de 1988, o município de São José dos Pinhais, no começo do século XXI, ensaiou a incorporação de ações mais efetivas quanto à participação de sua população nas decisões do município, como “o estabelecimento de novas diretrizes para a concretização das políticas públicas” (MAROCHI, 2016, p. 409). Em 2015, por meio da ação do poder legislativo, o município incluiu em seu plano diretor a Gestão Pública Democrática, como um aceno à população que, após a Constituição de 1988, viu as políticas de controle social serem ampliadas, com a instituição dos conselhos, por exemplo.

No entanto, para Marochi (2006, p. 409), os dirigentes do poder executivo do município têm revelado, nos últimos anos, dificuldade de ouvir a população, em especial nas situações em que são tomadas decisões desfavoráveis ao coletivo. Desse modo, as

decisões em relação à maioria da população continuavam a ser, a despeito das legislações que apontam para uma gestão mais democrática, tomadas por um número reduzido de pessoas. Quanto à educação, sabe-se que o país passou por um processo de municipalização da oferta educacional na década de 1990, impactado pela Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e, em princípio, pelas políticas neoliberais. Buscou-se, então, descentralizar a gestão das escolas, atendendo a um conjunto de reformulações oriundas dos organismos internacionais, que possuíam grande influência sobre as políticas educacionais no Brasil. Em São José dos Pinhais, no tocante à educação,

[...] nos últimos anos, por meio da legislação federal, o município recebeu novas determinações para desenvolver seu processo educacional. As escolas municipais se adaptaram às novas orientações pedagógicas provenientes de órgãos superiores. Com base na Lei Federal número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e todas as suas alterações e regulamentações ocorridas nos últimos anos, o município elaborou seu Plano Municipal de Educação. Assim, em 23 de junho de 2015, por meio da Lei Municipal nº 2585, foi instituído o Plano Municipal de Educação. Decênio 2015-2025. A proposta busca[va] atender os atuais princípios de uma gestão democrática nos diferentes setores da administração pública [...] (MAROCHI, 2016, p. 441).

Observando o município de São José dos Pinhais numa perspectiva histórica, presume-se que a ausência de uma entidade estudantil em nível municipal é decorrente: (1) do baixo número de alunos, que por muito tempo caracterizou a oferta educacional no município; (2) da falta de protagonismo político do município, com o passar dos anos, obstaculizando muito provavelmente o interesse de estudantes em se organizar e lutar por seus direitos; (3) da distância das localidades no município, impedindo um possível contanto e compartilhamento de experiências entre os estudantes. O aumento da população na década de 1990 e a expansão da oferta educacional, bem como o contexto político no qual vivia o país, podem ter se constituído em elementos fundamentais à fundação da UMES.

2.1.3. Matrículas e números do município em relação à educação²⁷: os Grêmios Estudantis Costa Viana e Walquíria Afonso da Costa

No ano de 2007, em que a UMES foi fundada, o município de São José dos Pinhais contava com 9.285 estudantes matriculados no Ensino Médio e 20.458 no Ensino Fundamental/anos finais, além de 665 no ensino médio integrado ou normal/técnico e 241 na educação profissional concomitante e subsequente, conforme os dados que foram retirados do Laboratório de Dados Educacionais da UFPR, com base no censo escolar/Inep. Destes, 1.610 estavam matriculados nas instituições privadas de ensino. Portanto, o número de estudantes que se constatou nas instituições públicas era de 29.039. No mesmo período, o município possuía cerca de 26 escolas públicas que ofertavam o ensino fundamental e o ensino médio, espalhadas pelas regiões da cidade. O número de Grêmios Estudantis nessas instituições, no entanto, era muito reduzido, e, conforme aponta o edital que se encontrou a respeito de uma reunião que antecedeu o primeiro congresso da UMES, havia três Grêmios, o do Colégio Estadual Costa Viana; o do Colégio Estadual Juscelino e do Colégio Estadual Elza Scherner. Os dois primeiros colégios situavam-se mais próximo do centro, enquanto o último ficava localizado na periferia do município. Nesse ano também se verificou que a qualidade da educação nos anos finais do município, de acordo com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)²⁸, foi de 3,9 em 2007 para 4.2 em 2015²⁹, e a população fora da escola no Paraná se encontrava em 4.916.619. Esse cenário, contudo, não mudou muito até 2015, haja vista que nesse ano a população que se encontrava fora da escola era de 4.726.691, de acordo com os dados inscritos no Laboratório de Dados Educacionais da UFPR.

Quanto aos anos ulteriores, observou-se que o número de escolas públicas no município aumentou, ainda que timidamente. Segundo os dados apresentados por Marochi (2016), a relação de escolas públicas estaduais era de 28 em 2016, duas a mais do que em

²⁷ Em virtude da ausência de documentos que apontam uma relação entre a UMES e os estudantes das instituições privadas, entendeu-se que o engajamento da entidade se deu majoritariamente entre os estudantes das instituições públicas, por isso os números referem-se ao contexto das escolas públicas.

²⁸ O Ideb, segundo o *site* do Ministério da Educação (MEC), é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica “criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 20 nov. 2020.

²⁹ Esses dados com relação ao Ideb foram retirados do *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na parte reservada aos dados do Ideb. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

2007, ano no qual a UMES foi fundada. Em 2015, período em que ocorreu o seu último congresso, o número de estudantes matriculados na rede estadual de ensino era de 29.413, sendo 11.373 matrículas no ensino médio e 18.756 matrículas no ensino fundamental/anos finais, segundo consta no Laboratório de Dados Educacionais da UFPR. Nota-se, portanto, que houve leve crescimento das matrículas em São José dos Pinhais, e, por consequência, do contingente de estudantes que cabia à UMES representar, apesar de não haver uma obrigação de filiar-se a ela, como ocorre com muitos trabalhadores em boa parte dos sindicatos.

Com relação às escolas, destacam-se duas, o Colégio Estadual Costa Viana e o Colégio Estadual São Cristóvão, na formação da UMES. O primeiro ficava situado no bairro Braga, muito próximo ao centro do município. Fundado em 1947, e estadualizado em 1956, esse colégio possuía o maior número de estudantes em 2007, enquanto o segundo ficava localizado no bairro São Cristóvão, há poucos minutos do centro e possuía em torno de 1.300 alunos matriculados. Essas duas instituições detinham em comum o fato de possuírem Grêmios durante a gestão que se sucedeu da UMES, entre os anos de 2005 a 2010. Adiante, intenta-se apresentar uma análise a respeito dessas duas agremiações, as quais se presume terem surgidos nos anos de 2005 e 2007, respectivamente.

O Grêmio Estudantil, como já assinalado anteriormente, pode ser compreendido como um lugar no qual se possibilita que os estudantes tenham experiências participativas (MARTINS, 2010). Também pode ser visto, de acordo com a síntese de Mendes (2011), “como um espaço importante [...] onde os jovens podem organizar-se, discutir política, reivindicar levando em consideração os problemas da escola e da sociedade da qual fazem parte, configurando-se como um lugar de formação política do estudante” (MENDES, 2011, p. 58). Essa ideia pode ser corroborada em um dos documentos que se encontrou do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Costa Viana, intitulado “Essa é Nossa Liberdade...”, da gestão “liberdade e atitude”, em que se afirma ser um dos seus objetivos o compromisso e a responsabilidade com uma sociedade mais justa (GRÊMIO ESTUDANTIL COSTA VIANA, 2006), além de, conforme expresso no documento, “travar uma luta contra esse sistema neoliberal regente em nosso país, um sistema que produz a fome, aumenta as desigualdades, crucifica o trabalhador e prioriza as elites de nosso país” (GRÊMIO ESTUDANTIL COSTA VIANA, 2006, n.p.).

Nota-se, nesse impresso do Grêmio, que os estudantes estavam preocupados com o destino de sua organização, haja vista que relatam como foi conturbado o ano de 2005,

“um ano sofrido, de intrigas” (GRÊMIO ESTUDANTIL COSTA VIANA, 2006, n.p.), porém, de acordo com eles próprios, também de conquistas, em que obtiveram “o som na hora do intervalo, sala do Grêmio [...], [a] realiza[ção] como organização estudantil [de] uma votação democrática e grandiosa, onde teve a participação de mais de mil alunos, para a escolha da diretoria da entidade” (GRÊMIO ESTUDANTIL COSTA VIANA, 2006, n.p.). Ademais, citou-se também como conquista “uma homenagem aos professores, como nunca teve [na] escola” (GRÊMIO ESTUDANTIL COSTA VIANA, 2006, n.p.). Verificam-se, com base nesse documento, algumas preocupações que se alastram para além da escola e suas questões pedagógicas, numa franca vontade em sair do campo no qual se encontra, nesse caso o educacional, para envolver-se na política. De alguma maneira, desde já é possível notar o que Bourdieu (2019, p. 111) denominou como “pagar uma taxa”, o que consistiria “no reconhecimento do valor do jogo [...] e no conhecimento (prático) dos princípios de funcionamento do jogo”. Quando os estudantes colocam em pauta como objetivos as questões políticas, entende-se que buscam adentrar em outro campo, no caso o campo da política; intentam pagar essa taxa.

O Grêmio Estudantil do Colégio Estadual São Cristóvão, nomeado como “Walquíria Afonso da Costa³⁰”, foi fundado no dia 4 de julho de 2007 e contou com a participação de três chapas no seu primeiro pleito eleitoral: a “São Cristóvão”, que obteve 18,17% dos votos, a PDE (Partido dos Direitos Estudantis), que obteve 6,8% dos votos, e a vencedora, “Coração de Estudante”, a qual obteve 74,97% dos votos. A primeira medida da chapa eleita foi a criação de um jornal intitulado “Informativo dos Estudantes do Colégio Estadual São Cristóvão: Coração de Estudante”, que objetivava, segundo os recém-eleitos, levar “formação, cultura, descontração e recados a todos [...], sendo um jornal totalmente democrático onde o principal autor é [os] sócios do Grêmio Estudantil Walquíria Afonso da Costa” (INFORMATIVO, 2007b, p. 1). Nesse jornal, na edição de setembro de 2007, continha um texto de agradecimento, no qual a nova diretoria do Grêmio afirmava que lutaria a favor da escola, em busca do ensino de qualidade.

Observou-se também uma série de propostas que o Grêmio desse colégio se comprometeu a realizar, além da produção do jornal, como a promoção de rifas, no intuito de levantar fundos financeiros para a agremiação e de eventos, como uma palestra, cujo

³⁰ Numa edição anterior a esta que continha o resultado das eleições do Grêmio, o informativo dos estudantes do Colégio Estadual São Cristóvão trouxe a vida de Walquíria Afonso da Costa, retratando-a como uma estudante que lutou contra a ditadura civil-militar na década de 1960 e 1970 e que foi morta com três tiros em consequência de sua luta (INFORMATIVO, 2007a, p. 1).

teor não foi possível identificar, e a chamada “rave”, uma festa com música no interior do colégio, que se realizou durante a primeira gestão do Grêmio. Diferentemente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Costa Viana, os registros que se encontraram apontam que a principal preocupação dos estudantes que se encontravam no Grêmio do Colégio Estadual São Cristóvão residia naquilo que as legislações discutidas anteriormente chamaram de “finalidades [...] culturais, desportivas e sociais” (BRASIL, 1985, n.p.), ou seja, essa agremiação objetivava uma intencionalidade que, embora fosse política, não se resumia ou dava preferência às discussões ou ações que se empreendiam no campo político, isto é, esse Grêmio prezava por suas pautas culturais e de integração entre os jovens, ainda que o seu nome, Grêmio Estudantil Walquíria Afonso da Costa, pudesse sugerir uma entidade extremamente preocupada e relacionada às questões políticas.

Havia, no período em que se fundou a UMES, outros Grêmios Estudantis, como o do Colégio Estadual Juscelino Kubitschek e do Colégio Estadual Elza Scherner, todavia a ausência de documentos que ilustrassem a atuação dessas organizações impossibilitou que se analisasse a contribuição de cada uma delas na história da UMES. O que se encontrou, no entanto, possibilita inferir que a constituição da UMES é proveniente do fortalecimento e da articulação entre os Grêmios Estudantis, como sugere o fragmento da tese do “Mutirão”, intitulada “Reconstruir a Escola Pública para mudar o Brasil”, apresentada no 48.º Congresso da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), em que se defende a UPES como “uma poderosa usina fomentadora dos grêmios estudantis e das Uniões Municipais dos Estudantes Secundaristas (UMES), garantindo a plena democracia no movimento estudantil” (MUTIRÃO, 2007, p. 4). De acordo com o documento, acreditava-se que “a construção de Grêmios Estudantis e Entidades Municipais são fundamentais para potencializar a organização estudantil [...] pois só assim com a UPES em cada sala de aula é que saberemos realmente a realidade de cada escola” (MUTIRÃO, 2007, p. 4).

Apesar de ser uma tese, constituída por parte do ME daquele período, ela expressa a importância dos Grêmios Estudantis, como igualmente se nota no próprio *site* da UPES, no qual se afirma que “o Movimento estudantil funciona em rede, levando demandas da base, de dentro das escolas através dos grêmios estudantis até o topo na UBES, tendo as lutas

propagadas por essa rede” (UPES [s.d.]³¹). Assim, depreende-se o que Mendes (2011, p. 81) analisou ante os dados de sua pesquisa, de que “a participação no grêmio estudantil é um tipo específico de participação política, que reforça valores coletivos de cooperação e responsabilidade”, uma vez que a formação de organizações estudantis fora da escola, no seu formato clássico, requer um deslocamento de informações e compromissos que se movem no sentido de um abastecer o outro, com o objetivo de estabelecer as pautas e lutas que se travaram, especialmente, no âmbito da política. Convém reforçar, no entanto, que a organização de estudantes em si, e não apenas o ato de participar em seu interior, encerra uma dimensão política, dada sua ação de posicionar e admitir discussões em seu meio a respeito do mundo social, além das questões do campo educacional.

2.2 O CONTEXTO POLÍTICO PRECEDENTE À FUNDAÇÃO DA UMES

Nas eleições de outubro de 2002, o Brasil escolheu, pela primeira vez, conforme informou o jornal Folha de São Paulo (2002), “o primeiro líder de um partido de esquerda, [...] o primeiro operário, o primeiro civil sem diploma universitário e o primeiro natural de Pernambuco”, como Presidente da República. Esse episódio só foi possível, no entanto, em razão de um arranjo eleitoral e de imagem ao qual o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, acabou se submetendo. Sobre esse último ajuste, destacam-se as mudanças “no peso corporal, nas roupas, na barba e no cabelo”, além da corporificação da “fórmula ‘Lulinha paz e amor’ [a qual] se tornou uma das marcas registradas da eleição de 2002” (RODRIGUES; PÉREZ-NEBRA, 2007, p. 54 e 64). Essas modificações que o então presidente eleito viveu reportam-se à discussão em torno do *habitus* em Bourdieu, porque à medida que se pode adquiri-lo, por meio de uma aprendizagem explícita (BOURDIEU, 2019), com a finalidade de obedecer a “necessidade imanente do campo e satisfa[zer] as exigências que aí se encontram inscritas” (BOURDIEU, 2019, p. 115), o então candidato, ao que parece, forçou a si próprio a mudar e embora essas mudanças tenham ficado mais nítidas nas transformações relativas à barba, à roupa etc., elas incidiram também na forma de enxergar os seus antigos opositores, como fica constatado no arranjo eleitoral que se

³¹ Esse *site* da UPES foi desenvolvido recentemente, a partir de 2019. Lá é possível encontrar algumas informações a respeito da organização do ME que, nessa dissertação, denominou-se como tradicional. Disponível em: <https://www.upespr.org.br/redeupes>. Acesso em: 10 nov. 2020.

estabeleceu e que o levou à vitória nas eleições. Mais à frente, é possível esclarecer como isso ocorria entre os estudantes, que obrigados a se lançarem no campo da política, pois é a partir dela que se define a maioria das ações educacionais, viram-se pressionados a incorporar um conjunto de formas de agir e pensar adequadas a esse campo.

Sobre o arranjo eleitoral, existe um ponto que merece ser evidenciado: a coligação com um dos partidos mais conservadores, o Partido Liberal (PL), da política brasileira, flagrantemente antagônico ao manifesto³² que deu vazão à fundação do PT nos anos de 1980. A construção desse cenário, cujo resultado foi um intrincado projeto político com a finalidade de vencer as eleições, pode ser sintetizada com o cansaço de Lula em perder os pleitos que havia disputado e sua determinação em ser eleito presidente, como analisam Saad Filho e Moraes (2018). Para esses autores,

Nesse momento, o PT, já dominado pela agenda eleitoral de seu candidato, submeteu-se com entusiasmo a uma onda adicional de compromissos. O partido construiu uma ampla coalização, incluindo importantes segmentos do capital, os maiores sindicatos e movimentos sociais do país, igrejas evangélicas, vários oligarcas e partidos políticos oportunistas. Um empresário nacionalista tornou-se companheiro da chapa de Lula, que se comprometeu a implementar severas políticas neoliberais e a sujeitar suas medidas no governo ao veto do FMI (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 147).

A UNE, um mês antes do pleito eleitoral em outubro de 2002, publicou a edição de número 5 da sua revista denominada “Movimento”, em que criticava a gestão de oito anos da educação no período cujo presidente era Fernando Henrique Cardoso. Na revista, a organização estudantil afirmou que “a escuridão tomou conta da universidade pública” (MOVIMENTO, 2002, p. 3) e que “os recursos não só deixaram de aumentar como minguaram significativamente: entre 1995 e 2000 houve uma redução real de 17% nas verbas de manutenção das universidades federais” (MOVIMENTO, 2002, p. 4). Ainda nesse artigo, analisou-se que o então presidente Fernando Henrique Cardoso adotou como caminho, sob o argumento de falta de recursos para ampliar o número de vagas no ensino superior, deixar ao mercado a oferta de novas vagas. Em outras palavras, o que a revista da UNE verificou foi uma privatização disfarçada, marcada, de acordo com a revista, pelo incentivo à proliferação das instituições privadas e o sufocamento dos recursos públicos.

³² No manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), datado de 10 de fevereiro de 1980, defendeu-se que o partido “pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores” (MANIFESTO PT, 1980, n.p.).

À vista disso, é possível considerar que a UNE, entidade que historicamente tem-se colocado como representante dos estudantes universitários no Brasil, como se analisou no primeiro capítulo dessa dissertação, discordava da política empreendida pelo governo de FHC para a educação. O apoio a Lula, no segundo turno das eleições de 2002, ocorrido na disputa eleitoral com o ex-ministro da saúde e do planejamento de FHC, José Serra³³, é, portanto, um contrassenso, pelo menos em partes, uma vez que a aliança feita entre o PT e o PL³⁴ significou a incorporação, sobretudo, no programa econômico, de “forte influência”, como noticiou a Folha de São Paulo em 14 de fevereiro de 2002, das ideias liberais, ainda que Lula desconsiderasse esse partido como de direita, segundo o registro da própria Folha de São Paulo, em matéria assinada por Bragon (2002).

Dessa maneira, ainda que o PT tenha construído, segundo Saad Filho e Morais (2018, p. 133), uma “aliança de perdedores”, em que se encontravam os grupos que haviam experimentado perdas sob o neoliberalismo, sua fome pela Presidência da República o levou a construir, também, uma aliança com os “ganhadores”, uma vez que a chegada do PL, segundo Lula, na rede de alianças, significou “não apenas para ganhar as eleições, mas para governar” (BRAGON, 2002, n.p.). A esse respeito, cabe assinalar que além de ganhar as eleições e governar, essa aliança era vista, também, como grande possibilidade de término de um governo que se encontrava há oito anos à frente do país e a possibilidade de alterar a política para esquerda, no sentido do espectro político. Todavia, como o PL, segundo o verbete escrito por Araújo e Jorge [entre 2000 e 2010], “defendia o fortalecimento da empresa privada [e] reconhecia o direito à propriedade”, não é descomedido afirmar que o PT construiu, então, uma chapa que conciliava os “perdedores” e os “ganhadores”, sendo os últimos os patrões, donos de empresa, os quais, de acordo com o manifesto que contribuiu para fundar o PT, agiam de maneira repressiva para com os movimentos populares. Aparentemente contraditório, acredita-se, contudo, que havia pouca margem no período em relação às alianças políticas, capaz de facultar a chegada ao poder de um partido político mais à esquerda.

Entretanto, Saad Filho e Morais (2018, p. 149) analisam que essa “aliança de vencedores” dar-se-ia, fundamentalmente, na reeleição de Lula, sucedida nas eleições de 2006, em que se reuniram “os grupos que mais obtiveram ganhos durante o primeiro mandato”, grupos oriundos de uma coalizão entre os que alcançaram ganhos, sobretudo,

³³ José Serra foi presidente da UNE de 1963 até 1964, quando a entidade foi colocada na clandestinidade.

³⁴ O Partido Liberal (PL), com o ex-senador José Alencar, empresário do ramo têxtil, ocupou o cargo de vice-presidente da República na chapa em que tinha Lula como candidato à presidente.

econômicos e “que apoiaram a mudança de rumo a uma variedade novo-desenvolvimentista do neoliberalismo” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 153). Todavia, o avanço da aliança com o grande empresariado, como foi o caso da escolha de José Alencar para ocupar a vice-presidência na chapa do PT, com Lula como candidato à presidência do Brasil, representou desde esse episódio uma aliança com os “vencedores”. Na iminência de ser anunciado o acordo entre PT e PL, a revista ISTOÉ GENTE publicou uma reportagem, assinada por Cecília Maia (2002), em que destaca o faturamento de R\$ 1 bilhão por ano do empresário José Alencar e a posição de sua empresa têxtil como “segundo maior grupo da indústria têxtil do país” (MAIA, 2002, n.p.), ou seja, desde as eleições de 2002 em que foi eleito, o PT e Lula já reuniam ao seu redor os “vencedores”, isto é, aqueles que economicamente se destacam pelo acúmulo de fortuna.

Há, portanto, por um lado, a defesa de “uma administração pública mais eficiente, que garantisse a universalidade constitucional dos direitos à saúde e à educação gratuitas [e uma] valorização dos salários a fim de garantir uma demanda interna mais dinâmica” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 133), e, por outro, decerto que representou os liberais filiados ao PL, a defesa da “continuidade das políticas macroeconômicas neoliberais, que supostamente garantiriam a estabilidade monetária e fiscal” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 134). Essa composição resultou, no âmbito do movimento estudantil, no chamado “apoio crítico” ao governo, expressão designada pelo então presidente da UNE, em junho de 2005, numa matéria veiculada pela revista Carta Maior, assinada por Rafael Sampaio, que tinha como título “UNE debate reforma universitária e governo Lula”, para ostentar uma determinada independência da organização estudantil com relação ao governo, não obstante o presidente da UNE tenha afirmado que “o governo do PT, cujas marcas são a defesa da ética e da mudança social, está sendo desestabilizado por partidos de oposição, como PSDB e PFL” e que deveria resistir “ao canto da sereia da direita brasileira” (SAMPAIO, 2005, n.p.). Na mesma notícia existe, no entanto, o pronunciamento do diretor de políticas educacionais da UNE naquele período, Rodrigo Pereira, considerando que “a culpa da instabilidade do governo Lula não está em um ‘golpe’ da direita, mas na composição de alianças feitas pelo governo, que incluem o Partido Progressista (PP) e o Partido Liberal (PL)” (SAMPAIO, 2005, n.p.).

Dessa forma, desde as tratativas que levaram à formação da chapa, cujos desdobramentos foram a posse de Lula em janeiro de 2003, até o final do seu governo, o PT conviveu com o apoio e, ao mesmo tempo, a crítica do movimento estudantil clássico,

manifestado, sobretudo, pelas organizações de estudantes estabelecidas nacionalmente, embora fosse possível observar, também, o surgimento de críticas provenientes das organizações situadas nas grandes capitais, como foi o caso da União Municipal de Estudantes Secundaristas de São Paulo, que, conforme noticiou o *site* Carta Maior, em uma matéria assinada por Bia Barbosa (2004), realizou “um enterro simbólico dos juros altos em frente ao prédio do Banco Central na avenida paulista” (BARBOSA, 2004, n.p.) em São Paulo, numa evidente demonstração de insatisfação com a condução econômica levada a cabo por Lula nos primeiros anos de seu governo. Aliás, a respeito dessa manifestação, ocorrida em março de 2004, o *site* de notícias divulgou também que

[...] as mais de três mil pessoas reunidas no ato em São Paulo, que vieram de escolas de todas as regiões da capital e do interior do Estado, também contestaram a reforma universitária proposta pelo ministro Tarso Genro (Educação). A principal crítica é que a proposta do governo continua privilegiando o ensino privado em detrimento do público, que sofre com o encurtamento dos cursos, a superlotação de salas de aula, a falta de professores e o sucateamento da infraestrutura (BARBOSA, 2004, n.p.).

Verifica-se, ao longo desses acontecimentos, em que o ME se posiciona em relação ao contexto político, não apenas a expressão de um olhar das organizações estudantis, mas uma tentativa de seus integrantes de se colocar num campo, o campo político, no qual se fabricam e se vivem as disputas quanto ao destino da vida social. No entanto, esse empenho em ingressar num campo muito diferente do qual se encontra acostumado é parte de uma necessidade do ME, haja vista que, de acordo com Bourdieu (2011b, p. 197), “para estar em desacordo sobre uma fórmula política, é preciso estar de acordo sobre o terreno de desacordo”. Por isso é que a crítica acerca de um campo só faz sentido à medida que se aceita o campo em que se fazem as críticas. Portanto, considera-se que as manifestações, discursos e ações que buscavam criticar a política de juros, coligações e o modelo econômico em curso constituíam-se numa dupla ação, a de mostrar que o movimento se acha em acordo com o terreno no qual se pretende ingressar e de passar que o ME é constituinte do campo político, à revelia das preocupações de cunho educacional.

O período político e econômico no qual se situou a emergência da UMES em São José dos Pinhais é precedido, no âmbito nacional, de uma divisão do movimento estudantil brasileiro, pelo menos no terreno das organizações denominadas, nessa dissertação, de clássicas. Essa divisão revela dois pontos importantes: o primeiro, a pluralidade dos posicionamentos que caracterizavam e circundavam o ME, isto é, durante o período que

antecedeu o surgimento da UMES de São José dos Pinhais não havia um discurso homogêneo e tampouco consensual em relação ao governo Lula. Se, por um lado, havia quem o defendesse sem receios e abertamente, por outro, havia quem o criticasse de maneira muito dura, colocando-se até no campo da oposição. Há, também, outro tipo de reação que se consolidou frente às medidas do governo, a “crítica pela metade”, a qual se caracterizou em apontar pela metade o que se presumia estar equivocado, destacando apenas um fragmento, que, embora compusesse o todo, era dissociado no sentido de preservá-lo. Então, o que se viu, em boa parte dos casos, foi a promoção de manifestações contra a política de juros empreendidas pelo Banco Central (BC) no governo Lula, e não manifestações contra o governo necessariamente, embora isso tenha ocorrido, talvez com número inexpressivos, feito quase sempre pelos grupos de oposição à direção das entidades nacionais como a UBES e UNE e estudantes anônimos, atuantes nas suas cidades, em organização estudantis locais ou fora delas.

Numa coluna publicada pela ISTOÉ Independente em 2005, assinada por Aziz Filho (2005), é possível constatar essa dicotomia de posicionamentos no interior do ME. Escreveu o colunista, sob o título “Duelo nas ruas”, com o subtítulo “divididos no apoio ao governo Lula, líderes estudantis debatem os rumos da política nacional e pregam mudanças estruturais”, que

[...] milhares de jovens convocados pela UNE, Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), CUT e MST encheram Brasília com gritos contra a corrupção e a política econômica, mas de apoio à permanência do presidente Lula no poder. Um dia depois, foi a vez dos radicais, aos gritos de ‘Fora Lula’ ou ‘Fora todos’ lançados pelo PSTU, PSol e dezenas de sindicatos e diretórios acadêmicos (AZIZ FILHO, 2005, n.p.).

Além desse excerto do texto acima, é possível acessar, pelo *site* da UNE, outra reportagem, assinada por Paulo Vinícius Silva, em que se relata uma manifestação organizada pela UBES, na qual seus associados denunciavam “à população o problema dos juros altos” (SILVA, 2012, n.p.). Embora esses dois protestos tenham ocorrido em momentos distintos, ambos aconteceram nos governos petistas, o primeiro no governo Lula e o segundo no governo da então presidente Dilma Rousseff. Evidencia-se, assim, o efeito da “crítica pela metade”, uma vez que as críticas direcionadas à política econômica desses dois governos não se destinavam a quem dirigia o país, mas a quem dirigia o Banco Central (BC), o que serviu de algum modo para preservar quem ocupava o cargo de Presidente da República das críticas mais duras, concentrado, por consequência, na gestão do BC a dureza ora resguardada, como mostra a reportagem publicada em março de 2012

no *site* da UNE, que dizia que o “movimento estudantil (UNE, UBES, UESB) estão decididos a não dar sossego às reuniões do COMPOM que definem a taxa de juros” (SILVA, 2012, n.p.). O tom mais acentuado quanto a essa política em relação à taxa de juros também é notado numa das teses para o 49.º Congresso da UNE, intitulada “Mutirão Nacional pela Reforma Universitária: mais fortes são os poderes do povo”, em que se pede a saída do então presidente do BC, Henrique Meirelles. O pequeno texto, localizado na página três, afirma que

[...] é preciso consolidar os rumos das mudanças e abrir espaço para a retomada do crescimento. É fundamental que enterremos por completo a herança deixada pela política de destruição nacional de FHC. Sua face mais destrutiva foram os juros altos, que sufocaram a economia do Brasil, causando o maior desemprego de toda a nossa história, responsável pelo aumento em 11 vezes da nossa dívida pública, gerando uma dependência sem precedentes da economia brasileira em relação ao capital especulativo internacional. Essa política suicida tem hoje como seu principal defensor o ex-presidente mundial do Banco de Boston (2º maior beneficiário do aumento de juros) e deputado federal eleito pelo PSDB, Henrique Meirelles que, em benefício de banqueiros e de especuladores, transfere R\$ 180 bilhões anualmente para pagamento de juros da dívida pública, e atua como sabotador das ações do restante do governo [...] (MUTIRÃO TESE, 2005, n.p.).

Sobre a gestão do BC, alvo de inúmeras críticas do movimento estudantil ao longo dos governos petistas, destaca-se a designação do ex-dirigente do BankBoston, Henrique Meirelles, para o cargo de presidente, o qual foi exercido durante os anos de 2003 a 2011, além do servidor de carreira do próprio banco, Alexandre Tombini, a quem também coube a tarefa de presidir o banco durante os anos de 2011 a 2016. Ambos foram nomeados pelos presidentes petistas, porém, como se observou nos posicionamentos de parte do ME antes descritos, as críticas quanto à política de juros, desempenhada pelo BC, reduziram-se, quase que solitariamente, a quem ocupava a presidência do BC. As ações que caracterizaram a gestão do BC, logo após a posse do primeiro governo petista, remetiam-se, primeiramente, ao combate à inflação, segundo Silva (2017). Para esse autor, a elevação da taxa de juros da Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) e, também, da taxa real de juros tinha a ver, segundo ele analisou, com o interesse do governo em “conter a desvalorização do câmbio e seus efeitos inflacionários” (SILVA, 2017, p. 11), a fim de responder ao cenário econômico desfavorável em que se encontrava o país. No decorrer dos governos de Lula e Dilma, a política desempenhada pelo BC pareceu se reter à preocupação com o controle da meta de inflação, não despertando, portanto, a

defesa de boa parte das entidades estudantis, que guardavam como projeto econômico e político uma agenda com “mais desenvolvimento”, segundo apontou o “Projeto UNE pelo Brasil”, o qual continha uma série de propostas e posicionamentos da UNE no ano de 2010, época em que ocorreu uma das eleições presidências no Brasil. Numa das partes desse documento, intitulado “enfrentar os interesses do capital financeiro”, afirmava-se, por exemplo, que:

Hoje o país está submetido à perversa lógica que beneficia grandes banqueiros e especuladores através do jogo com a dívida pública e a rendosa remuneração do Estado em formas de juros e superávits. É preciso outra orientação da política econômica, baixando radicalmente os juros e diminuindo o superávit fiscal, alocando recursos para a esfera da produção e geração de emprego e renda [...] (PROJETO UNE PELO BRASIL, 2010).

Longe de ser uma eventualidade, o contexto político no qual se encontrava o Brasil, em especial os posicionamentos que se observavam em boa parte das entidades estudantis, sobretudo nas de abrangência nacional, contribuíram ou ajudaram a impulsionar a fundação da UMES de São José dos Pinhais. Prova disso é o discurso proferido pelo recém-presidente eleito da agremiação estudantil municipal, registrado na ata de fundação: “é necessário exigir a queda dos juros siderais imposta pelo Banco Central, que é presidido por um tucano cujo único interesse é defender os banqueiros” (ATA DE FUNDAÇÃO DA UMES, 2007). Embora a emersão da UMES não seja resultante, unicamente, dos efeitos políticos e econômicos testemunhados naquele período, verifica-se uma relação, ao menos nesse caso específico, entre o que se defendia nacionalmente e o que se defendeu localmente, ainda que não seja possível alimentar generalizações entre a forma com a qual cada entidade estudantil produziu e incorporou suas pautas. Todavia, depreende-se dessa relação que as entidades estudantis guardavam entre si uma ligação quanto ao que defendiam, o que não é motivo para inferir algum tipo de determinação a respeito do que cada entidade estudantil deveria ou não defender, oriunda de uma seleção de um grupo, partido político ou pessoa mais bem posicionada no cenário político nacional, como foi o caso da UNE e da UBES.

Foucault (1979, p. 250) analisa que as relações de poder “são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças [...], evidente que isto implica um em cima e um em baixo, uma diferença potencial”, ainda que isso só seja possível, conforme o próprio autor argumenta, segundo a “capilaridade de baixo para cima” (FOUCAULT, 1979, p. 250). Desse modo, uma das interpretações que se pode dar à fundação da UMES e ao discurso de

seu presidente, o qual defendia a diminuição dos juro praticados pelo BC, passa em considerar que a referida entidade, cujo processo de organização e fundação se deu por força dos Grêmios Estudantis, tratava-se da parte de “baixo”, enquanto a parte de “cima” era exercida pelas entidades estudantis de caráter nacional, as quais se calcula que operavam um determinado poder, cujo teor era sintetizado na influência que exerciam nas defesas em relação às pautas políticas. Ademais, no estatuto aprovado pelos estudantes no primeiro congresso da UMES, nota-se que um dos seus objetivos foi o de “ser filiada e defender a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES)” (ESTATUTO DA UMES, 2007, n.p.), revelando a existência de uma correspondência, ao menos do ponto de vista protocolar, entre a organização de “baixo” e as de “cima”. Com efeito, acredita-se que isso, no entanto, era efeito de uma relação que não se reproduzia automaticamente, a exemplo de uma ordem que se emite de cima, a fim de que o de baixo a cumpra. A adesão ao discurso das entidades nacionais pelo então presidente da UMES e a criação dessa entidade configuram-se, portanto, numa reprodução, que embora influenciada pelo poder das organizações que residem acima da UMES, guardava características e uma dinâmica próprias, como será possível visualizar nessa dissertação.

No Paraná, o resultado das eleições em outubro de 2002 consagrou pela segunda vez o ex-senador da república, Roberto Requião de Mello e Silva, como governador do Estado. No seu discurso de posse, realizado no dia 1.º de janeiro de 2003, o governador eleito falou, segundo a matéria publicada no dia 2 de janeiro do mesmo ano, no Jornal Folha de Londrina (2003), que iria combater a fome, além de garantir a volta do Hospital Militar e do Instituto de Previdência do Paraná (IPE). Ainda de acordo com o jornal, após se despedir do ex-governador Jaime Lerner, com quem havia disputado o pleito em 1998 e perdido, o recém-governador empossado, Roberto Requião, na porta do Palácio Iguaçu, fez novas críticas ao “vendaval neoliberal” do ex-governador e do ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, o qual também encerrava o seu mandato após oito anos à frente da presidência da República. Iniciava-se, assim, uma série de mudanças no Paraná a partir da década de 2000, em especial na educação, que de alguma forma pode ter contribuído para o aumento do número de Grêmios Estudantis na região de São José dos Pinhais e, por consequência, na fundação da UMES.

Essas mudanças obtiveram continuidade, uma vez que em 2007 o Paraná experimentou pela terceira vez o governo de Roberto Requião de Mello e Silva, político

paranaense autodeclarado de esquerda, conforme afirmou em seu discurso de posse no dia 1.º de janeiro de 2007, na Assembleia Legislativa do Paraná. De acordo com o governador outra vez eleito, “somos de esquerda, porque ser de esquerda é ser solidário, fraterno, humano. É ser gente. É ter os olhos, a alma e o coração voltados para as desigualdades e as misérias deste mundo” (REQUIÃO, 2007, n.p.). Desse modo, de 2003 a 2010, oito anos à frente do Estado do Paraná, o então governador Roberto Requião engendrou na educação, segundo analisa Mirandola (2014, p. 133), um conjunto de reformulações que se reportavam a uma insistência “nas críticas às reformas neoliberais de seu antecessor”.

Ele nomeou como secretário da educação o seu irmão, Mauricio Requião, o qual redigiu uma mensagem endereçada aos estudantes, diretores e professores, datada provavelmente do ano de 2006 ou 2007, uma vez que em 2008 ele se retirou da função de secretário da educação, dando lugar à professora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na mensagem, o irmão do governador afirmava que

[...] os grêmios [...] exercem papel importante na formação do aluno, devendo ter uma dimensão social, cultural e também política. Muitas vezes, os grêmios podem se tornar profundamente ‘incômodos’ como no período da ditadura militar, em que foram colocados à margem da lei pela defesa dos princípios democráticos e acabaram perdendo muito do seu espaço. Ou mesmo agora, quando muitas direções escolares agem contra a formação dos grêmios, seja por temerem a sua força reivindicatória, seja por não conseguirem compreender a sua importância (MAURICIO REQUIÃO, 2007, n.p.).

Não é possível medir o grau de influência que essa mensagem provocou nos estudantes para que viessem a fundar a UMES, todavia uma mensagem oriunda do cargo mais alto no âmbito da educação do estado do Paraná talvez possa ter repercutido no incentivo e na promoção acerca da criação dos grêmios estudantis e, por consequência, da UMES de São José dos Pinhais, principalmente porque na mensagem fica bem evidente a posição do secretário de educação quanto à importância da existência das organizações estudantis, bem como, num outro trecho da mensagem, parece explícita sua orientação às escolas para que incentivassem a criação dessas entidades, mormente quando escreve que deseja “que o aluno tenha voz e vez” (REQUIÃO, 2007, n.p.), além de querer que ele seja um “agente e não mero paciente”. Em 2005, dois anos antes da fundação da UMES, uma notícia, publicada no Jornal da Educação (2005b), periódico oficial da Secretária de Estado da Educação do Paraná, intitulada “Estudantes destacam incentivo recebido do Governo do

Estado”, revela que a então presidente da UPES, Sara Cavalcanti, agradeceu ao então secretário: “até pouco tempo atrás, os governantes limitavam a ação dos grêmios. Agora, a Secretária da Educação estimula as nossas atividades”. Ela afirmou também que “o movimento estudantil secundarista do Paraná vive o seu melhor momento” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2005b, p. 10).

Dessa maneira, vislumbra-se que o então secretário da educação, em razão do poder que possuía, poder este a ele outorgado pelo Estado, decidiu exercê-lo. Assim, como não havia uma legislação que obrigasse as escolas a implementarem essas organizações de estudantes, sua efetivação ocorreu mediante o poder que o secretário exerceu, poder este, no entanto, acompanhado da anuência dos diretores e pedagogos das escolas, os quais também exerciam poder, quicá um pouco mais robusto, haja vista que tendiam a permitir, cooperar ou coibir a efetivação dos Grêmios no interior das instituições de ensino.

Descortina-se, então, a discussão feita anteriormente a respeito das relações de poder. Parece bem claro que o poder não se constitui num mecanismo estável que se realiza a partir de um ponto com destino a outro unicamente, oriundo do Estado ou de um indivíduo que ocupa uma posição privilegiada, ou que o poder se constitui enquanto uma ação tão somente repressiva. O poder, conforme analisa Foucault (1979, p. 175), “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”, a qual atravessa o cotidiano da vida social. O poder não é algo que se retém a uma pessoa, ao contrário, mostra-se como um mecanismo que é perfurado e acometido pelos mais diferentes indivíduos, que também o exercem, quase que ao mesmo tempo em instâncias dissemelhantes. Por isso, o motivo de afirmar-se que o poder nunca é exercido solitariamente pode encontrar no seu exercício uma companhia, como também pode encontrar opositores.

No entanto, a relação entre o ME e o governo de Roberto Requião não se resumiu aos incentivos de origem retórica apenas. Em 2005, dois anos antes da fundação da UMES, parte dos dirigentes das entidades estudantis, como a UPE e a UPES, manifestaram seu apoio à política educacional do governo. De acordo com o “Jornal da Educação”, de dezembro de 2005, publicação da própria Secretária de Estado da Educação, “a manifestação [...] foi uma iniciativa do ‘Comitê Suprapartidário pelos Avanços da Educação” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2005a, p. 6). Essa mobilização, contudo, concentrou-se em repudiar “a atitude oportunista e contraditória da APP, que sempre

defendeu a realização de concursos públicos para solucionar o problema funcional dos professores” (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2005a, p. 6). Ou seja, apesar do argumento no qual o ME é apresentado como uma entidade independente da atuação governamental, verifica-se que um e outro dirigente se encontrava atrelado ao governo ou às suas propostas. O episódio da defesa em relação à política do ensino público no Paraná, em 2008, é um exemplo. Segundo o portal de notícias do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), de 5 de dezembro de 2007, ano em que se fundou a UMES,

[...] um grupo de estudantes ligados à União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (Upes) entregou [...] ao deputado estadual Waldyr Pugliesi, líder do PMDB na Assembleia Legislativa, uma cópia da carta-manifesto tirada durante o 38º Congresso da entidade, de 23 a 24 de novembro em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. O documento defende a política pública do Governo do Paraná para a área de educação, os avanços sociais do Governo Requião e a campanha pelo fim do analfabetismo no Estado (NOTÍCIAS, 2007, n.p.).

Nessa mesma notícia, observa-se que os estudantes que levaram a carta ao deputado acima faziam parte da UMES. Conforme aponta a notícia “na visita [...] participaram [...] Rafael Ferreira, Rudá Moraes Gandin (vice-presidente da UPES), Rodrigo Cândido (diretor de Relações Institucionais), Ana Paula Possidonio e Samia Dornelles (tesoureira-geral da entidade)” (NOTÍCIAS, 2007, n.p.). À vista disso, tem-se por hipótese que: (1) o partido no qual se encontrava o então governador é o mesmo em que parte dos estudantes era filiada; (2) apesar de os estudantes concordarem com uma coisa ou outra do governo em questão, a defesa quanto às suas políticas educacionais funcionava enquanto táticas, segundo o entendimento dado por Certeau (2014), em que de acordo com Ferraço, Soares e Alves (2018, n.p.), trata-se de operações que “desorganizam e reorganizam os lugares, transformando-os em espaços praticados”. Portanto, acredita-se que alguns dirigentes das entidades estudantis se aproximavam do governo no intuito de lograr a conquista de suas bandeiras, da mesma forma que o governo se aproximava dos estudantes para fortalecer suas realizações no campo da política.

2.3 FORMAÇÃO, *PERFORMANCE* E IDEIAS DA UMES

Talvez não haja uma forma mais interessante de adentrar aos detalhes do passado de uma instituição senão por meio da recuperação do que seus integrantes pensavam,

experimentavam e projetavam em relação a seu futuro. Ouvir, ou melhor, dar ouvidos ao que se produziu, escreveu ou disse numa determinada época é devolver a seus interlocutores o tempo que lhes foi roubado, reconstituindo, ao menos a cada vez que se lê seus depoimentos, suas vidas naquele dado instante. O trabalho de escrever a respeito da formação, *performance* e ideias que atravessaram a história da UMES só faz sentido, portanto, quando se procura levar em consideração o que seus integrantes guardavam de crenças, ideais e perspectivas. Desse modo, recorrer ao que os estudantes escreveram é uma das maneiras de reconhecer seu protagonismo, como também um modo de olhar para suas particularidades, em especial à expressão de seu espírito. E qual era esse espírito que marcava os estudantes envolvidos com a UMES? Acredita-se que seja o que registrou em setembro de 2007 o estudante Rafael Ferreira dos Santos, diretor da UMES entre 2007 a 2008, no informativo denominado “Coração de Estudante”³⁵, cuja impressão e confecção eram feitas, inicialmente, pelos estudantes do colégio estadual São Cristóvão:

Para que nosso futuro não seja apagado, nós, que somos o futuro dos nossos bairros, da nossa cidade, do nosso estado, do nosso país e de nosso mundo, devemos nos unir para não deixar que apenas o filho do rico tenha seus sonhos realizados e garantidos. Temos que dar força uns aos outros para que juntos consigamos mudar pelo menos uma parte desse nosso país que é tão desigual. A política está aí para isso. Vamos escrever nossos nomes nos próximos livros de história! (SANTOS, 2007, p. 2).

São numerosos os traços que podem revelar, mesmo que às vezes transitoriamente ou em partes, como atuam e pensam os estudantes. O trecho do texto acima pareceu explicitar não só o que pensava um determinado estudante, mas o espírito de um conjunto de jovens que se reuniam em torno de uma agremiação estudantil para experimentar e encher suas vidas de sentido. Fica evidente isso no texto, particularmente quando se destacou a importância de se unirem a fim de que seus destinos não fossem extintos. Isso quer dizer que talvez seja, eventualmente, essa questão que corria por detrás das lutas políticas e dos posicionamentos expressos nos congressos e empreendimentos políticos da UMES, a de mudar o futuro dos que de alguma forma se achavam participando do ME.

³⁵ Esse informativo passou a ser mais tarde um jornal de circulação por todo o município de São José dos Pinhais, primeiro como um suplemento especial do “Nosso Jornal”, que era um veículo de comunicação bem atuante no município, depois como um jornal independente, com notícias sobre a cidade, embora o seu foco se circunscrevesse aos estudantes, conforme seu editorial de 03/02/2009, o qual afirmava que “o objetivo é levar informação que o estudante precisa onde ele está”. Segundo o editorial, não existia um jornal voltado ao estudante no município, ainda que essa parcela da população fosse de 50 mil pessoas, “daí nasceu a ideia de fazermos um jornal voltado as notícias dos colégios, faculdades e cursos da nossa cidade, focando realmente o ‘coração’ da massa estudantil” (EDITORIAL, 2009, p. 2).

A União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) de São José dos Pinhais foi instituída, de acordo com sua ata de fundação, no “dia trinta e um, do mês de março, do ano de dois mil e sete, na cidade de São José dos Pinhais, no Colégio Estadual Costa Viana” (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, n.p.), colégio localizado num dos bairros ao lado da área central do município. Conforme a matéria do Jornal Hora do Povo (2007, n.p.), intitulada “estudantes fazem congresso por ‘mais educação e menos juros’”, o evento contou com “dezenas de delegados, representando os colégios do município, [em que] discutiram temas como educação, cultura, movimento estudantil, conjuntura nacional e internacional, carteira estudantil e organização dos grêmios” (JORNAL HORA DO POVO, 2007, n.p.). O jornal ainda noticiou a presença do diretor do colégio no qual ocorreu o evento; de uma representante da “APP-Sindicato Metropolitana Sul” e de diretores da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Na publicação, é possível também identificar a escolha do primeiro presidente da entidade, o qual era vice-presidente da UPES, o estudante Rudá Moraes Gandin.

As atividades que contribuíram para formar a UMES foram antecedidas de uma grande reunião de estudantes, intitulada de congresso, além de um edital de convocação fixado nos colégios da região. Conforme a Ata de Fundação (2007), o congresso deliberou sobre

[...] primeiro: Abertura, escolha e aprovação do nome da entidade, que iria representar os estudantes da cidade; segundo: Grupos de Trabalho (GT) que irá se dividir em Conjuntura Nacional e Internacional, Movimento Estudantil, Educação e Cultura; terceiro: aprovação do Estatuto da UMES; quarto: eleição por voto direto e secreto da diretoria da UMES (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007).

Essas deliberações inscritas na Ata de Fundação da UMES sugerem que os seus primeiros passos obedeceram a um processo aparentemente democrático, porque buscou estabelecer em algum nível a participação de todos nas decisões acerca dessas pautas, ainda que esse “todos” tenha significado o envolvimento apenas dos que se encontravam presentes no dia do congresso, e, por óbvio, uma parte muito reduzida da população estudantil da época. Para considerar que a UMES foi, de acordo com sua Ata de Fundação, democrática, é preciso apontar, inicialmente, o que se toma por democracia nessa pesquisa. Por isso, apesar de ser um terreno intrincado, optou-se por defini-la enquanto um “espaço do diálogo e da comunicação” (TOURAINÉ, 1996, p. 261), o qual se materializa à medida que as diferenças entre os que se relacionam são reconhecidas. De outro modo, a

democracia é uma relação que se dá num terreno no qual quem se localiza fora do seu centro de deliberações também pode vir a decidir, sem o receio de deliberar sobre alguma coisa que não lhe pertence.

Quando se observam as pautas que foram elencadas na Ata de Fundação (2007) acima, o registro acerca da eleição por meio do voto direto e secreto, mediante a qual se elegeu a primeira diretoria da UMES, transmite de imediato a impressão de que o resultado foi obtido de acordo com a escolha da maioria dos estudantes são-joseenses, como ocorre a exemplo das eleições para prefeito ou Presidente da República, que se dá de forma direta. Contudo, nesse caso, a regra não é essa e não fica muito evidente na Ata de Fundação (2007) quem são os eleitores habilitados a votar. Com efeito, o direito ao voto, que se circunscrevia a quem estava presente no momento do escrutínio, só foi concedido a quem era designado como delegado³⁶ e a esse coube a tarefa de votar “através de cédula de papel, sendo informado que houve a inscrição de uma única chapa intitulada: Mutirão” (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, n.p.). Anteriormente ao início da votação, “foi explanado acerca da forma de votação para escolha da diretoria da UMES-SJP” (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007), quiçá por ocasião da novidade que era um congresso de estudantes no município, cuja finalidade se dirigiu a formar uma organização que os representasse, uma vez que não se verificou a existência de alguma organização estudantil semelhante, estabelecida antes da UMES, que pudesse servir de horizonte em relação à forma de votação.

Sobre o modelo de escolha dos dirigentes da UMES, que se replicou nos seus congressos ulteriores, ocorridos a cada dois anos, conforme estabelecia o estatuto da entidade, ressalta-se a maneira por meio da qual seus participantes, em especial os delegados, eram selecionados. Segundo o documento intitulado “Ata de eleição dos delegados e suplentes para o 1º congresso de fundação da UMES-SJP”, o processo de participação como delegado, isto é, enquanto estudante que possuía habilitação para votar, restringia-se a quem fosse escolhido em sua respectiva escola. Nessa Ata continha o seguinte texto:

[...] aos [espaço para colocar o dia] do mês [espaço para colocar o mês] de 2007. Na sala de aula [espaço para inserir a sala de aula] do turno [espaço para inserir o turno] da escola [espaço para colocar o nome da escola em que se escreveu esta ata], foram eleitos (as) os delegados (as) e

³⁶ O delegado ou delegada é quem possui o poder de voto no congresso, além de possuir o direito de expressar as suas opiniões, apoios e críticas.

suplentes ao 1º congresso de fundação da UMES-SJP, abaixo relacionados [...] (ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS, 2007, n.p.).

Na mesma folha, cuja medida era de 21 x 29.7 cm, cor branca e letras digitadas na coloração preta, encontrava-se, também, uma parte destinada à inserção dos nomes de cada delegado e suplente, acompanhados do número de telefone e *e-mail*. O total de delegados e suplentes era de dois estudantes por sala de aula, conforme determinava a Ata de Eleição dos Delegados e Suplentes (2007). Adiante, ainda nessa mesma folha, verificou-se a presença de uma “lista dos alunos da sala”, que se achava preenchida pelo nome de alguns alunos. Sobre essa lista, acredita-se que servia para legitimar o processo de escolha feito pelos estudantes em sala de aula a respeito de quem os representaria no congresso da UMES.

O formato de escolha dos delegados, que se adotou nas escolas, conforme revelou a Ata de Eleição dos Delegados e Suplentes (2007), foi resultado de um acordo entre os organizadores do primeiro congresso da UMES, decerto inspirados na forma como as organizações estudantis, em âmbito nacional, como a UBES e a UNE, passaram a eleger os seus delegados, cuja regra principal era a realização de eleições feitas “exclusivamente com o voto em urna”, a exemplo do que determinava o regimento do 43.º Congresso da UBES (UBES, 2017, n.p.)³⁷. No entanto, não é possível afirmar que, no caso da UMES, todos os seus delegados eram provenientes do resultado das urnas, embora, na maioria das atas que foram pesquisadas, constem as assinaturas de outros estudantes, o que sugere a existência de algum tipo de eleição no período que antecedeu à realização do congresso, seja com voto em urna ou não. A escolha dos delegados e também de seus suplentes pode ter sucedido de duas formas, portanto, eleição com voto em urna ou eleição por consenso, em que os eleitores renunciavam ao sigilo do seu. Nesse último caso, presume-se que a escolha se deu, por um lado, mediante um debate entre os candidatos a delegados e os demais estudantes, feito abertamente sem qualquer sigilo, a respeito do nome mais adequado para representá-los, e, por outro, mediante a iniciativa de um ou outro estudante de querer participar do congresso, que, sem a companhia de outros postulantes à função de delegado, era consensualmente escolhido pelos demais.

Nos congressos seguintes da UMES, a dinâmica de eleição dos seus delegados foi praticamente a mesma, alterando-se um pouco de um congresso para outro, conforme o

³⁷ Apesar de esse regimento não ser do mesmo ano em que ocorreu o primeiro congresso da UMES, seu exemplo é oportuno para compreender como se dava o processo de escolha dos delegados e suplentes praticados pelos estudantes na UMES.

grupo de estudantes que liderava a sua coordenação, uma vez que o estatuto da entidade determinava que “os critérios para a eleição dos delegados serão definidos no Conselho Municipal de Grêmios (CMG) em regimento próprio” (ESTATUTO DA UMES, 2007, n.p.). Em razão disso, as regras eleitorais poderiam mudar de acordo com os participantes que frequentavam o conselho e, por consequência, aceitavam o desafio de promover o congresso da entidade. A respeito desse conselho, o estatuto da entidade o delineia como o “segundo maior fórum de decisão da entidade, subordinado apenas ao Congresso Municipal, e [como] o fórum onde são representados os grêmios estudantis da cidade” (ESTATUTO DA UMES, 2007, n.p.). Além disso, a composição do conselho se dava segundo a indicação dos grêmios estudantis de cada escola, filiadas à UMES. Por esse motivo, o CMG tornava-se um espaço restrito e quicá esvaziado, produzindo de algum modo a sua própria anulação em comparação com as outras atividades empreendidas pelas UMES, dado que as reuniões e deliberações do CMG quase nunca se concretizavam, ao menos é o que se conclui diante da ausência de documentos cujo teor possa expressar a regularidade de suas ações.

Ainda sobre o congresso de fundação da UMES, dois pontos se apresentam como fundamentais de serem discutidos, porque contribuíram de alguma maneira para o estabelecimento da UMES, suas características e desafios à frente dos estudantes do município de São José dos Pinhais, a saber: o número reduzido de estudantes, com o qual se deparou a comissão organizadora do primeiro congresso da UMES; e a participação de autoridades no dia do congresso, como a do então deputado federal Dr. Rosinha e do tesoureiro-geral da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), Nilson Gonçalves dos Santos Junior, além da então secretária-geral da APP-Sindicato³⁸, Região Metropolitana Sul, professora Julia Maria Moraes, e do diretor do colégio no qual se realizou o congresso, o professor Pedro Aparecido Cândido (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007).

Com relação ao número reduzido de participantes, conforme é possível observar na Listagem de Delegados (2007), datada de 31 de março de 2007, em que constam apenas 34 estudantes confirmados, suspeita-se que se tratou de um dos efeitos e, ao mesmo tempo, de um dos dilemas com o qual a história da UMES se defrontou, descendente, muito provavelmente, da “crise de representatividade e organicidade” do movimento estudantil, a

³⁸ A APP-Sindicato é uma organização sindical que representa os professores da rede estadual de ensino, fundada na década de 1940.

qual se “manifesta na [...] intervenção fragmentada e na pouca expressividade entre os estudantes” (MESQUITA, 2003, p. 121), decerto oriundas das formas tradicionais com que a UMES se organizava, como o preenchimento de uma estrutura hierárquica e dependência das articulações e relações que se estabeleciam com os dirigentes e entidades nacionais e estadual, além de uma associação, talvez pouco conhecida por todos os seus integrantes, porém muitas vezes demarcada, com algumas agremiações políticas.

Essa questão a respeito do envolvimento de partidos políticos no ME concorre a uma grande reflexão, a qual se divide em pontos mais pormenorizados. Primeiramente, embora seja recorrente na história do movimento estudantil o vínculo de suas organizações e dirigentes com os partidos, não é absoluta a participação dos estudantes nessas agremiações. Por esse motivo, o deslocar-se das entidades estudantis à frente de alguma pauta é sempre o resultado de acordos entre os partidos, mas também o resultado entre partidos e quem não pertence a partidos ou entre partidos à revelia de quem não é ligado a partidos. Sendo assim, o nexos entre partidos políticos e o ME ou a sua militância consiste numa característica de suas organizações, que se desenhou no decorrer dos anos como recurso a fim de garantir o estabelecimento, mesmo que mínimo, de sua articulação em nível nacional entre os estudantes, como sugere Mesquita (2006, p. 228) ao dizer que “nos anos 60 a inserção [dos estudantes] em espaços de organização partidária foi importante para organizá-los nacionalmente no cenário do próprio movimento estudantil”, que naquele período “se consolidava como o mais importante porta-voz da juventude brasileira” (MESQUITA, 2006, p. 228). Não é apropriado dizer, no entanto, que houve manipulação por parte dos estudantes em relação aos partidos ou dos partidos políticos em relação aos estudantes, no intuito de um determinar o que o outro deveria ou não fazer, a fim de alcançar seu objetivo particular. Essa relação parece ser muito mais profunda e imbricada de diferentes fatores, os quais se confundem entre o que pensam os que não estão inseridos em partidos e os que se encontram inseridos.

Quando se observa o ME do ponto de vista das suas organizações nacionais ou estaduais, torna-se mais clara a atuação dos partidos políticos em suas atividades e pautas, não obstante, a relação entre partidos políticos e entidades estudantis regionais, locais ou menores, pode ser algo irrisório, pouco notável e sem grande impacto na decisão quanto ao que os estudantes faziam ou deixavam de fazer em suas entidades. É óbvio, contudo, que deva haver organizações estudantis locais que possuíam ou que ainda possuem alguma relação mais íntima com os partidos e com seus filiados, todavia essa relação pode se

estabelecer de maneira muito tácita ou de fato pouco profícua, como também de maneira amplificada e explícita.

No entanto, um fator que pode vir a corroborar a ideia de que havia uma evidente participação dos partidos políticos na UMES refere-se ao nome que se deu à única “chapa” inscrita no seu congresso de fundação, denominada “MUTIRÃO”. Inclusive, na cédula de votação disponibilizada pela comissão eleitoral, presidida pela estudante Queren de Queiroz Lopes, constava, além da informação do local e da data do congresso, bem como a sua assinatura, apenas dois espaços para serem assinalados, o primeiro, seguido pela palavra “SIM”, e o segundo, seguido pela palavra “NÃO”. Presume-se, portanto, que os estudantes favoráveis à “chapa Mutirão” deveriam marcar ou preencher o espaço intitulado como “SIM” e os estudantes contrários à “chapa Mutirão” deveriam marcar ou preencher o espaço intitulado como “NÃO”. A cédula encontrava-se impressa em papel branco e possuía 6 x 10,5 cm em razão da necessidade de depositá-la em urna. Aliás, o voto em urna no ME tem sido adotado nos congressos de outras entidades estudantis.

A respeito da listagem de delegados, cuja finalidade tratou de confirmar a presença dos delegados e suplentes que foram eleitos ou escolhidos nas salas de aula, continha em sua primeira coluna o nome do colégio, depois o nome do delegado ou suplente, e, por fim, na última coluna, a assinatura do delegado ou suplente presente no congresso. Todavia, em vez de haver a assinatura dos estudantes, consta escrito em caneta preta um “Ok”, confirmando a presença desses estudantes.

2.3.1 OS CONGRESSOS DA UMES APÓS SUA FUNDAÇÃO

Desde a fundação da UMES, a qual se deu por ocasião das deliberações do seu primeiro congresso, no dia 31 de março de 2007, definiu-se, mediante a aprovação do seu estatuto pelos estudantes que se encontravam presentes nessa data, que “o Congresso Municipal dos Estudantes é o fórum máximo de decisão dos estudantes de São José dos Pinhais” (ESTATUTO DA UMES, 2007, n.p.), ou seja, é nesse lugar que se decidia tudo o que fosse a respeito da UMES, mesmo que boa parte das decisões ali aprovadas não se concretizasse como se imaginava. Ainda de acordo com o estatuto que foi aceito pelos estudantes, competia ao congresso, primeiramente, “decidir sobre as posições que a

entidade deve assumir” e, em segundo, “eleger a nova diretoria da entidade” (ESTATUTO DA UMES, 2007, n.p.).

A respeito desse primeiro item, suspeita-se que sua inclusão no estatuto da UMES tinha como objetivo assegurar um momento durante o congresso no qual se pudessem discutir as temáticas que preocupavam e se relacionavam aos estudantes do município de São José dos Pinhais, além de tornar essas preocupações uma série de bandeiras com as quais a UMES se dedicaria a reivindicar. Na Ata de Fundação (2007), observa-se, por exemplo, um conjunto de assuntos que foram abordados nos denominados “grupos de trabalho”, cuja finalidade se concentrava em reunir dois ou mais grupos de estudantes, sempre pequenos, com aqueles que se encontravam presentes no congresso, a fim de refletirem sobre as temáticas a seguir: “conjuntura nacional e internacional, Movimento Estudantil, Educação e Cultura” (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, n.p.).

Esse processo de discussão das temáticas não se observou, contudo, apenas no primeiro congresso da UMES. No cartaz em que se pretendeu divulgar a realização do seu segundo congresso, chamado de Conumes, constava como um dos itens da programação, além da “prestação de contas das atividades da UMES 2007-2008” e outros assuntos, os “grupos de trabalho” (CARTAZ CONGRESSO, 2007). Assim, pode-se afirmar que o debate a respeito de temas sobre educação, conjuntura política e ME atravessaram a história da UMES de 2007 a 2015 em seus congressos, tal como é observado nos congressos da UPES, UBES e UNE, em que se discutem questões das quais não se remetem unicamente à educação.

Esse modelo de organização dos congressos impresso na Ata de Fundação (2007), cujas discussões são atravessadas de temáticas muitas vezes diversificadas, contribui não somente para constatar que os estudantes discutiam numerosos assuntos, mas também para revelar o pensamento com o qual a UMES se identificava num período determinado. Desse modo, infere-se que as decisões, as quais se tomavam sobre o assunto a ser debatido, diziam respeito às relações de poder que se guardavam entre os que participavam da entidade estudantil municipal. Lynch (2018, p. 31), ao tratar do poder em Foucault, aponta que se deve entendê-lo “no nível micro das relações de força”, as quais consistem “nas interações sociais de alguém, algo que o empurre, incite ou obrigue a fazer algo” (LYNCH, 2018, p. 31). Como nas mais diversas situações que se observam nessa pesquisa a respeito das decisões, ações e condutas dos estudantes, o que se decide, discute e pensa é fruto das relações de força que se estabeleceram entre os integrantes da UMES. Então, a escolha das

temáticas a serem discutidas é a síntese dessa disputa entre o que cada um naquele dado período acreditava e supunha ser o tema mais relevante para o momento.

Isso não quer dizer que o pensamento dos “grupos de trabalho” era sempre o qual se estabelecia entre os seus participantes, tampouco significava que as discussões empreendidas eram, necessariamente, demandadas pela maioria dos estudantes do município. Calcula-se que os debates e as suas resoluções eram um misto, no qual se encontrava a vontade dos dirigentes da UMES e a dos demais estudantes. Com efeito, o que se debatia era admitido como propostas ou posicionamentos da UMES, como se pode notar no caso da discussão sobre conjuntura nacional e internacional, cujas resoluções do grupo foram:

Aprofundar os avanços obtidos no governo Lula, defender a ampliação do PROUNI, pela aprovação do PAC, e a retirada imediata da MP/2208; contra a guerra Imperialista estadunidense no Iraque, e pela soberania dos povos latino-americanos (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, n.p.).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram iniciativas da época em que Lula era presidente da República, programas que buscavam, o primeiro, aumentar o número de vagas no ensino superior, oferecendo bolsas de estudo em instituições privadas, e, o segundo, promover a “retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”, conforme consta no endereço *on-line* do Governo Federal sobre o PAC (SOBRE O PAC, 2007). Essa incorporação das realizações do governo como bandeiras das entidades estudantis não é uma característica exclusiva da UMES de São José dos Pinhais, ao contrário, essa inserção parece espelhar as pautas definidas pelas organizações estudantis nacionais, como a UNE e UBES.

Para explicar a adesão de boa parte das organizações estudantis aos projetos governistas daquele período, é preciso considerar que o ME se colocava em oposição às políticas desenvolvidas pelo governo de FHC, em especial no âmbito da educação e da econômica. Aliás, com a chegada de Lula ao poder, surge uma expectativa quanto à implementação de mudanças que se coadunassem com o rompimento das “políticas neoliberais, o fim das privatizações e a possibilidade da implementação de bandeiras históricas da classe trabalhadora, tais como ampliação dos recursos públicos para o financiamento da educação e da saúde” (PAIVA, 2011, p. 97-98), o que, no entanto, não se concretizou por completo, mas, por ocasião de algumas medidas, como essas defendidas

no “grupo de trabalho” sobre conjuntura política, a aprovação do governo petista foi sedimentada de tal maneira que suas gestões “no governo federal estimularam uma situação de silêncio e colaboração entre governo, movimento sindical e movimentos sociais”, segundo analisa Ferraz (2019, p. 358-359), sucedendo-se, assim, num apoio aberto e amparado na perspectiva de que os governos do PT eram capazes de evitar a volta de uma política supostamente prejudicial aos estudantes.

Ainda sobre o primeiro congresso da UMES, no “grupo de trabalho” em que se debateu sobre o ME, os estudantes definiram que lutariam pela

[...] criação de Grêmios em toda cidade, defende[riam] e ampliar[iam] o meio-passe escolar, carteirinha de estudante da UMES-SJP, que garanta descontos e meia-entrada a atividades culturais e esportivas, representar[iam] de maneira firme e democrática os estudantes são-joseenses, e lutar[iam] para uma escola pública gratuita e de qualidade [...] (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, n.p.).

É claro que nem tudo o que se definia nos congressos era posto em prática, todavia, como “as decisões do Congresso Municipal de Estudantes são soberanas e se sobrepõem a todas as decisões dos outros fóruns da entidade”, conforme determinava o parágrafo segundo do Estatuto da UMES (2007), havia uma compreensão de que essas resoluções, extraídas dos “grupos de trabalho”, deveriam ser adotadas. Foi o caso da impressão que se sucedeu, no ano de 2008, das carteirinhas de estudante, que objetivavam oferecer descontos e vantagens nos estabelecimentos comerciais do município. Nos congressos seguintes a esse primeiro, também ocorreram “grupos de trabalho”, nos quais se discutiam temas, como educação, cultura, política e a importância da democratização dos meios de comunicação. Também havia em cada um deles o registro de um mote do congresso, que era expresso nos crachás dos participantes e num *banner* que se localizava sempre próximo da mesa de abertura. Sobre esses motes destacam-se o do segundo congresso, que era “UMES FORTE! Em defesa dos estudantes e do Brasil”, o do terceiro, denominado como “Orgulho de ser Estudante”, e do quinto, “Verás que um filho teu não foge à luta”. Os motes do primeiro e quarto congresso não foram identificados no material que se reuniu sobre a UMES no período de 2007 a 2015.

Ademais, a diretoria que se elegeu no primeiro congresso da UMES era formada pelos seguintes cargos e pessoas: Presidente: Rudá Moraes Gandin; Vice-Presidente: Amanda Juliane Vicentini; Tesoureiro-Geral: Renan Fernando de França; Primeiro Tesoureiro: Rodrigo Cândido Neves da Silva; Secretário-Geral: Milana Oliveira; Primeiro

Secretário: Maílson Kachinski; Diretor de Cultura: Alison Jesus Fagundes; Diretor de Esporte e Meio Ambiente: Tiago Rodrigo Fernandes; Diretor de Imprensa: Elton Machado Santana; Diretor de Grêmios Estudantis: Cristiano Dolinski. Verificou-se, no entanto, que as pessoas que foram designadas aos cargos acima não se mantiveram até o fim dos seus mandatos, forçando a inclusão de novos nomes (ATA DE FUNDAÇÃO, 2007, n.p.).

Essas mudanças, inclusive, foram verificadas nas demais gestões da UMES, vide o caso da mudança de presidente da entidade, ocorrida em 2010, revelado em uma nota pela própria direção da agremiação municipal.

A diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais (UMES), através deste órgão de imprensa, comunica seus sócios (estudantes secundaristas do município) que a partir do mês de setembro, com o desligamento do presidente, Fábio Vieira Peixoto, a presidência da entidade será exercida por Brenda Caroline Bonfante de Souza. Fábio deixa o cargo por não mais se enquadrar no nível de estudante secundarista. A diretoria agradece sua dedicação no período que liderou a administração da instituição. A UMES continuará a exercer sua função social que sempre exerceu com o apoio de seus diretores e a confiança de seus sócios (DIREÇÃO UMES, 2010, p. 3).

Permite-se concluir que a dinâmica de participação nas entidades estudantis, mais precisamente na agremiação que é objeto desse estudo, é marcada por tempos muito diversificados, corroborando as análises de Martins e Dayrell (2013) de que a noção de tempo em relação à participação dos jovens tende a ser diferente, uma vez que eles se encontram em busca de adaptação e de conviver num determinado turbilhão, listado pelos autores como “mundo escolar, mundo juvenil, mundo real”, além dos “ônus e bônus, escolhas e responsabilidade em torno das escolhas feitas” (MARTINS; DAYRELL, 2013, p. 1271), razões que pesam e muitas vezes acabam sendo determinantes nas decisões dos estudantes quanto a continuar ou não numa organização estudantil. Acrescentam-se a isso outros fatores, como o econômico e o tempo livre, haja vista que a falta de recursos para o deslocamento de um lugar para outro e a alimentação, além de tempo para se dedicar às atividades com as quais se comprometem, são elementos que impactam nas decisões quanto ao destino de cada estudante nas organizações estudantis.

E, apesar de o congresso ter ocorrido em 2007, a posse da nova diretoria da UMES só aconteceu um ano depois. Segundo o que foi veiculado pelo Jornal Metrópole (2008) e o *site* de notícias Guia SJP (2008), a posse foi realizada na Câmara Municipal do município, no dia 31 de março, durante o período da tarde, e contou com a presença dos alunos de vários colégios, além das autoridades locais, como o “vice-presidente da Câmara

Municipal, professor Walder, [a] primeira-dama, Rita Meyer, representando o deputado federal Luiz Carlos Setim, Carlos Pereira representando o prefeito Leopoldo Meyer, o chefe de Gabinete, Aldrian Matoso” (GUIA SJP, 2008, n.p.). A matéria do Jornal Metrópole (2008) registrou que, no período, o vice-presidente da UMES, Elton Machado Santana³⁹, “disse que a nova diretoria da UMES já possui[a] um calendário de várias atividades voltadas aos estudantes, como festivais de música e artes cênicas, convite para um debate político com os candidatos à Prefeitura de São José dos Pinhais entre outros eventos” (JORNAL METRÓPOLE, 2008, n.p.) O jornal registrou também a fala do então presidente da agremiação, o estudante Rudá Moraes Gandin, o qual “destacou o papel fundamental dos estudantes na transformação [do] município, e a importância de lutarem pelos seus direitos” (JORNAL METRÓPOLE, 2008, n.p.).

No segundo congresso, embora o mote estivesse localizado no *banner* atrás da mesa de abertura, o crachá, com o qual os estudantes se identificavam, não fazia qualquer menção a esse respeito, referindo-se apenas ao nome da escola na qual se realizou o congresso, que se deu no Colégio Estadual Costa Viana, no dia 28 de março de 2009; os nomes das instituições que apoiaram o evento, a UMES do município de Criciúma⁴⁰, a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e a APP- Sindicato, além dos espaços nos quais se poderiam inserir o nome do delegado ou da delegada do congresso, a instituição, que seria o nome do colégio em que estudava o participante, e a turma e série nas quais se encontrava estudando. Estima-se que o crachá continha 12 x 10 cm e a ilustração que se deu a ele refere-se a um quadro de giz. Nesse congresso, reuniram-se mais de 150 estudantes, conforme assinala a publicação de 2 de abril de 2009, do suplemento especial do “Nosso Jornal”, o Coração de Estudante.

O evento foi realizado em parceria entre o ex-secretário geral da UMES, Rafael Ferreira, o Vice-presidente da UPES, Rudá Moraes Gandin e a Secretária Municipal de Promoção Social, com o secretário Paulo Roberto e o assessor de assuntos da juventude, Cristiano Bassa, juntamente com vários colaboradores (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009, p. 3).

O congresso contou também, segundo determinava o estatuto da UMES, com uma série de debates, a fim de indicar as posições que a entidade deveria assumir nos anos

³⁹ Observa-se que, antes da posse, segundo a Ata de Fundação da UMES, esse estudante foi designado para o cargo de diretor de imprensa. Um ano depois, ele ocupava a vice-presidência da agremiação.

⁴⁰ O apoio dessa organização à UMES de São José dos Pinhais pode ser explicado nos depoimentos orais, em que os ex-integrantes relataram que faziam viagens para outras cidades, estabelecendo amizades e parcerias.

seguintes. De acordo com um dos participantes, houve “muita discussão voltada aos problemas do nosso dia a dia, da nossa realidade” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009, p. 3). Essas discussões, a exemplo do primeiro congresso, ditavam a dinâmica desse encontro, pois ali é que se ouviam, discutiam e surgiam as ideias e o consenso acerca do que a UMES pensava e de como deveria agir. Da mesma forma, emergiam nessa etapa do congresso os conflitos políticos quanto à linha que se deveria seguir, principalmente porque os participantes e integrantes da agremiação estudantil em questão não se acomodavam num mesmo partido político ou num formato de pensar idêntico. Evidentemente que as decisões em relação ao destino da UMES, tratadas em seu congresso, podem sofrer mudanças no decorrer de sua gestão, mesmo que o estatuto da entidade sublinhe que “o Congresso Municipal dos Estudantes é o fórum máximo de decisão dos estudantes de São José dos Pinhais” (ESTATUTO DA UMES, 2007, n.p.).

Após as discussões, os estudantes que se encontravam presentes no congresso foram convidados a participar da eleição da entidade, a qual ocorreu por meio do voto secreto em urna. Quem estava habilitado a votar eram os delegados, eleitos em suas escolas e que comprovaram a sua identidade e matrícula, conforme o estatuto da UMES obrigava. Houve apenas uma chapa inscrita, intitulada “MUTIRÃO”, nome idêntico ao da chapa que concorreu no congresso anterior. Essa chapa obteve 88% dos votos válidos, segundo o “Jornal Coração de Estudante” (2009, p. 3), e a nova diretoria foi formada pelos seguintes estudantes: Presidente: Fábio Vieira Peixoto; Vice-Presidente: Anderson João de Limas; Tesoureiro: Aline Dariane Wojasa; 1.º Tesoureiro: Guilherme; Secretário-Geral: Karla Renata Butzen; 1.º Secretário: Bruna; Diretor de Cultura: Jaqueline Ferreira; Diretor de Esporte: Cláudio; Diretor de Imprensa: Marlon; Diretor de Grêmios Estudantis: Luiz Henrique; e Diretor de Meio Ambiente: Amanda Micus. Todos os estudantes eleitos eram estudantes de escolas públicas, exceto a última, que frequentava uma instituição de ensino privado.

Como no congresso anterior, a terceira edição do evento estudantil entregou, a cada participante eleito como delegado, um crachá de identificação, medindo cerca de 13,5 x 10 cm, com um espaço em branco para inserção do nome dos estudantes e de suas respectivas instituições de ensino. Também continha no crachá a logo das instituições que apoiaram a realização do congresso, como a APP-Sindicato, o Jornal Coração de Estudante e a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. A cor predominante do crachá era azul e possuía, nos crachás destinados aos organizadores do encontro, bem ao centro de suas

medidas, escrito na cor branca, o mote do congresso: “Orgulho de ser estudante”, sublinhado por duas faixas nas cores verde e amarelo.

O 3.º Congresso da UMES foi realizado na Câmara Municipal de São José dos Pinhais, em 20 de março de 2010, e, segundo Ferreira (2010, p. 8), “o evento, que reuniu cerca de 80 estudantes do município, teve objetivo claro, que foi a eleição para a nova diretoria da entidade”. Ainda de acordo com a notícia veiculada pelo Jornal Coração de Estudante, estiveram presentes na mesa de abertura o vice-prefeito da cidade, Jairo Melo; o presidente do PT, Ednilson Silva (Zico); o presidente da Juventude Pátria Livre (JPL) do Paraná, Rafael Sallet; e o Vice-presidente da UNE-Paraná, Rudá Moraes Gandin. No decorrer da terceira edição do congresso, discutiram-se os seguintes temas: cultura, educação, comunicação e ME, “além de uma palestra extra sobre o pré-sal, ministrada por Alzimara Bacelar, Diretora da Confederação de Mulheres do Brasil” (FERREIRA, 2010, p. 8). No final do evento, foi eleita uma nova diretoria da UMES, encabeçada, contudo, pelo então presidente da entidade, Fábio Vieira Peixoto. O nome da sua chapa foi novamente MUTIRÃO, igualmente como se deu no congresso anterior.

No discurso, após a confirmação de sua vitória, o estudante Fábio Vieira Peixoto afirmou que daria continuidade à criação de Grêmios no município e que o fortalecimento dessas agremiações favorecia “a comunicação e integração entre a UMES e os estudantes, além de estar contribuindo com o processo de democracia na escola, o Grêmio leva inúmeras benfeitoria ao colégio que pertence”, conforme noticiou a matéria do JCE, assinada por Ferreira (2010). Ademais, nesse congresso, os estudantes que se encontravam na chapa, intitulada MUTIRÃO, distribuíram um material por eles produzidos que objetivava apresentar “as lutas sociais e o desejo de mudança para um país cada vez mais soberano, acompanhado do sentimento de amor pela pátria foram os motivos pelo qual formulamos este material, contendo nossas principais ideias de luta e defesa dentro de São José dos Pinhais e do Brasil” (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, n.p.).

No interior desse material, o qual se pode chamar de tese, conforme é sugerido por um dos textos em que se informa que “nós do Mutirão lançamos esta tese ao III Congresso da UMES a fim de divulgar, provocar e instigar debates acerca das propostas e iniciativas da entidade nestes últimos anos”, compreende-se que o Mutirão entende “que é preciso organizar a juventude em volta de bandeiras que garantam uma educação para todos, essencial para o crescimento e desenvolvimento de um projeto de nação” (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, n.p.). Por fim, destaca-se que nessa tese se encontravam textos a

respeito do pré-sal; uma defesa acerca das cotas raciais e sociais; sobre a força e organização dos estudantes que podem garantir a meia-entrada; acerca do papel da UMES na defesa da denominada soberania nacional e, por último, havia um texto que se denominava de “UMES instrumento de luta!”, no qual se assinala que “a UMES vem sendo não só um espaço de organização da juventude, mas também instrumento de luta por melhorias nas condições de vida” (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010). As principais bandeiras da tese, a qual possuía na sua última folha a imagem do ex-líder cubano Che Guevara⁴¹, eram:

[...] 10% do PIB brasileiro para educação; monopólio estatal sobre a exploração do pré-sal, que os recursos oriundos do pré-sal venham para educação; meio passe para todo e qualquer estudante regularmente matriculado; Grêmio Estudantil livre em toda escola sem tutela da direção; o fim da MP 2208. Em defesa da Meia-Entrada; Redução do número de alunos em sala; pela manutenção do livro didático público; Escola pública, gratuita e de qualidade (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, n.p.).

Afora o fato de o nome da chapa corresponder ao mesmo nome que se atribuiu nos últimos congressos, corroborando a versão de que havia um grupo predominante na UMES, intitulado “Mutirão”, chama a atenção a distribuição de uma tese, iniciativa esquecida no primeiro e segundo evento, com a figura de um homem, conhecido enquanto revolucionário e socialista. Embora isso pareça algo banal, reflete muito a opção política, identificada mais à esquerda, de parte dos estudantes inseridos na UMES. No ME, como é observado anteriormente no primeiro capítulo, o posicionamento da maioria das entidades tradicionais, particularmente da UNE e a UBES, guardava, sobretudo em boa parte do período em que o Brasil se encontrava sob uma ditadura (1964-1985) e no período de pós-redemocratização, uma leitura de mundo mais à esquerda⁴², decerto em razão da interferência política desempenhada pelos partidos de esquerda, detentores das filiações de boa parte dos militantes que ocupavam a direção dos movimentos estudantis.

Em relação ao 4.º Congresso da UMES, faz-se necessário assinalar que a sua realização se deu, segundo as notícias que foram veiculadas naquele período, sob a bandeira da renovação e reconstrução da entidade. Com efeito, presume-se que a ocorrência desse momento se constituiu o mais delicado de sua história, pois,

⁴¹ Che Guevara era um ex-líder cubano, porém nascido na Argentina. Ele era considerado um guerrilheiro de esquerda, ficando muito conhecido em razão da sua atuação na revolução. Morreu na Colômbia, durante um ataque das forças oficiais do governo local.

⁴² Para não incorrer em generalizações, admite-se que o movimento estudantil também foi constituído por leituras de mundo mais à direita, como é possível notar na pesquisa de Braghini e Cameski (2015), todavia, entende-se que havia predomínio do pensamento mais à esquerda.

diferentemente dos outros congressos, sua quarta edição foi marcada pela denúncia de abandono da UMES, feita por seus organizadores. De acordo com o “Boletim Nosso Sistema” (2012), publicado pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), o evento contou com a participação de 300 estudantes, reunidos nas dependências da Faculdade Metropolitana de Curitiba (FAMEC), no dia 30 de abril de 2012. “Os estudantes [...] dialogaram sobre movimento estudantil e educação, comunicação, juventude, cultura e Rio+20” (BOLETIM NOSSO SISTEMA, 2012, n.p.). No entanto, dentre os objetivos do evento, um chamou mais a atenção: a formação da UMES, porque sugeria a inexistência da entidade nos últimos anos.

Não obstante, para o “Coletivo UPES de Comunicação”, o congresso que se realizou na FAMEC objetivava tornar a UMES a mesma que era no passado, a qual se destacava por fazer “muito por todos estudantes”, pois o contexto no qual se encontrava a entidade era de “situação complicada de abandono” (COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO, 2012). Ainda, de acordo com a notícia, assinada pelo “Coletivo UPES de Comunicação”, veiculada no *site* da União da Juventude Socialista (UJS)⁴³, esse congresso deveria ser considerado o de reconstrução da UMES. Para o Coletivo UPES de Comunicação (CUC), a realização desse congresso faria com que a entidade voltasse a “funcionar após muito tempo de abandono”. Essa notícia, a qual era antes de tudo um convite aos estudantes para irem à quarta edição do congresso, prometia a seus participantes um debate acerca de “algumas pautas importantes como movimento estudantil e educação, comunicação, e juventude, acesso à cultura, esporte e lazer” (COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO, 2012).

Há também outra notícia, agora veiculada pelo próprio *site* da UPES, afirmando que “mesmo com muita chuva e frio, os estudantes de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, não se abalaram e compareceram em massa no congresso de uma das principais entidades municipais do Paraná, a UMES São José” (COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO, 2014, n.p.). No entanto, não se verificou no texto uma informação que aponte o número da edição do evento, colocando em dúvida se a matéria é acerca do 5.º Congresso ou mesmo uma continuidade do quarto ou ainda se referia a uma nova tentativa de “reconstrução” da entidade. A respeito desse evento estudantil, o CUC noticiou que

⁴³ A UJS é conhecida como a juventude do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

[...] durante o congresso, houve diversos debates sobre a importância dos investimentos que serão feitos na educação e também para decidir quais seriam as bandeiras de luta da entidade, entre elas o passe livre e irrestrito para estudantes. Ao fim do evento, apenas uma chapa foi inscrita, formada em consenso entre todos os estudantes e eleita com 100% dos votos para o mandato de um ano (COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO, 2014, n.p.).

Além disso, o CUC informou que “o congresso aconteceu nas dependências do Colégio Estadual Ipê, onde inclusive o novo presidente da UMES [, Helbert Marcos], é o presidente do grêmio estudantil [...]”. Na matéria não constava uma data, relatando o dia em que o congresso aconteceu, todavia, a publicação no *site* da UPES, datada de 28 de setembro de 2014, leva a cogitar que o congresso se realizou no dia 27 ou durante a semana precedente a essa data.

O 5.º Congresso da UMES, diferentemente das edições anteriores, exceto a que se realizou em 2014, ocorreu no segundo semestre do ano, mais precisamente no dia 17 de outubro de 2015. O evento contou com o apoio do Jornal Registra, Academia Esporte e Vida, Força Sindical, APP-Sindicato e também da Câmara Municipal, lugar em que se realizou o congresso. A existência desses apoios foi possível verificar mediante a análise dos materiais que foram produzidos para divulgar e promover o evento, como cartazes, panfletos, crachás e *banners*. As logos dos apoiadores eram inseridas num espaço localizado abaixo do mote do congresso, o qual era “Verás que um filho teu não foge a luta”, provavelmente estimulado pelas ocupações das escolas em São Paulo, as quais, segundo Brito (2018), caracterizaram-se como exemplo de associativismo e ação coletiva capazes de expressarem-se “numa multiplicidade de formas organizativas e renovar-se constantemente [...]” (BRITO, 2018, p. 176), ocupações que viriam a ocorrer um ano depois no Paraná, a partir de uma das escolas públicas do município, contra a reforma do ensino médio.

Nesse congresso também se constatou a chamada “tiragem de delegados”, conforme evidencia o documento “Ata de eleição dos delegados (2015)”, cuja segunda folha continha o seguinte texto, a ser preenchido em sala de aula pelos estudantes:

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e quinze, na série ____, turma _____, turno _____, realizou-se a eleição dos(as) delegados(as) e suplentes para o quinto congresso dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais (ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS, 2014, p. 2).

Outrossim, na Ata de Delegados desse Congresso, exigia-se a assinatura e o carimbo da direção da instituição de ensino na qual se realizou a “tiragem”, além da assinatura do responsável da sala de aula em que se elegeram os delegados. Em sua última parte, era requerido também o nome e a assinatura dos estudantes presentes em sala no momento do escrutínio. Quanto aos delegados, supõe-se que por volta de 70 compareceram no dia do 5.º Congresso da UMES, sobretudo por ocasião do espaço no qual o evento se realizou, destinado a um número reduzido de espectadores.

2.3.2 A ATUAÇÃO DA UMES

Muitas foram as ações dos estudantes que se encontravam na UMES, porém a frágil preservação da memória de suas atividades levou essa pesquisa ao estabelecimento de um desafio, o emprego de uma análise mais atenta, debruçada sobre os indícios, a exemplo das reflexões de Gizburg (1989), em especial quando o autor evoca a figura do caçador, que “teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GIZBURG, 1989, p. 152). Esticar-se na busca de pontos localizados em superfícies por vezes afastadas uma das outras, em decorrência de seu desatrelamento, a fim de juntá-los com o objetivo de compreender as iniciativas de 2007 a 2015 empreendidas por esses adolescentes e jovens, é a grande tarefa que se mostra ao historiador dessa dissertação.

Por esse motivo, os achados documentais são observados como uma parte das práticas levadas a efeito pelos estudantes na UMES, e, ao mesmo tempo, um fragmento acerca do que pensavam seus integrantes. Outrossim, a visão sobre essas ações, expressas nos jornais e registros da entidade, deve ser encarada como um testemunho da sedimentação de um campo, constituído de forma deliberada e involuntária. Em outras palavras, conjectura-se que os estudantes são responsáveis pela fabricação de um espaço no qual suas ações se encontram circunscritas, regulamentadas pela especificidade dos seus modos de atuar, os quais não se homogeneízam, devido à diversidade com a qual se caracterizam, mas que, ao mesmo tempo, possibilita distingui-los e identifica-los. De outra forma, como se verá adiante, ao definirem suas atuações, os estudantes incorporam a seu campo novos objetivos, forçando a entrada em outros campos, sem deixar, no entanto, o seu à deriva.

Produzir carteiras estudantis, formar e fortalecer os Grêmios, organizar reuniões internas, estabelecer reuniões com o poder público e promover viagens e festas, bem como participar de conferências e congressos configuram-se numa série de ações dos estudantes que se encontram na UMES, ocupando a sua estrutura hierárquica. Essas ações dão pistas quanto às práticas empreendidas por seus praticantes, as quais são imbuídas de um *habitus*, característico do modo de atuar e pensar de seus integrantes. Ademais, observa-se que as práticas nunca se dissolvem no vazio, elas guardam intenções, por isso o pretexto de considerá-las uma forma de tática no sentido atribuído em Certeau (2014), cujo uso se dá sempre no terreno do outro, ou seja, os estudantes estão sempre a postos de modificar as relações de força no campo que lhes é estranho.

Thomson (2018) explica a ideia de campo a partir de uma analogia com o campo de futebol, comparação que, segundo a autora, não é um disparate, visto que Bourdieu discutiu certa vez a vida social como um jogo.

Um campo de futebol é um lugar delimitado onde se joga um jogo. Para jogar o jogo os jogadores têm posições definidas – quando o campo de futebol é representado em forma visual, ele é um retângulo com divisões internas e um limite externo com as posições estabelecidas marcadas em lugares predeterminados. O jogo tem regras específicas que os jogadores novatos precisam aprender, além de habilidades básicas, quando começam a jogar. O que os jogadores podem fazer e onde eles podem ir durante o jogo depende de suas posições no campo. A própria condição física do campo (se ele está molhado, seco, se o gramado é bom ou cheio de buracos) também tem efeito no que os jogadores podem fazer e, portanto, em como o jogo pode ser jogado (THOMSON, 2018, p. 97).

Isso posto, interpreta-se a atuação dos estudantes, inicialmente, como um conjunto de práticas, cuja extensão só ocorre a partir de um campo delimitado, no qual suas atividades são projetadas e realizadas. Deve-se, também, observar suas ações munido de grande cautela: a atuação dos estudantes, refletida nos achados, não espelhava um consenso entre os seus ex-integrantes e tampouco deve ser observada como a vontade da maioria. Acredita-se que cada atividade era uma síntese das disputas e das relações de poder inscritas na UMES, qual seja a gestão que se achava em curso na entidade, conforme é sugerido nos documentos acerca de suas ações. Portanto, a atuação dessa agremiação era o resultado de uma combinação entre vários fatores, que implicavam a recusa, o aceite e o interesse de cada um dos envolvidos, além da influência das experiências advindas de outras entidades estudantis, sob um campo em específico, porém que se deslocava. Não

que os estudantes prescindiam de um campo, mas buscavam atuar em outros, em virtude da necessidade de alcançar suas bandeiras, as quais não podiam ser conquistadas tão somente no interior da escola ou do campo educacional. Vê-se, desse modo, que os estudantes escapavam da atuação a eles atribuída, como reivindicar a melhoria das escolas e de seus métodos de ensino, no intuito de lograr mais conquistas, resididas no mundo social.

Talvez uma das principais atividade da UMES, durante o período de 2007 a 2015, resida na confecção das chamadas “carteiras de estudantes”, ideia que se apoiou nas experiências de outras entidades estudantis, especialmente na UPES, UBES e UNE. No Paraná, por exemplo, conforme a notícia veiculada pelo Jornal da Educação (2005c, p. 8),

A carteira da Ubes [foi] oferecida a todo estudante do Ensino Fundamental, Médio, pré-vestibular ou curso técnico. [Era] um documento oficial que beneficia[va] o aluno em diversas ocasiões, como a de dar direito à meia-entrada em atividades culturais e esportivas em todo o território brasileiro. Além de ser válida como identificação, pela Secretaria de Segurança Pública (Patrulha Escolar), na questão de diferenciar estudantes ociosos em frente às escolas. Também identifica[va] o estudante no transporte escolar, nos jogos estudantis e nas escolas estaduais, e [dava] direito a descontos em estabelecimentos comerciais conveniados (JORNAL DA EDUCAÇÃO, 2005c, p. 8).

Esse convênio entre o Governo do Paraná e a UBES perdeu fôlego em 2008, e, com o surgimento da UMES, os estudantes de São José dos Pinhais notaram uma oportunidade para financiar suas atividades e continuar a promover descontos em estabelecimentos, só que dessa vez localmente. Para dar corpo a essa ideia, a UMES participou de algumas reuniões com empresários, como se verificou numa notícia intitulada “UMES firma convênios na Vila Quissisana” ([2008]), destinado a assuntos sobre “comunidade”.

A UMES [...] promoveu encontro com empresários da região Vila Quissisana na sede da Associação de Moradores, com a finalidade de expor aos presentes, uma parceria visando benefícios mútuos. A entidade [...] pretende com a medida oferecer oportunidades aos comerciantes, de incrementar o comércio, através de convênios com a entidade, onde o estudante ou familiares podem adquirir produtos com desconto (UMES FIRMA CONVÊNIOS [2008], n.p.).

Na mesma notícia, o presidente da UMES daquele período, Rudá Moraes Gandin, afirmou que, com a confecção das carteiras de estudantes, pretendia-se “reforçar as atividades comerciais, trazer benefícios para os associados da UMES e, ao mesmo tempo, aumentar o número de participantes em todas as regiões” (UMES FIRMA CONVÊNIOS

[2008], n.p.). Vê-se, então, que a implementação de uma carteira estudantil não só visava a promoção de vantagens em alguns estabelecimentos comerciais e a meia-entrada em eventos musicais, culturais e esportivos, mas também uma forma de angariar recursos para sustentar a UMES financeiramente. Para tornar isso possível, as entidades estudantis reivindicavam nessa época o fim da Medida Provisória (MP) n.º 2.208, de 17 de agosto de 2001, que vedava a exclusividade da emissão dos documentos estudantis pelos estabelecimentos de ensino e agremiações estudantis – inclusive essa luta foi uma das bandeiras do 3.º Congresso da UMES em 2010. Todavia, somente em 2013, com a nova lei da meia-entrada, Lei n.º 12.933, de 26 de dezembro de 2013, assevera-se às entidades estudantis a emissão das carteiras, garantindo a elas uma fonte de recursos capaz de financiar suas atividades.

De acordo com o cartaz de divulgação da “carteirinha UMES”, os estudantes teriam “meia-entrada em shows, jogos e cinemas [e] descontos em cursos profissionalizantes e compras em dezenas de empresas da cidade”. O cartaz dizia ainda que “com esta carteirinha, além de assistir um bom filme ou um jogo do seu time, se vestir no seu estilo, divertir-se, cuidar de sua saúde e aparência você economiza e tem a certeza dos seus direitos garantidos como estudante” (CARTAZ UMES, [2008], n.p.). Constata-se, também, uma série de estabelecimentos comerciais com os respectivos descontos e o apoio de uma empresa de formação profissional, cujo nome se encontra nas carteirinhas com a logo da entidade municipal de estudantes do município de Criciúma/SC. Apesar dos apoios, a emissão das carteirinhas era cobrada pela UMES, cerca de R\$ 3,00, segundo o Contrato de Patrocínio ([2008]), destinado às empresas, e sua solicitação se fazia mediante o preenchimento de um pequeno papel, o qual se deveria completar com as seguintes informações: nome completo do estudante, telefone, celular, *e-mail*, nome da escola, série e turma, turno, data de nascimento e endereço.

A consolidação dessa atividade e de outras eram decorrentes dos debates que se sucediam nas reuniões da UMES, como sugere o achado⁴⁴ sobre “Pauta de Reuniões”, datado de 12 de janeiro de 2008. Nesse documento, além das pautas a serem discutidas, havia uma observação quanto ao procedimento de inclusão de novas pautas, decerto redigido pelo presidente ou por outro membro da entidade, a julgar pela escrita do texto:

⁴⁴ Reforça-se que o emprego do termo achado é ilustrativo da ausência de sistematização dos documentos da UMES que se encontravam em posse dos ex-integrantes da entidade. Não havia, portanto, organização dos documentos tal qual se observa em boa parte das bibliotecas ou acervos públicos, que se dividem por ordem cronológica e, por vezes, alfabética, com o devido cuidado para sua preservação, por exemplo.

“proponho que todas as reuniões sejam pautadas em folha timbrada, e que cada proposta de pauta seja colocada sempre uma reunião antes ou durante a semana para nossa organização” (PAUTA DE REUNIÃO, 2008, n.p.). Nessa reunião que se deu no começo do ano, a pauta era a seguinte:

Organização da UMES neste ano de 2008.
 Debate sobre a elaboração da Cartilha.
 Construção do calendário de 2008.
 Conferência Municipal de Juventude.
 Construção e centralização dos projetos.
 Debate sobre a Carteirinha e a Sede.
 Conclusão (PAUTA DE REUNIÃO, 2008, n.p.).

Verifica-se, a partir do descrito na “Pauta de Reunião”, uma disposição dos estudantes em planejar suas ações com base em debates, não obstante o fato de produzirem uma pauta não significa, inevitavelmente, que as discussões eram democráticas e as decisões precedidas da aprovação de todos ou da maioria dos dirigentes da UMES. A constatação a respeito da maneira pela qual se decidiam as pautas pode ser vislumbrada no próximo capítulo, nos depoimentos orais. Num outro documento, intitulado de “Orientações Gerais da Direção Executiva da UMES – SJP”, provavelmente do início de 2008, um dos itens, no entanto, determina que “todas as atividades, projetos e eventos elaborados e exercidos pela entidade deverão passar pela aprovação coletiva da diretoria executiva da UMES-SJP” (ORIENTAÇÕES GERAIS, [2008], n.p.). A noção de democracia, com a qual se identificavam, parece abrigar-se em Touraine (1996, p. 208), quando afirma que “a democracia só existe quando o maior número possível de pessoas tem vontade de exercer o poder, pelo menos indiretamente, de se fazer ouvir e ser parte integrante das decisões que afetam suas vidas”, isso porque, presume-se, os estudantes no interior da UMES eram participativos e atuantes, vide a imensa tarefa de distribuir as “carteirinhas UMES”.

Esse documento permite supor, também, que a entidade estudantil possuía ou buscava alcançar um nível de organização mais rígida quanto às suas ações e reuniões, optando a favor de horários mais definidos e responsabilidades mais claras a cada um dos integrantes. Ao que parece, essas orientações procuravam dar à UMES outro perfil, talvez mais sisudo, disposto a fazer as atividades da entidade saírem do papel; um modo de se organizarem, encontrado para dar corpo ao funcionamento da entidade, com a qual se comprometeram. No final desse documento de duas páginas, nota-se um lembrete quanto à

aprovação dessas orientações, “em reunião pelo coletivo” (ORIENTAÇÕES GERAIS, [2008], n.p.), o que reforça a noção de democracia, caracterizada pela distribuição do poder de decisão entre os seus envolvidos, com a qual a maioria dos estudantes na UMES parecia consentir.

Era em torno de 17 o número de orientações inscritas no documento, sendo a primeira o emprego da responsabilidade de convocar as reuniões ao então secretário-geral, Rafael Ferreira; a segunda, dizia respeito aos dias em que se realizariam as reuniões: “serão semanais, aos sábados, às 8h, no colégio estadual São Cristóvão” (ORIENTAÇÕES GERAIS, [2008], n.p.). Anteriormente a esse item, havia também uma observação sobre as justificativas em relação às faltas dos diretores da UMES nas reuniões. De acordo com o documento: “as justificativas de falta serão feitas com a presidência, na pessoa de Rudá Moraes Gandin [...]” (ORIENTAÇÕES GERAIS, [2008], n.p.). Já a terceira orientação referia-se ao tempo de intervenção dos estudantes na reunião, o qual era de dois minutos. O tempo que se concedia a cada intervenção, isto é, de fala aos membros na reunião, era precedido de inscrições, realizadas por um dos diretores da entidade, o estudante Rodrigo Neves. Todos esses itens, descritos até aqui, forçam a pensar que os estudantes estavam preocupados, antes de tudo, com a maneira com a qual se organizavam internamente, sobretudo, em relação ao andamento das reuniões. Fica nítido que isso era algo a ser bem acertado entre os integrantes. As demais orientações diziam o seguinte:

- As reuniões serão divididas em três partes: política, pauta e debate
- Os referidos projetos elaborados por cada diretoria devem ser encaminhados para a presidência, na pessoa de Amanda Juliane Vicentini.
- Cada diretoria deverá ter um e-mail para comunicação, tendo como regra padrão as iniciais da entidade. Exemplo: umes.sjp.presidente@gmail.com. Os e-mails devem ser do gmail.
- As reuniões seguiram pautas, apresentadas por cada diretor uma reunião antes ou durante a semana.
- O e-mail da entidade será umes.sjp@gmail.com, e será controlado pela diretoria de imprensa e pela presidência, junto ao site da entidade.
- As reuniões terão primeiramente um caráter interno, sendo futuramente aberta a todas e todos os estudantes.
- Todas as decisões e atividades, projetos e eventos serão orientados pela presidência.
- A carteirinha de estudante da UMES-SJP, será de responsabilidade de Elton Machado e Rafael junto a presidência.
- As demais questões a surgirem deverão ser anotados por cada um, visto que as observações gerais são estas já descritas. O restante será de

gerência e cuidados do presidente da entidade, visto que as distribuições de tarefas também (ORIENTAÇÕES GERAIS, [2008], n.p.).

Percebe-se que, com as orientações acima, a despeito dos registros assinalando a importância das decisões coletivas no interior da entidade, a UMES era dirigida de muito perto pelo seu presidente, ao menos é o que se depreende das orientações lançadas pela entidade. Obviamente que as orientações acima não podem ser olhadas como o espelho fidedigno da atuação dos estudantes, porque a dinâmica do cotidiano, banhada de mudanças, decorrentes de acontecimentos inesperados, conflitos e consensos, inventa-se “com mil maneiras de *caça não autorizada*”, conforme aponta Certeau (2014, p. 38). Deduz-se, por um lado, a constituição de uma entidade centralizadora, em que tudo é feito segundo a permissão do seu presidente, e, por outro, uma preocupação com a realização dos projetos e das atividades planejados nas reuniões.

A atuação da UMES também se remetia ao apoio e à “montagem” de Grêmios Estudantis. O Jornal Coração de Estudante, por exemplo, foi o principal meio de comunicação do município a relatar em suas páginas o trabalho empreendido pelos estudantes. Quatro de suas edições, no ano de 2009, registraram o apoio da UMES às eleições e formação de Grêmios. Em uma delas, o jornal reproduziu a fala do então vice-presidente da UMES, Anderson J. de Lima, que havia acompanhado todo o processo eleitoral do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Silveira da Motta: “[estou] contente com mais uma eleição constituída com o apoio da UMES [,] renovando militantes no movimento estudantil organizado de São José dos Pinhais, o qual tem tendência de se expandir por toda cidade” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009b, p. 2). Numa outra matéria, o periódico informou que a UMES ajudou na eleição do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Arnaldo Jansen. Na ocasião, estava presente o então vice-presidente da entidade, o qual declarou que “a [...] prioridade é montar grêmios por toda São José” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009d, p. 2). Quanto à formação do Grêmio desse colégio, foi necessária a constituição de uma comissão com oito estudantes, composta por integrantes da UMES e da própria escola,

[...] os quais foram tentar algum acordo com a direção do Colégio. Depois de vários minutos de conversa o diretor do colégio [...] se comprometeu a estar realizando reunião do conselho escolar [...] a qual deverá discutir todos os aspectos para a formação do Grêmio Estudantil e assim também obter datas para início das atividades eleitorais no colégio. Há alguns dias, a UMES enviou ao colégio um requerimento solicitando que fosse dado aos alunos estrutura e apoio para a criação do Grêmio,

sendo que o documento foi assinado pela UMES e pelo Chefe da documentação escolar, Ciro Ellenberg (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009e, p. 1).

Esse episódio é exemplar da dificuldade que havia em instituir um Grêmio Estudantil em parte das escolas do município, ainda que a legislação, discutida anteriormente sobre os Grêmios, assegurasse a sua organização como “entidades autônomas representativas dos estudantes” (BRASIL, 1985). Leles (2007) nomeia a participação observada acima, em que o diretor da escola se coloca como controlador das ações dos estudantes, vide a sua conduta em levar a criação do Grêmio para o conselho da escola, a fim de “obter datas” para o início das atividades do Grêmio, como “participação tutelada”, cujos “estudantes estão sempre condicionados às regras impostas pela escola [...]”. Agem nas raias do permitido e são, constantemente, acompanhados, orientados e vigiados pelos ‘adultos’ [...]” (LELES, 2007, p. 116). Apesar do comportamento, oriundo do diretor da escola, em tentar tutelar a formação do Grêmio, sua nova diretoria tomou posse, ainda que no começo de 2010, meses após a eleição da entidade. A posse foi “marcada por choros e por aplausos aos alunos que se empenharam para formar o primeiro Grêmio do colégio” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2010a, p. 5) e seguida do discurso da recém-presidente eleita e empossada:

[...] depois de tanta luta e brigas, discussões e empenho, coletividade, conseguimos marcar a data de eleição do grêmio, infelizmente com algumas coisas que não aceitamos, [mas] era necessário sacrificar algumas para ter outras, e nesse caso sacrificamos a campanha eleitoral, que foi proibida pela direção (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2010a, p. 5).

Em 2009, no dia 17 de abril, houve também a escolha da nova diretoria do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Lindaura. Segundo a reportagem do Jornal Coração de Estudante (2009c, p. 4), “três chapas estiveram concorrendo às eleições, que tiveram quatro dias para campanha com panfletos, cartazes e o famoso ‘boca a boca’, onde os estudantes puderam estar apresentando suas ideias e propostas em todas as salas do colégio”. Em relação à participação da UMES, o periódico registrou o agradecimento do seu então presidente, Fábio Vieira Peixoto, ao diretor, professor Jair, pela colaboração: “está sendo exemplo em nossa luta” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009c, p. 4). Na mesma publicação constava, também, que dos 27 colégios, apenas 7 possuíam um Grêmio Estudantil. Outra eleição, a do Grêmio Estudantil Walquíria Afonso da Costa,

ocorrida em maio de 2009, no Colégio Estadual São Cristóvão, também contou com o apoio da UMES no processo eleitoral, inclusive uma das candidatas a presidente da agremiação era tesoureira da entidade municipal (FERREIRA, 2009). Verifica-se, então, que a atuação da UMES se dava em correspondência com as escolas e com seus estudantes, promovendo a formação de Grêmios Estudantis pela cidade, como defendiam seus dirigentes.

As atividades da UMES se concentravam em participar, também, de congressos, conferências e outros eventos, como a “Pauta de Reunião” sugeriu ao propor a discussão acerca da Conferência de Juventude, que se realizaria no município. Aliás, quanto a isso, uma das orientações foi a de que “todas e todos aqueles que possuem cargos na UMES-SJP deve[riam] participar da 1.^a Conferência Municipal de Políticas Públicas para juventude” (ORIENTAÇÕES GERAIS, [2008], n.p.). O Jornal Coração de Estudante (2009f, p. 2), numa notícia intitulada “UMES-SJP participa de evento no Rio de Janeiro”, informou que os seus integrantes

[...] viaj[aram] para a cidade do Rio de Janeiro, desta vez com a missão de participar do 12º CONEG (Conselho Nacional de Entidades Gerais) [...]. O CONEG é o fórum responsável por convocar o congresso e definir a Comissão Nacional de Credenciamento e Organização [...]. Além do CONEG, também teve destaque o 1º Encontro Latino-Americano de Estudantes Secundaristas, realizado em parceria com a OCLAE, do qual participaram trinta delegados, representando treze países [...] Os estudantes de São José dos Pinhais foram representados pelo presidente da UMES, Fábio Vieira Peixoto, o vice-presidente, Anderson de Lima e o presidente do Grêmio Estudantil do Colégio São Cristóvão (GEWAC), Rubéns Ferreira” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009f, p. 2).

Com isso, averigua-se que a atuação da UMES se dava, tal-qualmente no apoio à formação e ao apoio aos grêmios, fundada na experiência e relação com outros jovens. Ir a outros eventos fora da cidade ou do Paraná constituía-se numa das atividades desempenhadas pelas UMES, apesar de esse evento no Rio de Janeiro se configurar num dos poucos achados a esse respeito. Todavia, isso comprova uma dinâmica muito comum no ME tradicional, a ida de estudantes a outros estados para participar das instâncias indiretas de decisão da UBES ou UNE. Igualmente como ocorre nos congressos, o Coneg era formado por delegados, ou seja, havia um tipo de eleição nos municípios que elegia os participantes com direito a voto ao Coneg da UBES, similarmente como se sucedia no próprio congresso da UMES. Ainda com relação à participação em eventos pela UMES,

numa edição especial do Dia do Estudante, publicada pelo Jornal Coração de Estudante, o presidente da entidade escreveu um pequeno artigo, denominado “A UMES e os Estudantes”, em que reafirmava o objetivo da entidade em formar e fortalecer os Grêmios Estudantis e continuar “cada vez mais participando de conselhos, congressos e conferências representando o segmento estudantil do município na luta por melhorias nas diversas áreas que envolve estudantes e a juventude da nossa sociedade” (PEIXOTO, 2009, p. 7).

Reuniões com o poder público também eram uma das atividades que os estudantes da UMES desempenhavam. Segundo o Jornal Coração de Estudante (2009g), “a Secretaria de Promoção Social de São José dos Pinhais realizou reunião com a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES-SJP), a fim de diagnosticar as principais dificuldades da entidade e estar firmando parcerias para superá-las” (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009g, p. 2). Nessa reunião, sucedida nas dependências da Secretaria de Promoção Social, discutiram-se

[...] alguns problemas por quais os estudantes passam. Na ocasião, foi citada a falta de capacitação de muitos professores em sala de aula, o que resulta em péssimos resultados a médio e longo prazo. O despreparo e a falta de compromisso com a educação de alguns professores são notados quando em algumas salas de aula se ouvem deles frases como: ‘eu não me importo se vocês quiserem aprender, o meu salário está garantido no final do mês’, o que revolta a muitos estudantes (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009g, p. 2).

Ainda a respeito da reunião com uma parte do poder público,

[...] foram traçadas algumas “parcerias a serem feitas entre a UMES e a Secretária, são elas: Cartilha para formação de Grêmios, uma sede social para que a UMES possa realizar suas atividades, a oficialização jurídica da UMES, entre outras em estudo. Também foi citadas algumas bandeiras da UMES, como os projetos de lazer para a juventude nas áreas livres da cidade, melhor qualidade no ensino da escola pública, segurança nos colégios entre outros (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2009g, p. 2).

Sobre a realização dessas reuniões com o poder público, vislumbra-se uma tentativa de adentrar o campo político, a fim de se atingir os meios com os quais se amplificariam as bandeiras estudantis. O acordo quanto à produção de cartilhas e à oficialização da UMES denota a investida dos estudantes em jogar o jogo no âmbito da política, em cuja posição

isso é imperioso para lograr vantagens em relação ao adversário. Da mesma forma, era comum a ida dos estudantes aos gabinetes dos vereadores solicitar a contribuição de recursos para custearem as atividades da UMES, coisa que se sucedia em relação às empresas do município, como mostra o Ofício n.º 14/08, direcionado à loja de roupas. Nele, a UMES solicitou, por exemplo, a colaboração de R\$ 120,00 para “o registro de nossa entidade” (OFÍCIO, 2008, n.p.). O ofício era do ano de 2008 e se encontrava assinado pelo então presidente, Rudá Moraes Gandin, e o então secretário financeiro, Caio César.

Em 2010, a UMES promoveu um evento com o apoio da APP-Sindicato e do então vice-prefeito, Jairo Melo, no qual se discutiu a instauração de uma universidade pública no município. De acordo com o Jornal Coração de Estudante (2010b),

[...] mais de 200 estudantes estiveram reunidos na câmara municipal da cidade para participar da discussão sobre a construção de uma Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em São José dos Pinhais [...]. No evento se fizeram presentes várias lideranças estudantis da cidade como Fábio Peixoto, presidente da UMES; Anderson de Lima, vice-presidente; Rudá Gandin, vice-presidente da UNE PARANÁ; entre outros diretores da UMES e militantes do movimento estudantil municipal (JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE, 2010b, p. 10).

O município de São José dos Pinhais não possuía uma universidade pública até o ano de 2010⁴⁵, não obstante houvesse instituições privadas de ensino superior, nas quais os jovens pudessem obter o diploma de ensino superior. Essa preocupação da UMES com o ingresso de seus representados à universidade é acompanhada de alguma forma da atenção que se observa em todo o ME tradicional acerca da universidade, a exemplo do texto incluído na tese da chapa que concorreu à UMES em um de seus congressos: “Em defesa das cotas raciais e sociais” (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, n.p.). Ou seja, apesar da UMES referir-se aos estudantes secundaristas, sua tese reservou um espaço às questões do movimento universitário. Para responder ao interesse da UMES nessa discussão, conjecturam-se duas hipóteses: havia uma demanda significativa de estudantes querendo ingressar na universidade, oriundos do terceiro ano do ensino médio, forçando a UMES a se mobilizar; em razão da ausência de um movimento de estudantes universitários mais atuante, a UMES encampava todas as pautas no município em relação à educação, por isso decidiu promover esse debate. Seja qual for o motivo, entende-se que o evento se

⁴⁵ Atualmente, ainda continua a ser uma bandeira de muitos estudantes, professores e políticos a instalação de uma universidade pública em São José dos Pinhais.

constituiu num grande acontecimento, dados o número de participantes e a relevância social que é a luta pela instalação de uma universidade numa localidade, não obstante sua implementação tenha se diluído ao domínio das ideias, da mesma forma que outras bandeiras, defendidas e discutidas pela entidade.

Uma das últimas ações que se verificou a respeito da UMES, e que se constituía em uma atividade importante, era o chamado InforUMES, um programa transmitido pela “Rádio Web Nosso Jornal⁴⁶”, em que a entidade divulgava suas ações e discutia vários assuntos de interesse do município. O programa ocorria aos sábados, das 18h às 20h, e operava em parceria com o Jornal Coração de Estudante. “O objetivo principal do programa [era] criar um vínculo com o estudante, explorando a mídia sonora. Muita informação e bate-papo informal é o que marca o InforUMES”, de acordo com a divulgação veiculada pelo Jornal Coração de Estudante (2009h, p. 5). Quer dizer, a UMES se colocava enquanto um ponto de informação e transmissão cultural de parte dos estudantes do município e, mesmo que seja difícil dimensionar o alcance que o programa dispunha naquele período, sua existência devia alcançar algum número de adolescentes e jovens.

Vê-se, assim, que a atuação da UMES constituía-se num conjunto de ações sobre as quais se produziam práticas que circulavam entre o seu campo de origem, o ME, além do educacional, e o campo no qual buscavam se inserir, o campo político. As atividades desempenhadas pelos estudantes inseridos na UMES era diversificada, embora concentrada na formação e no fortalecimento dos Grêmios Estudantis do município. Em síntese, os achados documentais relevam que os estudantes não só estavam preocupados com suas ações internas, voltadas a seus representados, mas também com a política do município e o ME em geral.

⁴⁶ Era uma rádio que funcionava *on-line*, financiada pelo “Nosso Jornal”, um periódico local de notícias.

3. AS PRÁTICAS ESTUDANTIS

Muitas são as questões a respeito do ME que merecem um olhar mais sofisticado, desapegado das conclusões mais ordinárias que se fabricam sobre as organizações estudantis, como foi o caso de uma das repercussões midiáticas a respeito dos estudantes nos anos de 1960, em que “foram apresentados como uma fonte de extrema conflitualidade, que desafiava a ordem e a paz sociais e promovia estilos de vida e ideais políticas de esquerda ou comunistas” (HUERTA, 2018, p. 58). Apesar dessa identidade que lhes foi atribuída, as organizações estudantis e seus estudantes não guardam semelhanças entre si a todo momento, ainda que possam lutar por objetivos muitas vezes similares.

Desse modo, torna-se imprescindível a inauguração de uma dinâmica mais complexa ou que se admita mais complexa em torno da análise sobre a maneira com a qual se organizam os estudantes, cujo objetivo seja o fim, mesmo que possa vir a ser temporário ou tardio, do pensamento simplista pelo qual os estudantes são tomados como reprodutores das condutas de seus dirigentes e organizações mais bem posicionados no campo político. Superar essa interpretação homogeneizadora do ME e dos estudantes, uma vez que suas práticas são observadas enquanto recursos que se encontram condicionados ao desejo e interesse de uma e outra entidade estudantil, cuja posição é mais privilegiada e reconhecida no cenário político e social, é a principal finalidade desse capítulo, no qual se analisam as entrevistas dos ex-integrantes da UMES, no período de 2007 a 2015.

Tomar o ME como resultado e processo de uma e outra organização mais destacada no âmbito da sociedade, reduzindo-o à compreensão de que a síntese das lutas, dos conflitos, das conquistas, das reivindicações e da identidade de todos os que se inserem no ME é um efeito mais externo e hierárquico do que interno e construído por inúmeros estudantes, sejam eles de crenças religiosas ou políticas das mais diversas possíveis, tem-se consagrado no grande imbróglio dos que se aventuram em estudar o ME. Isso se dá porque embora muitas vezes seja evidente que o ingresso de indivíduos diferentes entre si forja práticas diferentes, é costumaz a crença de que os estudantes que fazem parte do ME são iguais em seus interesses, gostos e atuam de forma uniforme, além de serem, quase sempre, identificados como de “esquerda”, no que diz respeito ao espectro político.

Após considerar que o ME é constituído por uma gama de condutas que foge aos olhos de seus dirigentes e entidades mais bem posicionadas, porque a vida pode se dar ao largo das imposições e pode ocorrer tão vigorosa nas frestas que se esqueceram de tampar, quanto à luz dos olhos vigilantes das grandes entidades estudantis, torna-se crucial apontar de antemão que nesse capítulo se busca corroborar, por meio da História Oral e dos autores fundantes dessa pesquisa, o argumento de que os estudantes que participavam da UMES fabricavam, a seu modo, as práticas que davam à UMES sua identidade, práticas essas que se configuravam num conjunto de táticas, noção que se apoia em Certeau (2014). Quando se observa o que os ex-integrantes da UMES guardaram a respeito de seus feitos no período em que atuavam no ME, deixa a impressão de que o cotidiano e as principais ações da entidade eram objeto de decisões coletivas e iniciativas que, apesar de muitas vezes serem espelhadas em outras experiências, reservavam a marca de cada ex-integrante.

Essa relação entre o que os integrantes da UMES faziam de modo deliberado e involuntariamente, a qual contribuía para forjar a identidade de suas ações e da entidade da qual faziam parte, de forma tácita e explícita, é o que se nomeará, preliminarmente, de *práticas estudantis*⁴⁷, categoria que se definirá a partir das análises e reflexões sobre o ME, em especial no que tange à conduta que os estudantes da UMES adotaram durante o período de 2007 a 2016. Destaca-se, contudo, que a ideia de *práticas* se encontra inserida no misto de reflexões empreendidas sobre os conceitos de campo e *habitus* em Bourdieu, assinalados por uma estrutura relacional (MATON, 2018). Desse modo, a compreensão de *práticas*, por meio da qual se realça ao refletir o engajamento e as ações dos estudantes, evidencia-se por seu caráter relacional, haja vista que sua consolidação não determina, necessariamente, o que os estudantes fazem ou deixaram de fazer e, tampouco, busca estabelecer o que os estudantes, inseridos em organizações estudantis, fazem ou não em seu cotidiano. Falar em *práticas estudantis* significa pensar, antes de tudo, acerca da síntese em torno das vontades, das resistências, dos conflitos e das ações que, à medida que são colocadas em prática, ajudam a forjar a identidade de seus praticantes.

Esse capítulo se resume em, além de analisar as entrevistas, instituir o conceito de *práticas estudantis*, com o apoio das principais noções até o momento discutidas, como campo, *habitus* em Bourdieu, poder em Foucault e tática e estratégia em Certeau. Em

⁴⁷ Usar-se-á o termo prática em itálico quando se tratar do conceito que se pretendeu aqui empregar ao conjunto de relações observadas nas condutas dos estudantes e suas atividades na UMES. Quando se utilizar o termo prática, sem o uso de itálico, trata-se do uso de seu significado comum, expresso nos dicionários brasileiros como “ato ou efeito de praticar”, segundo o dicionário Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pr%C3%A1tica>. Acesso em: 10 nov. 2020.

relação às entrevistas, assinala-se que elas se constituíram de acordo com os apontamentos feitos por Alberti (1996, 2005). A escolha dos entrevistados foi guiada, então, segundo os objetivos da pesquisa, conforme orienta a autora. Ademais, buscou-se escolher segundo a “posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência” (ALBERTI, 2005, p. 31). Assim, a seleção dos entrevistados foi realizada de acordo com o que eles “viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e [o] que [poderiam] fornecer [de] depoimentos significativos” (ALBERTI, 2005, p. 31-32), conforme é discutido no tópico acerca da metodologia dessa dissertação. Todos os entrevistados participaram de algum momento da história da UMES, uns mais outros menos, e deram importantes contribuições à formação e à produção das práticas que a UMES empregou durante o período de 2007 a 2015.

Obviamente que o resultado das entrevistas não se configura numa leitura imparcial e total dos acontecimentos que se sucederam, seja pelo número reduzido de entrevistas que se conseguiu realizar para essa pesquisa ou pela ausência de relatos quanto a tudo o que aconteceu, muito provavelmente em razão dos limites impostos pela memória. Os fragmentos das narrativas que se observarão nesse capítulo traduzem momentos, perspectivas e uma leitura muito particular de cada ex-integrante, cuja decisão de contar o que lembra a respeito do que viveu é uma maneira de trazer à vida cada ato escamoteado pelo tempo. Ademais, essa tarefa não ficará apenas ao encargo dos entrevistados, mas também do pesquisador, que, ao revelar suas memórias, intenta contribuir na feitura da vida social de São José dos Pinhas e de seus estudantes, enleados pela disposição de ocupar o campo político e a direção de seus próprios destinos.

3.2 A FORMAÇÃO DA UMES

A formação da UMES é compreendida nessa pesquisa como uma tentativa de os estudantes ingressar em outro campo, diferente daquele ao qual se encontram acostumados, que é o educacional. Em relação ao campo educacional, entende-se como um espaço no qual se discutem os problemas da escola e, por consequência, da educação, de forma muito mais restrita. Dito de outra forma, os estudantes, ou pelo menos a sua maioria, acostumaram-se a debater os assuntos que se remetem ao interior das instituições de ensino, muito provavelmente por ocasião dos limites de atuação do Grêmio Estudantil, que

não detém o poder de representar ou reivindicar bandeiras em outras instituições senão na qual se encontra estabelecido.

Bourdieu (2011c, p. 147) aponta que “a evolução das sociedades tende a fazer com que surjam universos [...] que tem leis próprias, autônomos”, os quais, segundo o autor, denominam-se campos. Esses campos, ao se produzirem, geram “uma forma de interesse que, do ponto de vista de outro campo, pode parecer desinteresse [...]” (BOURDIEU, 2011c, p. 149). A partir dessa perspectiva de campo, interpreta-se o local no qual os estudantes se encontram mais familiarizados enquanto campo educacional, cujo principal interesse se resume aos problemas metodológicos, adotados pelos professores em sala de aula, além das questões relativas à cultura da escola, como a forma pela qual se estabelecem o recreio e as regras que os estudantes, professores e demais trabalhadores da educação devem seguir. Assim, todas essas questões circulam, acredita-se, um campo que se admite ser genuíno da educação, o qual só quem o frequenta sabe das necessidades e das urgências de seu dia a dia. Isso não quer dizer que os problemas que o circundam não sejam de interesse da política, porém, parecem residir ao largo das grandes discussões que marcam o campo político, o qual parece mais preocupado com as decisões acerca dos acordos que precedem as eleições e as ações dos governantes.

O ME, mais precisamente as organizações estudantis como a UNE e UBES, por exemplo, constituíram-se enquanto movimentos que atuavam ou interviam nas decisões que proviam do campo político, como se pode observar nessa dissertação, à medida que defendiam a redução dos juros do BC e o fim das políticas neoliberais. Embora o Grêmio Estudantil também se enquadre no ME, sua atuação só ganha potência quando ele está imbuído num conjunto de organizações maiores em relação a si próprio, no tocante à força política e à abrangência. Retomando o que se apontou anteriormente, logo no início dessa dissertação, quanto aos motivos que levam o ME a atuar no campo político, verifica-se que ele encontra no campo político, à medida que o disputa, um meio de obter adeptos às suas bandeiras, a fim de concretizá-las, inclusive porque é nesse campo que se pode manter ou subverter a “distribuição do poder sobre os poderes públicos” (BOURDIEU, 2011a, p. 174), poderes que, normalmente, são responsáveis por garantir a qualidade das escolas e uma vida social melhor para todos.

Ao tomar conhecimento de que o fechamento em si mesmo não contribui para o alcance de mudanças mais significativas, porquanto o número de pessoas que defendem essas mudanças for reduzido, o ME adentra o campo político, a fim de dobrar as relações

de força em curso, com a finalidade de tornar o cenário político no qual atua mais favorável, sendo talvez o alastramento dessa percepção entre os estudantes que os levou a fundar a UMES. De acordo com um dos entrevistados, ora denominado como “A”, havia uma “necessidade, realmente, da criação de uma entidade, um pouco mais... não só um grêmio estudantil, mas de uma entidade que discutisse políticas voltadas pra todo município das escolas secundaristas [...]” (A, 2020). Esse ex-integrante da UMES, cujo início de participação no ME se deu no Colégio Estadual Costa Viana, instituição que nesse período dispunha de um Grêmio, entendia que para atingir uma condição mais ampla de atuação era preciso se deslocar de uma e outra escola, e de suas questões particulares, para lançar-se a política do município. De alguma forma, isso representou um avanço em relação à ideia de que as dificuldades quanto à oferta de um ensino de qualidade residem apenas nas decisões que se tomam na escola.

Convém registrar, também, que havia, de acordo com o pesquisador, uma exigência naquele período quanto à fundação da UMES, determinada pela ausência de uma entidade municipal de estudantes que fosse atuante na região. Da mesma forma, havia uma prescrição, por parte do grupo político no qual se achava a maioria dos fundadores da UMES, em organizar sua formação. Observa-se, então, que o processo de formação da UMES, além de caracterizar-se pela vontade dos estudantes, assinalada anteriormente, em inserir-se na política do município, também se especificou, primeiro, pela forma com a qual se reuniram seus integrantes e apoiadores, que se sucedeu pela ação de “passar” nas escolas; segundo, por uma necessidade regional, haja vista que não existia uma agremiação com esse aspecto na região; terceiro, em função da vontade de um grupo político em particular, ao qual alguns integrantes eram veiculados. Sobre esse último aspecto, a leitura de Mesquita (2006) acerca da interferência dos partidos é oportuna, à medida que o autor analisa o ME enquanto espaço no qual os partidos recrutam novos militantes e os partidos como espaço em que os estudantes encontram um lugar de formação. Essas considerações, aliás, são corroboradas pelo pesquisador, o qual, segundo sua memória, compreende que havia, por um lado, o desejo de seu partido em recrutar novos integrantes, porém, de outro, lembra que havia preocupação quanto ao afastamento de novos integrantes, em função da presença, ainda que pouco visível, de algum partido orientando as ações da UMES.

Em relação à prática de percorrer as escolas, como se verá no relato do pesquisador e de um dos entrevistados, era empreendida por alguns estudantes que objetivavam convidar outros estudantes para participar de eventos e debates, o que resultava, mais à

frente, na incorporação desses indivíduos à entidade e em suas atividades. No entanto, não foi possível verificar nos documentos o passo a passo de como isso ocorria, tampouco é bem discutida na literatura a respeito do ME as relações, os interesses, os objetivos e o procedimentos que perpassavam esses convites. O pesquisador, no entanto, recorda que essa ação de ir às escolas era realizada, em algumas ocasiões, solitariamente, e, às vezes, em grupo. O convite a outros jovens, feito nas escolas, buscava reproduzir um discurso em especial, cujo conteúdo era planejado com antecedência entre os integrantes da UMES. Somado às entrevistas, foi possível constatar que a participação de novos estudantes estava vinculada ao convite que a eles era destinado, bem como a uma inclinação pessoal, talvez oriunda de um gosto construído a partir da própria família. Não foi possível inferir se o teor dos convites era o que, necessariamente, mobilizava os novos participantes, até porque eles, conforme o relato do pesquisador, eram padronizados. Contudo, fica muito evidente que o ato de convidar, ou passar nas escolas convidando os demais estudantes, foi um fato determinante na decisão do “J” em ajudar a fundar a UMES ou mesmo na constituição de uma entidade estudantil municipal, haja vista que o ir e vir nas escolas deve ter promovido certo nível de integração capaz de congregar a todos em torno de uma bandeira. De acordo com “J”, o seu conhecimento a respeito do ME e da UMES se deu por meio do entrevistador,

[...] indo nas escolas acho que falar um pouco, né? convidando o pessoal pra participar de algumas reuniões, de alguns debates que iam acontecer... eu lembro que a primeira vez que eu fui [...] foi lá no colégio Herbert, você passou na escola, convido, eu estudava no Juscelino, e daí... [...] eu tava na 8º série [...] eu acabei indo, achei interessante, achei legal, e fui lá no Herbert [...] e você estava falando a respeito de um... convidando o pessoal pra conhecer a importância dos Grêmios Estudantis [...] o direito dos estudantes [...] (J, 2020).

Observa-se que a dinâmica que foi adotada pelos estudantes a fim de reunir novos integrantes e promover a formação da UMES consistia no estabelecimento de uma relação mútua, ainda que muita tácita num primeiro momento, entre quem fez o convite e quem o aceitou. Ocorre que ambos, o convidado e o convidante, compartilhavam de um mesmo interesse, quiçá somado à vontade de buscar novas amizades, cuja procura, de acordo com Dayrell e Carrano (2014, p. 117), constitui uma das dimensões da condição juvenil, a qual se inscreve na sociabilidade. Sobre isso, o relato do pesquisador acerca das amizades que se formaram durante esse período tende a ser interessante, à medida que ele se recorda de obter grandes amigos com a ida às escolas. De acordo com o pesquisador, as “passadas”

em sala de aula, e, por consequência, o debate sobre os assuntos em questão acabavam se deslocando para os corredores, pátio ou mesmo para a rua das instituições. Lá, a relação entre os estudantes que passavam na escola e os que ali estavam era aprofundada, ganhando novos contornos, não mais como ouvinte de um assunto em particular, mas como quem opina, posiciona-se quanto aos acontecimentos da sociedade, de sua escola e da vida em geral. Então, a chamada “turma de amigos”, que cumpre uma função especial na trajetória das juventudes, particularmente dos adolescentes, como advogam Dayrell e Carrano (2014), “é o momento que os jovens iniciam uma ampliação das experiências de vida, [...] é quando procuram romper com tudo aquilo que os prendem ao mundo infantil, buscando outros referenciais para a construção da sua identidade fora da família” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 117).

Nesse momento, ainda de acordo com os autores, é que os jovens se descobrem enquanto sujeitos e indivíduos, “buscando um sentido para a existência individual” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 117). Essa relação de amizade, na qual os envolvidos projetam compartilhar experiências, objetivos e planos, ao mesmo tempo em que se misturam e tomam as disposições do outro como se fossem de si próprios, também se insere no mundo dos movimentos estudantis, porque não adianta o partido político ou a direção de uma entidade estudantil, com uma atuação mais abrangente, determinar que se faça isso ou aquilo se a quem é atribuída a tarefa não tem com quem contar e compartilhar essa responsabilidade.

No caso da UMES de São José dos Pinhais, além dos pontos acima levantados, os quais contribuíram para o surgimento da entidade, a fala de “B”, sugerindo que o processo de formação da UMES foi resultado de uma construção, acrescenta mais um ponto a ser incluído nesse repertório, porque instiga a pensar que a ideia de instituir uma entidade no município não se realizou de um dia para o outro e nem se fez a partir de jovens que não se conheciam, mas decorreu de uma militância, eventualmente engajada no intuito de construir novas entidades de estudantes em nível municipal, como forma de contrapor-se a outras experiências igualmente situadas no plano municipal, como a União Municipal de Estudantes Secundaristas de Curitiba (UMESC). Com o relato do pesquisador quanto à participação de um grupo veiculado a um partido político na UMES, fica patente a existência de uma militância, que, certamente, ajudou a articular, a discutir e a estabelecer a entidade.

É difícil, entretanto, apontar alguma relação entre a existência da UMESC e o surgimento da UMES, primeiro porque não há documentos que apontem essa correspondência; segundo porque os entrevistados não fizeram menção a esse respeito, com exceção de “B”. Quando se fala em militância, uma série de questões se apresenta de imediato, já que por um lado acredita-se que significa uma ação uniforme guiada por princípios oriundos de uma agremiação partidária e, por outro, supõe-se uma longa defesa em prol de uma causa. A respeito dessa discussão, os autores Sales, Fontes e Yasui (2018) salientam, com base numa pesquisa de revisão de literatura, que a noção de militância é empregada seja como adjetivo e/ou substantivo. Os autores, no entanto, preferem adotar esse termo como uma “metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes” (SALES; FONTES; YASUI, 2018, p. 568). De fato, a fala de “B”, sobre a militância, afirma-se enquanto uma forma de ação coletiva que os estudantes compartilhavam anteriormente à fundação da UMES. Conta o entrevistado:

[...], mas a gente já se conhecia, né? pelas nossas construções da militância política, e então surgiu a ideia de instituir a UMES, porque também em Curitiba tinha a UMESC, só que era uma entidade que se perdeu, ela, assim, se esfacelou, ela ficou na mão de alguns grupos e foi indo, foi indo... e até que acabou a entidade [...], e eu também estava na União Paranaense dos Estudantes Secundaristas na época, tava na entidade como tesoureira, e aí eu era um quadro destacado pra ajudar nessa construção (B, 2020).

Há, também, outra questão a ser discutida quanto à formação da UMES, mencionada pelo entrevistado acima, a participação da UPES. Antes, porém, cabe um apontamento sobre as relações que se entrecruzam e se estabelecem no meio dos estudantes, seja quando decidem ocupar a política do município ou na ocasião em que passam nas escolas: as relações de poder que atravessam as práticas por eles empreendidas. Pode-se afirmar que existem duas perspectivas a respeito do poder que penetra as ações estudantis, uma positiva ou ingênua e a outra negativa ou não ingênua. Em relação a essa última, é fundamental realçar que a ideia adotada se distancia da noção de poder enquanto restrição. Aliás, a visão dicotômica que se propõe com essa discussão tenta dialogar com Foucault, segundo o qual a concepção de poder “não se dá no âmbito do Estado e de seus vários aparelhos repressivos, mas mais junto ao chão”, como indica May (2018, p. 17) num texto em que analisa a concepção de liberdade em Foucault.

Quanto à primeira perspectiva, o poder é enxergado enquanto uma ação que ocorre sem conflitos, em que a figura do “líder” ou o exercício de um grupo mais bem posicionado num campo determinado é tomado como absoluto, natural, sem tensões, e marcado pelas ações que empreendem, como acertadas e positivas, porque o poder se exerceria sem interesses. A segunda perspectiva, no entanto, pressupõe a existência de disputas quanto ao destino dos estudantes e uma extensa concorrência quanto à sua forma de agir. De acordo com essa compreensão, os estudantes revezam o poder e o exercem segundo interesses que muitas vezes ocorrem de maneira dissimulada. O poder, de acordo com esse ponto de vista, é enxergado enquanto algo transitório, capaz de produzir uma diversidade de efeitos, que podem resultar em reações de submissão e dominação entre os que se encontram implicados.

Para Machado (1979, p. 15), segundo a leitura que faz sobre as ideias de Foucault, o poder “não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa”. Por isso, uma interpretação muito positiva quanto à forma como se deu a fundação da UMES, ou mesmo sobre suas ações depois de sua emergência, pode incorrer numa versão fantasiosa a respeito de como os estudantes se organizavam. Há uma nuance que não é ingênua, a qual pode ser interpretada segundo as tensões que se deram entre os estudantes para, inicialmente, interferir na política do município; segundo, passar nas escolas e buscar novos integrantes, que é fruto de articulação, construções, como sugeriu um dos entrevistados, e de certa organização, que, por óbvio, era permeada por relações de poder. No caso em particular da “passada” nas escolas, fica a questão: quem determinava quem passava? Os estudantes que, primeiramente, estavam tentando fundar a UMES faziam algum revezamento? Ainda que o pesquisador tenha apontado uma dinâmica, qual seja de ida às escolas em grupo ou solitariamente, não fica explícita a existência de um revezamento, talvez em função dos poucos estudantes que se achavam dispostos a fundar a entidade. Quanto a quem determinava, acrescenta-se, segundo o autor dessa dissertação, a presença de consensos entre os estudantes sobre qual escola era prioridade para “passar”. Recorda-se que havia algumas discussões, as quais levavam em conta o porte da instituição, ou seja, o número de estudantes que ali havia e sua implicação no município. Apesar disso, mantém-se nebuloso se algum estudante ou grupo influenciava ou interferia nessas “passagens”, determinando qual discurso adotar ou a qual lugar ir primeiro. Isso de ir e não ir em tal lugar é, sem dúvida, um exemplo de como operavam as relações de poder que atravessam os estudantes.

Retomando a discussão sobre a participação da UPES, acredita-se que muito provavelmente a referida agremiação em nível estadual, mesmo que de forma acanhada, tenha contribuído com a instauração da UMES, como alega o entrevistado “B”, quando afirma que foi “destacado” para ajudar nessa “construção”. De acordo com o pesquisador, a UPES participou de alguma forma daquele momento, por meio de um ou outro diretor da agremiação, que garantia certa legitimação ao processo que ocorria. Decerto, o relato de pesquisador se referia à participação de “B”. Nota-se que o ato de legitimar, relatado pelo pesquisador, também é importante, possivelmente em função de a UMES possuir um reconhecimento de seus pares, pois é difícil pensar a existência de qualquer movimento que se afirma existir, mas que frequenta o desconhecido no meio em que atua. No *site* da UPES⁴⁸, observa-se, por exemplo, a existência de uma seção com o passo a passo e documentos para *download*, destinado à criação da UMES, cujo estabelecimento poderia acontecer em qualquer município, desde que houvesse o interesse dos estudantes. O *site*, contudo, é recente, o que poderia levar a uma desconfiança quanto ao interesse da UPES, na época, pela fundação da UMES. Todavia, como se tem notado nessa dissertação, o ME clássico funciona enquanto uma estrutura, da qual o Grêmio Estudantil é o seu primeiro tentáculo, e a UMES o segundo. Portanto, ainda que a relação entre a UPES e a fundação da UMES de São José dos Pinhais não seja tão evidente, com a exceção dos relatos do pesquisador e de “B”, supõe-se que a participação da UPES, por meio da ação de um e outro indivíduo, pode ter ocasionado um engajamento mais político, sobretudo, porque as entidades que atuam no plano estadual e nacional têm historicamente se ocupado de problemas que excedem as questões educacionais.

Outro elemento, pouco discutido no âmbito dos estudos acerca do ME, mas bem pertinente à fundação da UMES, diz respeito a uma disposição de os indivíduos atuar nos movimentos sociais e políticos, disposição que pode estar relacionada ao capital social e cultural⁴⁹ dos indivíduos, proveniente não só dos contatos e dos livros que leem, mas também das relações nas quais se encontram inseridos, mais particularmente no seio

⁴⁸ Este *site* <https://www.upespr.org.br/umes> é mais atual, porém sua menção dá pistas em relação à importância que a UPES atribui à UMES.

⁴⁹ Embora nessa dissertação as noções de capital cultural e social não sejam a todo instante evocadas para refletir sobre as ações do ME, protagonizadas pelos estudantes, o seu emprego nesse momento se mostra oportuno, sobretudo, porque essas noções consistem em peças fundamentais em Bourdieu. Quanto às suas definições, Jourdain e Naulim (2017, p. 127) afirmam que “o capital cultural corresponde aos recursos culturais que permitem a um indivíduo apreciar os bens e as práticas próprias à cultura erudita”; o capital social, por sua vez, diz respeito ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1980, p. 2 *apud* JOURDAIN; NAULIM, 2017, p. 127).

familiar. No momento em que “G” afirma que guardava um “apelo político e social bastante grande” consigo próprio, fica muito evidente que a sua participação na UMES, e quiçá de outros integrantes também, foi resultado de uma construção anteriormente forjada. A participação do pesquisador na fundação da entidade também pode constituir um dado importante a esse respeito, uma vez que o meio no qual convivia se apresentava bem engajado politicamente, em especial na esfera de sua família⁵⁰. Em outras palavras, o surgimento da entidade estudantil de São José dos Pinhais decorreu da disposição de seus integrantes em atuar nesse movimento. Obviamente que nem todos os que participaram da UMES no processo de sua fundação detinham essa disposição, no entanto, é impossível, a partir do relato de “G”, afirmar que a UMES foi um puro empreendimento de indivíduos que não se interessavam por política ou pelas causas da educação, inclusive a baixa idade do entrevistado pode ser uma informação importante quanto à força dessa disposição.

[...] então, assim, eu era bastante jovem, né, eu tinha 14 anos quando eu entrei na UMES, e... então, eu tinha, assim, um desejo, né, de militar nos movimentos sociais. Eu tinha esse apelo político e social bastante grande comigo já, né, e a umes foi o meu primeiro contato com uma organização social, de movimento social, político e estudantil... o próprio movimento estudantil sempre foi algo que... eu sentia com mais presença, por ser estudante [...] mas eu era muito jovem [...] (G, 2020).

A formação da UMES deu-se, portanto, por meio de três elementos: a vontade dos estudantes em se inserirem na política do município; o estabelecimento de novos contatos, realizado na “passagem” nas escolas, pelos estudantes; a construção proveniente da militância, que antecedeu a formação da UMES, além da disposição dos indivíduos, oriunda do meio social no qual residiam, para participar dos movimentos. Desse modo, pode-se afirmar que as *práticas estudantis* são definidas, inicialmente, por esses elementos, os quais se constituem fora de um padrão, porém residem na maioria das agremiações e iniciativas estudantis.

⁵⁰ A avó do pesquisador era filiada a um partido político, como também seus pais, além de serem associados a uma instituição sindical da categoria profissional em que atuam. Ambos participavam regularmente de reuniões e greves, mostrando gosto pela leitura.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA UMES SEGUNDO A ÓTICA DOS SEUS EX-INTEGRANTES

Quando se trata de ME, a primeira impressão que se alastra a seu respeito é a ideia de que os seus participantes são objeto de interferência dos partidos políticos e de seus dirigentes. Todavia, essa ligação, atribuída quase de forma automática, encontra eco entre os integrantes das entidades estudantis de forma explícita? A maioria dos estudantes, encerrados em suas organizações, consegue observar a existência dos partidos em seu cotidiano, inflando a modificação de suas práticas de modo considerável ou será que o estabelecimento dessa relação, generalizando a ação de um no outro, é inadequada?

Parte da bibliografia acerca da história do ME, examinada no primeiro capítulo dessa dissertação, indica certa correspondência entre as ações do ME e dos partidos, sobretudo, porque uma parcela dos estudantes se encontra filiada nessas instituições. No entanto, a leitura a respeito dessa ligação não deve ser explicada tão somente pelos números de filiações. Com efeito, a constatação quanto à influência dos partidos nas agremiações estudantis passa por indagar, antes de tudo, sobre qual organização os pesquisadores desejam ocupar. Caso a pesquisa refira-se às entidades tradicionais do ME, como a UNES e a UBES, as conclusões serão naturalmente diferentes em relação a uma entidade menor.

Mesquita (2006, p. 230), acerca do debate sobre a interferência de partidos políticos na militância estudantil, analisa a partir dos depoimentos que colheu em sua pesquisa de doutoramento que a “relativização da relação do movimento estudantil com os partidos parece advir de uma compreensão de que os mesmos são espaços organizativos e articuladores de uma proposta mais geral da sociedade onde os movimentos sociais devem e podem participar”. De acordo com o autor, os partidos seriam “os responsáveis por formularem um projeto global de sociedade, por ‘disputarem’ a sociedade” (MESQUITA, 2006, p. 230). Acrescenta-se a essas contribuições que, embora os partidos possam vir a ser o lugar no qual os estudantes bebam as concepções mais gerais acerca da sociedade, boa parte deles a constrói a partir de sua vivência com outros estudantes, pois uma vez não filiados e incapazes de perceber qualquer interferência dos partidos em suas ações em uma organização estudantil, são obrigados ou veem-se obrigados a formular em conjunto com seus colegas suas próprias reflexões e visão do mundo social.

No caso da UMES, os entrevistados divergiam sobre a existência de uma interferência dos partidos em sua agremiação durante o momento em que participaram.

Isso não anula a ideia segundo a qual os estudantes, por meio da UMES, intentavam se constituir enquanto uma força no campo político. A suposição de parte dos seus integrantes de que não havia qualquer participação ou interferência de partidos em suas ações não invalida o argumento de que suas práticas, no intuito de angariar apoios e conquistar suas bandeiras, transitavam no campo da política. A propósito, mesmo alguns de seus membros participando de partidos, atuação que se refletiu nas ideias empregadas na tese de um dos congressos, em que se fez a defesa das ações do governo no período de 2003 a 2010 (MOVIMENTO MUTIRÃO, 2010, n.p.), a sensação que circulava entre alguns dos ex-integrantes era de total desapercibimento quanto à influência de algum partido, como é possível ser observado no relato do entrevistado.

[...] não percebia que tinha alguma interferência política, tipo assim, que tinha algum poder, enfim, de algum partido, de algum candidato, né, eleito, não sentia isso. Mas o que eu sentia... na verdade hoje, vendo hoje, tá? na época eu não sabia. Eu percebia que tinha muitas pessoas de um lado político, acho que de esquerda, hoje eu vejo que muitas pessoas têm essa bandeira, que na época tinha já, e me chamou muita atenção, porque a maioria das pessoas, pelo que eu me lembre eram... só uma observação [...] na época eu nem percebia [...] eu nem sabia o que era esquerda, direita, centro, mas hoje eu percebo isso (E, 2020).

Certamente, apesar de não se constatar a presença de partidos, o posicionamento em relação à política parecia achar-se no espectro mais à esquerda, o que era notado pelo entrevistado acima. Impele-se pensar, assim, na geração de uma dicotomia, a qual merece ser sublinhada: a diferença entre dispor de um posicionamento político e contar com a participação de partidos; um não depende do outro necessariamente. A UMES, ao que tudo indica, possuía, sobretudo, um posicionamento político, expresso em seus congressos, a partir do qual a ajudava a se distinguir na sociedade e isso não era resultado de suas relações com os partidos e políticos, unicamente, mas derivava-se de um encadeamento de fatores, que iam das discussões entre os seus integrantes até as experiências e ideologias⁵¹ que irrompiam o seu cotidiano e contribuíam na fabricação de suas ações.

O entrevistado “H” também não observava que havia algum tipo de interferência de partidos políticos na UMES durante a sua participação, porém destacava a capacidade de mobilização dos estudantes em conseguir suas pautas. De acordo com o entrevistado,

⁵¹ Nesse caso, entende-se ideologia tão somente como um conjunto de ideias, formadas e desenvolvidas pelos indivíduos segundo o lugar no qual se encontram e as experiências com quem compartilham. Ideologia seriam as ideias incrustadas na mente de um indivíduo.

Que eu me lembro não [havia interferência de partidos], que eu me lembro a gente sempre teve a liberdade para fazer os nossos movimentos, a gente sempre conseguia um espaço tanto nas escolas, tanto em algum outro lugar da prefeitura para fazer reuniões, para fazer as nossas conversas, eu acredito que no período em que eu fiquei não houve nenhuma interferência política alheia (H, 2020).

Chama a atenção o destaque desse entrevistado quanto à liberdade de os estudantes fazerem seus movimentos, forçando o historiador a pensar na existência de certa autonomia quanto à atuação dos estudantes em relação aos partidos que se aproximavam da UMES, autonomia⁵², entretanto, rompida à medida que os estudantes necessitavam de ajuda, como aponta o entrevistado “F”: “[...] quando precisava de ajuda era sempre, também, às vezes, algum político, conseguia dar um auxílio ou, às vezes, a gente se virava, fazia alguma rifa, fazia alguma coisa pra ter essa ajuda de custo, pra poder participar e ir pros lugares que precisava” (F, 2020). Vislumbra-se, assim, que os estudantes buscavam não só depender das eventuais contribuições dos políticos e partidos, como também se organizavam para que, por meio de suas próprias ações, reunissem recursos. Com isso, verifica-se um movimento de ir e vir quanto à autonomia dos estudantes, tal qual o funcionamento de um balanço, que transita de um espaço a outro, jamais se permitindo estar inerte, a não ser quando abandonado, que se caracteriza, por um lado, pelo desfrute de uma autonomia organizacional, e, por outro, de uma autonomia financeira, marcada, porém, por espasmos de dependência em relação às contribuições oriundas dos partidos. A esse respeito, outro entrevistado relatou a indispensabilidade, durante aquele período, de os estudantes manterem contato com os políticos. Por esse motivo, considerava que havia e não havia interferência política. Nas palavras do próprio entrevistado, com relação à participação dos partidos na entidade:

[...] vamos dizer que sim e não... dando um exemplo prático da UMES em si, ela tinha uma pessoa que era filiada à partido, que era o presidente, porém as outras pessoas não eram filiadas, mas mesmo a gente não sendo filiado a gente tinha muito contato com vários partidos políticos e políticos, porque a gente sempre precisava de coisa a gente ia pedir pra eles [...] então se precisava de ônibus pra congresso a gente ia pedir pra eles [...] precisava de uma verba pra fazer alguma coisa a gente pedia pra eles [...] agora interferência direto... pode dizer que sim pode dizer que

⁵² Nesta ocasião, por autonomia entende-se a capacidade de fazer as coisas sem o apoio de alguém ou instituição. Evidente que a UMES não era uma entidade completamente autônoma, todavia, em algumas situações, a entidade e seus integrantes pareciam desfrutar de autonomia, principalmente quando faziam rifas, carteiras de estudantes e promoviam eventos.

não, mas a UMES em si, provavelmente não [...] mas se a gente já colocar uma esfera a cima, que seria a UPES [...] sim, tinha uma interferência bem grande dos partidos políticos [...] tanto que [...] os grupos eram denominados [...] por partidos políticos [...] o grupo tal do PT [...] o grupo tal do PMDB [...] (D, 2020).

Diferentemente das entidades do ME clássico, como a UBES, UNE e a UPES, cuja aproximação com os partidos parece arraigada, a ponto de os grupos que se encontram nessas organizações serem denominados pelos nomes dos partidos, segundo enfatizou o entrevistado, a UMES possuía em sua direção, de acordo com a impressão do entrevistado, apenas um filiado em partido político. De fato, com esse cenário, mostrava-se muito difícil inferir a existência de uma intervenção partidária, não obstante o contato com os políticos e seus partidos parecesse habitual, haja vista que as dificuldades financeiras dos estudantes em frequentar eventos, transitar nos colégios e produzir materiais fossem comuns. Esse cotidiano marcado pela eventualidade e, ao mesmo tempo, pelas necessidades corriqueiras, como solucionar a ausência de recursos financeiros, organizar reuniões e promover eventos culturais e esportivos, possivelmente se constituía em um dos principais desafios para guardar a UMES no jogo, o qual por sua vez atraía os estudantes a conceber novas práticas, ou melhor, táticas, com a finalidade de dobrar as dificuldades, seja para manter a entidade em operação, seja para lograr suas bandeiras. As táticas, no sentido atribuído em Certeau (2014, p. 45), em que “o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas”, reside na espreita à espera de transformar os acontecimentos em ocasiões. A rifa, o pedido de recursos aos políticos e partidos, o “fazer alguma coisa”, são táticas, como também o são as tantas atividades verificadas no período de 2007 a 2015, empreendidas pelos estudantes, a fim de que a UMES não se resignasse diante dos obstáculos.

A percepção em relação à ausência de qualquer interferência dos partidos políticos leva a supor que parte dos integrantes da UMES se encontrava de tal maneira imersa em suas atividades que se distraía em perceber tal participação. Outra hipótese, igualmente pertinente, refere-se à baixa atuação dos estudantes que se achavam em partidos na gestão da entidade, seguramente em razão da falta de correligionários para dividir seus empreendimentos, contrariando a impressão de outro entrevistado, o qual notava que a maioria dos estudantes era filiada em partidos (L, 2020). Para esse entrevistado, o envolvimento dos partidos se dava a partir do seu interesse em possuir uma juventude mais ativa. Para tanto, estimulavam-se

[...] os jovens da cidade a participarem, [assim] acontecia de pessoas que estavam participando ali da UMES acabarem participando [...] se filiando em partidos políticos [, em busca de] uma luta mais ativa politicamente [. E,] eu não acho que seja ruim ser filiado a um partido político e participar de uma organização, isso garante que haja democracia dentro dessa organização (L, 2020).

Desse modo, parece constituir uma tarefa espinhosa apontar se houve ou não interferência política nas atividades desempenhas pelas UMES durante o período de 2007 a 2015. Segundo o relato de um dos entrevistados, que participou da UMES nos seus primeiros anos de vida, a relação entre os partidos e a UMES era evidente, e, conforme sua impressão, configurava-se num fenômeno natural. Afirmou o entrevistado “G” quanto a essa ligação:

[...] era bem evidente...e, sim existia, enfim, naquele momento, até hoje não vejo isso como um problema, acho que é inevitável que isso aconteça... existia sim, e acho que inevitavelmente você acaba se envolvendo, manifestando, expressando o seu apoio, e acho que isso é bem natural de acontecer no movimento estudantil como um todo, existia sim e não via isso como um problema [...] (G, 2020).

Para o pesquisador, no interior da UMES, havia quem era filiado em partidos, porém o número era bem reduzido, e os que eram filiados não pareciam reproduzir, rigorosamente, as pautas de suas instituições partidárias. Não havia muitas discussões sobre partidos na entidade, conquanto o nome da chapa nos congressos da entidade denunciasse, quase sempre “mutirão”, a existência de algum grupo mais organizado, residido por detrás desse nome. Ademais, segundo o pesquisador, havia uma pluralidade de posições políticas na gestão da UMES, conquanto, na maior parte dos casos, ficassem restringidas aos problemas do município. Da mesma forma, entendia outro ex-integrante que, quando os congressos da entidade se encerravam, era a preocupação com a educação que se estabelecia na UMES. Ainda conforme esse entrevistado, “assim que acabava o congresso [...] aí quem dava o direcionamento para a entidade era a diretoria” (M, 2021). Vê-se, então, que a interferência dos partidos era residual ou mesmo pontual e não comprometia, por exemplo, os contatos e as relações que os estudantes possuíam com inúmeros partidos, por meio de seus representantes.

Ao analisar-se o depoimento dos ex-integrantes da UMES, é possível inferir, primeiro, que nem todos os estudantes da entidade observavam a existência de partidos políticos em seu cotidiano, tampouco acreditavam haver domínio ou manipulação das

ações que eram discutias e empreendidas pelo ME do município. Todavia, conforme aponta parte dos entrevistados, fica evidente que havia uma correspondência entre a UMES e os partidos, ou melhor, os políticos da região, talvez pouco explícita, a depender do indivíduo a quem se dirigiu a pergunta e da sua posição na gestão da entidade. Muito provavelmente, as percepções dos estudantes em relações aos acontecimentos que se sucederam relacionam-se aos lugares que ocupavam na direção da entidade e nas tarefas que desempenhavam.

Com efeito, seus participantes aprenderam a desempenhar um modo de agir e de pensar em relação aos políticos e a seus partidos, interpretados como aliados e parceiros, independentemente do partido no qual estavam filiados ou da bandeira que defendiam, a fim de assegurar a continuação das atividades da UMES. Apesar do posicionamento da UMES, mais à esquerda, nota-se que em nenhum momento os estudantes abdicaram da ajuda de políticos, quaisquer que fossem os posicionamentos, mais à direita ou de centro.

O discurso apontado pelos entrevistados sugere em vez de um distanciamento em relação aos partidos, quase sempre arrolado pela sociedade como um dos entraves à participação política dos jovens, uma aproximação, visto que os políticos eram objeto de constantes solicitações de ajuda e apoio. Esse argumento, contudo, deve ser tratado com ressalvas. Acredita-se que seja pouco provável que a relação de se distanciar e se aproximar fosse pautada por necessidades imediatas, como aparentemente faz crer o relato dos entrevistados. Por certo era contornado de interesses provavelmente políticos e guardava algo invisível aos olhos dos mais descuidados, a tentativa em se consolidarem enquanto uma força política do município. Portanto, o contato com os partidos e políticos não deve ser interpretado como algo a ser lido sem a devida atenção, porque o ingresso no campo político precede do estabelecimento de uma linguagem e modos de agir muito específicos, isto é, a incorporação de um *habitus*, que torne os estudantes aptos a disputarem a relação de força residida no espaço da política.

Com essa discussão, pode-se dizer que a noção de *práticas estudantis* se define também pela absorção de um modo de agir com os políticos. Porém não é uma forma de afastar-se dos que se encontram na UMES, pelo contrário, trata-se da incorporação de uma forma de proceder-se que operasse ganhos à entidade estudantil e a seus integrantes. Essa maneira de se comportar, porém, não se resumia a um lugar, pois os estudantes transitavam por entre os campos em que a UMES atuava, forjando as suas identidades e objetivando ocupar melhores posições no espaço em que se encontravam inclusos.

3.4 A VIDA E A ATUAÇÃO DA UMES

Desde a fundação da UMES, em março de 2007, a entidade não só enfrentou desafios como a de juntar recursos ou a de representar a maioria dos estudantes em debates e eventos, mas houve momentos de tensão e rompimento entre os seus participantes e diretores, que redimensionou os objetivos e as perspectivas da entidade no município. Destaca-se, no entanto, que diferentemente de outras organizações, normalmente dirigidas por adultos, a UMES era formada por adolescentes e jovens, muito dos quais sem qualquer experiência ou vivência no ME ou em algum partido ou associação de bairro. Todavia, a despeito das dificuldades encontradas, os estudantes atribuíam objetivos arrojados à sua entidade, preocupados não apenas com as escolas nas quais estudavam, mas também com a sociedade em geral na qual se encontravam. Segundo o relato de um dos ex-integrantes da UMES,

O [seu] objetivo principal [era] representar os estudantes pra luta... [era] buscar através das esferas tanto municipal, estadual, nacional, trazer melhorias pros estudantes [...] mas também [era] pra representar os estudantes em todo meio onde há injustiça social [...] (C, 2020).

Chama a atenção a consideração sobre a UMES constituir-se em um meio para “luta”, seja enquanto instrumento por meio do qual se alcançaria uma educação melhor, seja para “representar” os estudantes em uma superfície em que havia injustiças sociais. Igualmente, considera o entrevistado M, quando relata que o objetivo da entidade se referia a

[...] lutar pelos direitos dos estudantes, não só na questão de ter uma educação gratuita, mas de uma educação de qualidade [...], o mesmo professor que dá aula no centro [...] que dê a mesma qualidade nos colégios de periferia [...], era tentar... mostrar que... como se nós fossemos o sindicato dos estudantes (M, 2021).

De acordo com esses depoimentos dos entrevistados, infere-se que a UMES objetivava menos a promoção de festas, campeonatos esportivos, atividades culturais, banalmente levada a efeito por boa parte das agremiações estudantis, e mais a produção de atividades relacionadas ao campo político, em que se manifestam as lutas políticas, cuja definição em Bourdieu (2011a, p. 202) referia-se a um “combate por ‘ideias’ e ‘ideais’ que

é ao mesmo tempo um combate por poderes e, quer se queira quer não, por privilégios”. Então, a noção de uma entidade “pra luta”, atribuída à UMES pelo seu ex-dirigente, só faz sentido à medida que se deslinda o lugar em que ela ocorre e os motivos pelos quais ela se dá, uma vez que a luta por algo ou alguém nunca se realiza no vácuo, já que seus adversários e o campo em que atua são corpóreos e possuidores de limites, igualmente a uma partida de futebol, na qual não se vence o rival a partir de um elemento que se encontra fora da disputa. Por esse motivo, ao transitar entre o campo educacional e o político, o estudante é forçado a “pagar uma taxa”, uma espécie de reconhecimento acerca das regras do jogo que se deseja jogar (BOURDIEU, 2019), certamente porque não é possível jogar dois jogos ao mesmo tempo a partir das mesmas regras.

O relato de outro entrevistado também compreendia que os objetivos da UMES se circunscreviam a “tá dentro de um ambiente” de política e de educação, campos em que se empreendiam as ações dos estudantes da UMES. Segundo o relato do entrevistado, o objetivo da entidade

[...] era fazer com que os jovens [...] luta[ssem] pelos seus direitos, conhecer melhor a política, saber exatamente aonde que ele queria chegar, saber que tinha os seus direitos, tinha os seus deveres também, e que era possível uma pessoa nova de qualquer idade tá dentro de um ambiente de política, dentro de um ambiente de educação [...] buscando coisas pra outras pessoas, não pensando só em si mesmo [...] (H, 2020).

Novamente se observa a ideia de uma organização que deveria se voltar a lutar pelos estudantes, assegurando, principalmente, os seus direitos. Nota-se, também, que a UMES, segundo a leitura do entrevistado quanto aos objetivos da entidade, tinha por finalidade mostrar aos adolescentes e jovens que a participação deles na política era possível, na hipótese de buscar “coisas” para outras pessoas. Ou seja, a entidade era um espaço coletivo, com objetivos coletivos, por meio dos quais se intentava atender a todos os estudantes do município, independentemente da idade com a qual se encontravam. Esse chamado para conhecer a política, no entanto, projeta a seguinte reflexão: será que o convite para conhecer a política não significava um convite para se incorporar a um formato de atuação e de mentalidade a partir das decisões da UMES? Reuniões contínuas, debates e encontros dedicados à política não guardavam outro objetivo senão contribuir para a consolidação de um *habitus*, definido por Bourdieu, de acordo com Maton (2018, p. 75), “como uma propriedade de atores”, a qual é formada de uma “estrutura estruturante

[...] e estruturada” (BOURDIEU, 2009, p. 164 *apud* MATON, 2018, p. 75). Maton (2018) atribui uma explicação a este respeito:

[...] ela é ‘estruturada’ pelo nosso passado e circunstâncias atuais, como a criação na família e as experiências educacionais. Ela é ‘estruturante’ no sentido de que nosso *habitus* ajuda a moldar nossas práticas atuais e futuras. Ela é uma ‘estrutura’ por ser ordenada sistematicamente, e não aleatória ou sem nenhum padrão (MATON, 2018, p. 75).

Para Maton (2018, p. 76), no entanto, o que fazemos não é “simplesmente o resultado de nosso *habitus*, e sim de relações entre nosso *habitus* e nossas circunstâncias atuais”. Ainda segundo o autor, “o campo, como parte dos contextos contínuos em que vivemos, estrutura o *habitus*” (MATON, 2018, p. 76). Sendo assim, conjectura-se que o espaço em que os estudantes atuavam, seguido de suas atividades, reuniões e eventos, era um ambiente forjador de condutas e mentalidades, porque por meio dele os estudantes aprendiam uma forma de atuar e de se colocar nos espaços públicos, seja no campo educacional ou no campo político. Um dos entrevistados reforça a existências desses ambientes, particularmente dos debates de cunho político, ao comentar sobre as atividades que a UMES desempenhou. Segundo ele, havia “alguns eventos, algumas coisas pra arrecadação pro pessoal poder ir pros congressos [...] eventos esportivos que a UMES ajudou a organizar na escola [...] os debates políticos, que tinha bastante, que eu achava bem legal [...]” (J, 2020). Desde a fundação da UMES, parece ser praxe a realização de debates e a ocorrência de eventos em que seus membros participam. A esse respeito, o entrevistado “D” (2020) conta que foi a partir de um desses eventos, uma viagem para conhecer o trabalho de outra organização estudantil, que surgiu a ideia de uma das principais atividades que a UMES desempenhou em sua história, a confecção das “carteirinhas UMES”. De acordo com o entrevistado,

[...] a gente fez uma viagem para a cidade de Criciúma em Santa Catarina, onde a gente fez um intercâmbio com uma UMES de lá [...] eles eram muito organizados [...] eles conseguiram fazer muitos projetos [...] e a gente acabou fazendo uma visita lá [...], e a gente trouxe muita ideia bacana de lá [...], a primeira das ideias que a gente implantou era a carteirinha da UMES [...] dava direito aos estudantes que adquiriam a carteirinha a eles terem descontos que variavam de 5% a 80% numa rede de lojas, comércios, com os quais a gente fez alguns acordos, fizemos convênios [...] então, a gente quando chegou aqui foi a primeira coisa que a gente colocou em prática. Porém isso gerou muitos estresses porque a mentalidade dos então diretores eram diferentes [...] então as ideias acabaram entrando em choque nessa época, muito em choque, nessa

época houve uma ruptura do grupo, inclusive [...] alguns optaram por um lado, uns optaram por outro [...] (D, 2020).

A produção de carteiras estudantis não era uma inovação da entidade que os integrantes da UMES acabaram conhecendo naquele período, como parece crer o entrevistado. A UNE, a UBES e outras organizações do ME clássico já confeccionavam carteiras estudantis durante aquele período, todavia a ida e o estabelecimento de um contato mais próximo entre os dirigentes da UMES de São José dos Pinhais e a UMES do município de Criciúma, localizado mais ao sul do estado de Santa Catarina, talvez tenha provocado os estudantes são-joseenses a colocarem em prática essa ação, a qual se constituiu na principal atividade da entidade naquele momento. Sobre isso, o pesquisador se recorda que a referida viagem reuniu poucos integrantes da UMES e sua volta culminou numa série de conflitos que se relacionavam ao modo de organizar a entidade, muito distinta do que se fazia até então. Apesar de ter havido consenso na confecção das carteirinhas, a maneira como se estabeleceram sua divulgação e sua arrecadação foram pensadas e dirigidas, a exemplo de uma empresa. Então, numa das reuniões, em que se discutiu o caminho que estava sendo trilhado em relação às “carteirinhas”, houve uma cisão do grupo, porém reestabelecida depois de alguns meses, em função da necessidade de organizar um novo congresso da UMES. Entende-se, portanto, que a ideia das “carteirinhas” e sua implementação em São José dos Pinhais consistiam na grande formulação dos estudantes naquele período, possibilitando o crescimento da entidade, mas também grandes divergências no modo como atuavam.

Antecedido de reuniões, discussões e, portanto, de uma ulterior ruptura, como sugerem o entrevistado e o pesquisador, a produção das denominadas “carteirinhas UMES”, vendidas mais ou menos pelo valor de R\$ 3,00, possibilitou à UMES pagar o aluguel de uma sede no centro do município, bem como a aquisição de mobiliário e de um computador. Além disso, os seus integrantes conseguiram acordar inúmeros convênios com várias lojas locais, sobretudo por ocasião do trabalho, quiçá bem organizado, desempenhado por cada um dos seus diretores. Foram vendidas cerca de 5 mil “carteirinhas UMES”, propiciando a criação da chamada “ajuda de custo”⁵³, mecanismo usado para custear as demandas por alimentação e transporte daqueles estudantes que iam

⁵³ Essa ajuda de custo não se estendeu pelos anos ulteriores, tampouco foi encontrado registro de que ela tenha durando muitos meses.

aos colégios vender as “carteirinhas” ou firmar novos acordos com lojistas e empresários da região.

Essa “ajuda de custo” era paga segundo o trabalho realizado por cada diretor da entidade, uma espécie de pagamento por produtividade, o que acabou gerando críticas e tensionamentos entre os integrantes da UMES, pois esse tipo de medida era tachado de se assemelhar a uma lógica muito usual no meio empresarial, distinta das ideias adotadas por boa parte dos integrantes da entidade em seus debates, teses e eventos políticos. Depreende-se desses acontecimentos a existência de uma disputa dentro do próprio grupo de estudantes, rebatendo a tese de que suas agremiações guardam apenas consensos, aliás, a esse respeito, ao ser indagado se havia consenso nos momentos de reunião e discussão na UMES, um dos entrevistados respondeu:

Não... o que acontecia, né? Cada pessoa tinha, enfim, a sua opinião, os ideais, e aí tinha as discussões, né, durante ali na mesa, eu via muito como discussões construtivas, as vezes achava que era verde, o outro achava que era vermelho, e no final todo mundo, ok, vermelho? Por mais que, né, você tava achando que era verde, você via que aquilo seria melhor, que fazia mais sentindo ou a maioria, ok, e aí ok, todo mundo aceitava o ponto de vista, e seguia a estratégia [...] (E, 2020).

O relato de E é revelador quanto à forma como aconteciam as reuniões e as disputas na entidade. O exemplo dos posicionamentos explicitados, utilizando-se das cores como se cada uma representasse um ponto de vista ante a um debate em determinado, evidencia não apenas uma concorrência em relação à perspectiva mais adequada a ser empreendida pelos estudantes, mas também um jogo de forças, implícito, em que todos eram convidados a jogar. Embora a maioria dos debates fosse observada como “discussões construtivas”, havia outros em que as discussões eram mais “acaloradas”, quando os estudantes entravam em “choque”, como relatou o entrevistado “D”. Isso revela a inexistência de um clima absolutamente consensual com relação às pautas entre os participantes e, ao mesmo tempo, a existência de uma pluralidade de ideias e pensamentos durante as reuniões.

Outra atividade desempenhada pela UMES e sentida por todo o município dizia respeito à construção e ao fortalecimento dos Grêmios Estudantis. Apesar de constituir-se num direito, o número de agremiações nas escolas de São José dos Pinhais era reduzido antes do estabelecimento da UMES. Segundo o relato de um dos entrevistados,

Nós iniciamos um trabalho [...] que era de organização dos grêmios, nessa época o total acho que foram criados 9 ou 10 grêmios totais nas escolas, onde a gente ia fazia um trabalho de conscientização dos alunos, chamava as lideranças e tentava fazer a formação desses grêmios [...] (D, 2020).

Essa formação de Grêmio, conforme esse relato, era precedida de um processo de conscientização dos estudantes, muito provavelmente relacionado às regras quanto à criação de uma entidade estudantil na escola e à importância de suas atividades para os estudantes. Há, por detrás dessa conscientização, outro elemento, pouco discutido ou muitas vezes invisível ante as discussões em torno da essencialidade dos Grêmios nas escolas, que se refere ao modo de atuar e pensar levado a efeito por quem instrui e é instruído a criar o Grêmio. Isso equivale a “pagar a taxa”, mecanismo já discutido anteriormente. O estudante não ingressa no ME e continua a ser o mesmo estudante de antes, pois há transformações, a partir das quais o torna um militante estudantil, cuja tarefa se concentra, na maior parte dos casos, em forçar as mudanças, seja na escola ou no mundo social. Então, para participar do Grêmio, o estudante era convidado a reconhecer e conhecer as regras do campo em que pretendia atuar, da mesma forma que, ao ingressar na UMES, era convidado a reconhecer e conhecer suas regras, ou seja, incorporar suas *práticas*, o que significa, além de engajar-se politicamente, dobrar as dificuldades que iam surgindo, como a ausência de recursos para compra de créditos de telefone ou passagem de ônibus para se deslocar de um colégio a outro. Isso implicava na forma de organização da entidade, como relatou o entrevistado “I”, “porque um chegava atrasado sempre, porque alguém marca e não vai [...]” (I, 2020). Acredita-se, então, que as atividades da UMES, suas reuniões e seus eventos eram sempre acometidos pela falta de um dos seus membros, o que muitas vezes dificultava a realização por completo de suas ações.

Também era um grande desafio para os integrantes da UMES o aluguel de locais no quais pudessem realizar as suas reuniões. Com a falta de recursos contínua, principalmente depois do fim do projeto das carteirinhas, cujo encerramento se deu pela crise que se estabeleceu na entidade, os estudantes eram obrigados a utilizar inúmeros locais da cidade para fazerem seus encontros e discutirem suas atividades. De acordo com um dos entrevistados, eles se reuniam “na câmara de vereadores, [...] na pista de skate, as vezes no shopping” (I, 2020). Retoma-se aqui a noção de tática em Certeau (2014). Impossibilitados de possuir um local para chamar de seu, os estudantes buscavam, nas beiradas do poder, uma superfície capaz de servi-los, mesmo a eles sendo proibido de se encontrar onde

desejavam, como era o caso do uso dos espaços da Prefeitura, quase sempre recusados aos estudantes. “As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável [...]” (CERTEAU, 2014, p. 96). Era isso que os estudantes faziam para se reunir, ou seja, aguardavam as brechas e, por meio de suas ações, de quando em quando, conseguiam ocupar uma superfície. Planejar as formas de atuar se relacionava, contudo, a uma organização estudantil baseada no modelo de ME clássico, por vezes hierarquizado, ainda que, no caso da UMES, os entrevistados tenham apontado que havia discussões nas quais todos apresentavam a sua opinião, denotando a existência de uma democracia. Todavia, existia uma hierarquia. Segundo o relato de um dos entrevistados,

[...] existia hierarquia, [tinha] o presidente, aí tinha as outras pessoas que era secretária, e eu era a secretária que fazia as atas, lá [...] mas existia, sim, a hierarquia, tinha o diretor, tinha o presidente, que cada um juntos fazia as reuniões, passava os eventos, tudo mais, que tinha que fazer, as palestras, mas também tinha a hierarquia, no caso você, era o responsável pela maior parte das coisas [...] (H, 2020).

De acordo com o relato do entrevistado, a hierarquia na UMES era precedida por tarefas em que cada secretária tinha a sua função e o presidente era o responsável pela maioria das coisas. Igualmente a muitas outras organizações inscritas no ME clássico, a UMES possuía um conjunto de cargos, ocupado pelos estudantes e desempenhado segundo o que o estatuto determinava para cada cargo. Acredita-se que a existência de uma hierarquia não signifique, automaticamente, o encerramento da democracia ou o estabelecimento de práticas autoritárias, ainda que a sua forma de organização possa facilitar tais empreendimentos, no entanto, fica evidente, no relato do entrevistado, que a UMES era marcada por uma espécie de “divisão de tarefas” atribuída segundo a visão do seu então presidente, à medida que era ele que “passava os eventos”.

Quanto a essa organização interna, ao ser questionado se havia ou não uma hierarquia, outro ex-integrante afirmou que sim. Segundo ele, “cada diretoria tinha sua ideia, passava pra executiva da UMES, e a executiva aprovava ou não aprovava” (M, 2021). Desse modo, ao relatar que havia um tipo de aprovação pela executiva, entende-se que o assunto em pauta era discutido e decidido coletivamente, ou seja, o entendimento de hierarquia talvez residisse mais no papel do que na ação. Para o pesquisador, embora houvesse hierarquia, do ponto de vista do estatuto, na prática isso era quase impercebível,

porque os integrantes não seguiam o que o presidente da entidade determinava, preferindo, muitas vezes, tomar decisões de acordo com seu próprio juízo ou oriundas de acordos feitos coletivamente. Portanto, observa-se que a UMES se organizava e decidia suas ações em consonância com o que o grupo discutia, independentemente de quem era o presidente da agremiação, ainda que esse pudesse de alguma forma ter um impacto nas decisões do grupo, como parece sugerir o relato do entrevistado H.

As *práticas estudantis*, observadas na UMES, eram formadas pelas ações de seus integrantes, mas também pelas formas como atuavam e pensavam. Verifica-se que essas *práticas* não eram explícitas ou unicamente implícitas, mas um conjunto de relações forjadas pelos estudantes, que os guiaram e identificaram durante o período de 2007 a 2015. Evidente que as *práticas* aqui estudadas guardam limites, porque dizem respeito em particular ao que os estudantes de São José dos Pinhais fizeram, não obstante a verificação de suas atuações contribua para a compreensão do momento histórico, político e educacional em que ocorreram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem difícil afirmar que o presente trabalho se acha esgotado ou mesmo finalizado. Em outras palavras, acredita-se que, a partir de suas reflexões, é possível o início de outras análises e projetos acerca dos modos de atuar e se organizar do ME. Por esse motivo, defende-se que uma pesquisa, por mais singela que possa vir a ser sua produção e contribuição, nunca se encontra no vazio, pois sua feitura é decorrente dos enlaçamentos que o pesquisador em história da educação se dispõe a fazer, confrontando e conectando autores e documentos, tal qual a formação de uma teia, que se constrói com base numa lógica, notabilizada por sua estrutura, em que se transita com agilidade de um canto a outro, a fim de reforçar e ligar seus pontos.

Essa condição de movimentar-se em uma superfície, construída em razão das leituras e das relações entre os diferentes autores e perspectivas sobre ME, embarga a crença quanto ao término das reflexões que se acham nessa pesquisa, cuja vida se encontrará nos elos a serem instituídos por outros pesquisadores, preocupados com a referida temática. Com efeito, a discussão em torno das práticas dos ex-integrantes da UMES não se constituiu, em qualquer momento, numa caracterização a respeito do ME em absoluto, mas em uma parte, a qual era demarcada pela atuação dos estudantes secundaristas do município de São José dos Pinhais, situado na Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná, durante o período de 2007 a 2015.

Buscou-se, nessa pesquisa, primeiramente, apontar a natureza heterogênea do ME, decorrida em razão dos sujeitos que o integravam, os quais se definiam pelo formato bem particular de estabelecer suas reuniões e atividades. Então, o ME, além de um movimento atrelado à educação, historicamente cingido em suas preocupações, guarda outros pontos que o interessam, os quais foram discutidos no presente trabalho, como sua inserção no âmbito da política, no sentido de adotar um *habitus* análogo ao dos que atuam nesse campo, cujos interesses principais se atêm às discussões quanto à política monetária do país e às alianças entre os partidos e suas preferências ideológicas. Reforça-se, no entanto, que a dimensão educacional também é política tal qual é político, e legítimo, os estudantes defenderem seus posicionamentos em locais fora da escola, quando os debates transcendem os aspectos associados à tarefa dos professores, suas metodologias e sua gestão, conquanto isso guarde implicações a esse campo, originário dos anseios estudantis.

Essa dissertação, acerca da UMES de São José dos Pinhais, procurou analisar quais eram as práticas estudantis que se configuraram na entidade, no período de 2007 a 2015. Também buscou discutir os aspectos históricos e políticos do ME brasileiro e os conceitos fundantes da pesquisa, como campo político e *habitus* em Bourdieu, estratégia e tática em Certeau, e poder em Foucault. Para tanto, a dissertação se constituiu como uma pesquisa de campo, bibliográfica e documental, apoiada na História Oral. Tratou-se, assim, de uma pesquisa em história da educação na perspectiva da história cultural.

Foram entrevistados 12 ex-integrantes da UMES, por meio de contato telefônico ou videoconferência, em função da situação em que se encontra o mundo, abalado por uma pandemia. Eram entrevistas semiestruturadas, que intentavam extrair o cotidiano dos estudantes entre 2007 a 2015, ainda que essa pretensão tenha sido assinalada por muitas dificuldades, pois o número de documentos com os quais se trabalhou era reduzido, fruto da ausência de sua sistematização, bem como em razão da insuficiência de acervo preservado pelos ex-integrantes da UMES. Sobre o processo das entrevistas, destacou-se o fato da proximidade que possuíam entrevistados e entrevistador, haja vista que esse último, o qual é autor dessa dissertação, também havia participado da UMES no período delimitado do presente estudo, ocupando, inclusive, o cargo de presidente da entidade em 2007, ano de sua fundação.

Então, ao serem analisadas as entrevistas, o presente estudou ocupou-se, também, de alguns relatos do pesquisador, a fim de ingressar nas frestas, pouco visíveis, mas possuidoras de uma superfície cheia de vida dos que a frequentavam, pois embora as entrevistas tenham coletado dados bem interessantes, aponta-se que a presença do pesquisador como entrevistador possa ter inibido um pouco o surgimento de memórias mais profundas acerca da UMES. Portanto, acredita-se que a presença do pesquisador contribuiu para a complementariedade dos relatos advindos dos entrevistados, que com ele dividiram boa parte de suas vivências na entidade.

A pesquisa apontou que o ME é um espaço no qual sujeitos, marcados pelas diferenças, constroem práticas diversas em suas agremiações. Desse modo, ainda que as entidades estudantis possuam, nesse caso as inscritas no âmbito do movimento estudantil clássico, objetivos e formas em comum de atuar, elas guardam peculiaridades, correspondentes a cada sujeito nela incluída. Quanto ao MECLA, essa pesquisa o compreendeu como um conjunto de movimentos em que se observam uma forma de organização mais hierárquica e a presença mais visível de partidos políticos, como ocorre

nas agremiações situadas em nível nacional ou estadual, UNE, UBES e UPES. A UMES, no entanto, ainda que se enquadre nessa tipologia de movimento, mostrou ter possuído pouca interferência política: na verdade, seus integrantes, na maior parte dos casos, não observavam tal envolvimento de partidos, ainda que houvesse um ou outro integrante filiado em algum partido. Para reforçar o caráter mais clássico de organização da UMES, ainda se apontou o caráter autogestionário de alguns movimentos de estudantes, evidenciado a partir da segunda década dos anos 2000, com as ocupações de escolas, sucedidas em São Paulo e no Paraná, nos anos de 2015 e 2016. Identificou-se que esse tipo de movimento se caracterizou pela ausência de um líder e da presença mais destacada de partidos em suas reuniões e modos de atuar.

São José dos Pinhais, embora seja um município relativamente grande da Região Metropolitana de Curitiba, não possuiu, até 2007, ano de fundação da UMES, uma organização de estudantes dessa envergadura, ao menos é o que se pode afirmar na ausência de documentos que mostrem o contrário. Esse município, surgido no caminho das expedições em busca de ouro e madeira no século XVIII, cresceu no início dos anos de 1990, com a política de ocupação de seu território pelas montadoras de automóveis, e chegou, nos anos 2000, sugerindo em seu plano diretor a efetivação de uma gestão mais democrática, ainda que isso na prática não tenha se confirmado. Nesse contexto recente, no qual o Brasil ficou conhecido pelos avanços das políticas sociais, defendidas em especial pelas entidades estudantis, como a UNE e a UBES, oriundas de uma coalização política que elegeu Lula Presidente da República em 2003, e, no Paraná, Requião Governador, é que se dá a fundação da UMES, em 31 de março de 2007.

Essa pesquisa procura mostrar que os estudantes em São José dos Pinhais, ao fundarem sua entidade municipal, estavam preocupados em não só discutir as questões educacionais em curso, mas também as políticas do município e do Brasil. Argumentou-se, então, que há uma tentativa de ingresso dos estudantes num campo no qual eram, inicialmente, estranhos, o campo político, cuja principal definição se relacionava às disputas com relação às forças com que nele atuavam. Assim, os estudantes, ao ingressarem nesse campo, intentavam mudar a correlação de forças a seu favor, no intuito de lograr a conquista de suas bandeiras. Para tanto, observou-se a incorporação de um *habitus*, em certa medida incorporado a partir do momento em que eles aceitaram “pagar uma taxa”, isto é, reconhecer as regras do jogo inscritas no campo da política, que se diferenciavam das regras com as quais se encontravam acostumados, no âmbito do campo

educacional. Os estudantes, ao fazerem o que faziam, como organizar congressos, nos quais se discutiam pautas que iam para além da educação e produzir “carteirinhas”, queriam se colocar no mundo social e apresentar-se como uma força, capaz de disputar a política.

Atentou-se, à medida que os estudantes se organizavam na UMES, produziam materiais, passavam nas escolas e formulavam seus congressos, à existência de relações de poder entre seus integrantes, na perspectiva adotada por Foucault, em que o poder residia na mais acanhada das relações e não apenas na leitura em relação às ações do Estado. O poder, entendeu-se, era revezado, ora em posse de um integrante, ora em posse de outro, nunca estabilizado ou descolado das relações cotidianas que saltavam nas atuações da UMES. Calculou-se, portanto, que a ação estudantil naquele período era a síntese dessas relações, que buscavam ganhar espaço num campo fundamental para a garantia de seus direitos, como uma educação de qualidade. Acrescentou-se a isso o uso de táticas, que se revelavam não apenas nessa empreitada de ingressar no campo político, mas nas atuações mais modestas, como a de busca por um lugar para se realizar as reuniões ou estabelecer parcerias na oferta de descontos para aqueles estudantes que adquiriam as denominadas “carteirinhas”.

Considerar a atuação dos estudantes na UMES enquanto *práticas estudantis* consistiu em afirmar que suas ações eram forjadas de acordo com os sujeitos que nela se encontravam empregados. As *práticas* eram um conjunto de empreendimentos e táticas, com as quais os estudantes reproduziam suas identidades, a história de seus percursos em relação ao outro que se encontrava, também, na UMES, dividindo a gestão e as atividades da entidade. Inclusive, mais que atividades ou a feitura dessas, as *práticas* se mostraram como um leque de ações, sucedidas em momentos distintos, a partir de indivíduos diferentes. Talvez se possa afirmar que as *práticas* estejam sujeitadas a quem as pratica, relacionadas ao lugar em que são gestadas e pensadas. Em síntese, tratou-se de um modo de pensar e agir em particular dos estudantes da UMES, mas que pode ganhar outros contornos em outras agremiações, com outros sujeitos engajados no ME.

Muitas questões ficaram por ser escritas nesse trabalho. São inúmeros os acontecimentos daquele período que essas folhas não comportam e os motivos para tanto são igualmente diversos. Destacam-se dois: a pesquisa não conseguiu reunir completamente todos os documentos do período, se bem que durante a procura deles os ex-integrantes da UMES afirmavam que não possuíam muita coisa; o número de integrantes

da entidade no período desse estudo era enorme, impossível de ser considerado pelo autor dessa dissertação, dado que a realização dessas entrevistas implicaria um tempo considerável para, em primeiro, entrevistá-los, e, em segundo, transcrever cada entrevista, além de, posteriormente, analisá-las. O que se discutiu nessa pesquisa é, portanto, uma parte, uma modesta, ainda que significativa, contribuição a respeito não só do ME, mas também acerca da história do município de São José dos Pinhais e dos estudos no âmbito da educação. Sendo assim, restam algumas questões a serem discutidas, como a relação entre a UMES e o poder público municipal; a relação entre um ou outro partido na formação dos sujeitos que compunham a entidade; além de investigar os motivos pelos quais a entidade não realizou, depois de 2015, mais congressos.

Para finalizar, convém uma última observação, talvez pouco explorada durante essa pesquisa ou feita de modo implícito: a escola como lugar em que emergem os movimentos de estudantes ainda se mostra pouco acolhedora a esse tipo de iniciativas. Conforme é possível notar nessa pesquisa, a escola pouco aparece, seja enquanto lugar no qual os estudantes produzem suas mobilizações ou em que se reúnem, embora a frequentem de modo contínuo. As discussões em torno da gestão democrática da educação, que tratam de sua implementação nas instituições de ensino, baseadas no diálogo e no envolvimento dos estudantes em relação aos seus rumos, talvez sejam um bom caminho para ampliar a participação dos estudantes em suas organizações, uma vez que, dando espaços a elas – as organizações de estudantes – surjam estudantes interessados e críticos em discutir e refletir os problemas de sua escola e do mundo social em que se encontram.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Simone Cuber; VLADIMYR, Lombardo Jorge. *Verbetes temáticos – Partido Liberal*. CPDOC. São Paulo, entre 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-liberal-pl>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- ALI, Tariq. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. CPDOC-FGV – Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. *Hist. Educ. [online]*. v. 22, n. 55, p. 279-292, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n55/2236-3459-heduc-22-55-00279.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. *Mouseion*, n. 12, maio/ago., p. 129-159, 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332/414>. Acesso em: 14 out. 2020.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 34, p. 143-159, maio/ago. 2014. 143. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=4346>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BLAJ, Ilan. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial. *Revista de História*, p. 142-143, 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18901>. Acesso em: 5 out. 2020.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.-jul., 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011c.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BRAGGIO, Ana Karine. *O movimento estudantil paranaense e a vigilância política no pré-golpe civil-militar de 1964*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2012. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3617> Acesso em: 11 set. 2019.

BRAGHINI, Katya Zuquim; CAMESKI, Andreza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 945-962, out.-dez., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400945. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). 242 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_o_golpe_de_1964_o_movimento_estudantil_na_ufba_e_a_resistencia_a_ditadura_militar_1964-1968.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRITO, Luciana Ribeiro de. “Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego”: ocupações secundaristas e movimento estudantil. 2018. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/206047>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Campo político. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (org.). *Vocabulário Bourdieu*. 1. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

CAVALCANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. *Juventude em movimento: um estudo sobre a constituição do Movimento Estudantil como uma categoria histórica*. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. Disponível em:

http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=45953. Acesso em: 13 dez. 2020.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CORREIA, Ana Elisa Cruz. Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST. In: *Anais [...]* Simpósio internacional lutas sociais na América latina: “revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, V, 2013. Londrina: UEL, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_ana_elisa_GL.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

COSME, Claudemir Martins. Os governos do PT e os descaminhos com a questão agrária no Brasil: contribuições para um diálogo polêmico, necessário e imprescindível à classe trabalhadora. *Revista Pegada*, v. 17, n. 1, jul. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4467>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/1820/1584>. Acesso em: 25 nov. 2019.

LABORATÓRIO DE DADOS EDUCACIONAIS DA UFPR. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores/matriculas>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DAVID, Priscila. História oral: metodologia do diálogo. *Patrimônio e memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 157-170, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/313>. Acesso em: 19 de set de 2019. Acesso em: 10 jun. 2020.

DAVID, Franciele Maria. *Movimento das ocupações escolares: “o fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão – PR*. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2019. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4847>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Rev. Bras. Educ. [online]*. 2003, n. 24, p. 40-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413->

[24782003000300004&script=sci_abstract&tlng=pt O processo de pesquisa - iniciação p. 21-46 Acesso em: 20 de set de 2019.](#) Acesso em: 10 jun. 2020.

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SOARES, Maria da Conceição Silva; ALVES, Nilda. *Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação* [livro digital]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Movimentos Sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n135/0101-6628-sssoc-135-0346.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, Maria da Glória (org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GROPPO, Luís Antonio. *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

HUERTA, José Luis Hernández. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. de calabouço à missa do sétimo dia. *Hist. Educ.* (Online), Porto Alegre, v. 22 n. 54 jan./abr., 2018, p. 47-70. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v22n54/2236-3459-heduc-22-54-00047.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

IANNI, Otávio. O jovem radical. In: BRITTO, S. (org.). *Sociologia da juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LACERDA, Gislene Edwiges de. Memória e história: o Movimento Estudantil em tempos de transição democrática (1974-1984). *Anais [...]* XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300555500_ARQUIVO_Artigo_ANPUH_Gislene.pdf. Acesso em: 9 nov. 2020.

LELES, Maura da Aparecida. *A participação dos estudantes na gestão da escola*. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de

Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2946>. Acesso em: 14 out. 2020.

JOURDAIN, Anne; NAULIN, Sidonie. *A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LEME, Renata Bento. *Movimento estudantil secundarista como resistência às políticas educacionais neoconservadoras: as ocupações de escolas públicas nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná (2015-2016)*. 2018. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000223922>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LYNCH, Richard A. A teoria do poder em Foucault. In: TAYLOR, Dianna. *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *A política educacional paranaense nos anos iniciais da república – 1889 a 1900*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849041_ARQUIVO_TEXTOANP_UH2011GovernadoresPR.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

MAROCHI, Maria Angélica. *Ordem e poder: uma ideia de construção da vida política e administrativa de São José dos Pinhais – Paraná*. Curitiba: edição da autora, 2016.

MARTINS, Francisco André Silva. *A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil*. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUDB-8CKPJT>. Acesso em: 20 set. 2019.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n4/14.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil: 1964-1968*. 1986. 266f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1986. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279831>. Acesso em: 14 out. 2020.

MATON, Karl. Habitus. In: GRENDEL, Michael. *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MAY, Todd. A teoria do poder em Foucault. In: TAYLOR, Dianna. *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MENDES, Fernanda Brasil. “*Um grêmio estudantil mais politizado*”: formas de engajamento e construção identitária em um grêmio estudantil. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4686>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MENDES JUNIOR, Antonio. *Movimento estudantil no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua nova*. São Paulo, n. 1, p.49-66, jun., 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p. 117-149. Out., 2003. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. 377f. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17190>. 10 set. 2020.

MIRANDOLA, Luci Mara. *Educação: o brasil e o estado do paraná entre os anos de 1960 e 2010*. 2014, 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/894/1/lucia_%20mirandola.pdf. Acesso em: 20 out. 2020

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A legislação educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/maria_elisabeth_blanck_miguel_artigo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, set./out./nov./dez., p. 143-150, 1997. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_13_ANN_MISCHE.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

MORTADA, Samir Pérez. De jovem a estudante: apontamentos críticos. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 373-382, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a11v21n3.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 20 set. 2019.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

NEVES, João Paulo Pires das. *Consciência política do movimento estudantil: a UNE no período da ditadura civil-militar e os congressos em Piracicaba*. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2016. Disponível em:

http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/25102016_145931_joaopaulopiresdas_neves_ok.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001a.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 18, p. 143-155. 2001b. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32821>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. *A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)*. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011. Disponível em:

<http://tede.unioeste.br/handle/tede/924?mode=simple>. Acesso em: 20 ago. 2020.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5. ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Cecília de Castro; PÉREZ-NEBRA, Amalia Raquel. A mudança de imagem do presidente Lula nas campanhas eleitorais à Presidência da República. *Conexão – Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 51-70, jul./dez., 2007.

Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/163/154>. Acesso em: 10 out. 2020.

ROSA, Lilian; SOUZA, Taciana Santos de. Evolução do setor ervateiro durante o século XIX: uma análise dos avanços tecnológicos na cadeia produtiva. *história econômica & história de empresas*, v. 22, n. 1, p. 9-40, 2019. Disponível em:

<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/530>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 357-378, set./dez., 2008. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622008000300005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60*. 2014. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29072015-141646/pt-br.php>. Acesso em: 4 out. 2020.

SANTANA, Flávia de Angelis. 2007. 249 f. Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23012008-113411/pt-br.php>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. *Trends Psychol.*, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 565-577, jun./2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000200002. Acesso em: 14 dez. 2020.

SANTOS, Jordana de Souza. *O movimento estudantil na “democratização”: crise da era Collor e neoliberalismo*. 2018, 224 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/166418>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHINEMANN, Claudinéia. *O movimento estudantil secundarista em Guarapuava durante a ditadura civil-militar brasileira*. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/dissertacao_claudineia_schinemann.pdf. Acesso em 20 out. 2020.

SILVA, José Alderir da. A política monetária nos governos Lula e Dilma. *Revista de Economia*, Anápolis, v. 13, n. 1, jan./jun., 2017. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/6068>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SIMÃO, Caio Ragazzi Pauli. *O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação: uma lacuna a ser preenchida?* 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/158803>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* (org.). *Vocabulário Bourdieu*. 1. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

THOMSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

TOURAINÉ, Alain. *O que é a democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Cultura e educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. A história cultural e as fontes de pesquisa. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 61, p. 367-378, mar., 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640533>. Acesso em: 12 out. 2020.

VIDAL, Laurent. acervos pessoais e memória coletiva – alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e memória*, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n. 1, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/rudam/Downloads/1-679-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

YANAGUITA, Adriana Inácio. As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990. *Anais [...]* Simpósio Brasileiro, XXV. Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, ANPAE, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0004.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

WACHOWICZ, Lilian Anna. *A relação professor/Estado no Paraná tradicional*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1984.

DOCUMENTOS OFICIAIS

PARANÁ. *Lei Estadual n. 11057, de 17 de janeiro de 1995*. Assegura, nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, públicos ou privados, no Estado do Paraná, a livre organização de grêmios estudantis, conforme especifica. Paraná, Curitiba, 17 jan. 1995. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=5436&codTipoAto=&tipoVisualizacao=original>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967*. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. *Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968*. São mantidas a constituição de 21/01/1967 e as constituições estaduais, com as modificações constantes deste ato institucional. D.O. de 13/12/1968, p. 10.801, Brasília, DF, 13 dez. 1968.

BRASIL. *Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985*. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF, 4 nov. 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013*. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Brasília, DF, 26 dez. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112933.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. *Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001*. Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica. Brasília, DF, 17 ago. de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2208.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. *Lei nº 632, de 29 de outubro de 2004*. Disciplina a organização do sistema municipal de ensino do município de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais, PR. 29 out. de 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/2004/64/632/lei-ordinaria-n-632-2004-disciplina-a-organizacao-do-sistema-municipal-de-ensino-do-municipio-de-sao-jose-dos-pinhais?q=632>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DOCUMENTOS DA UMES

ATA DE FUNDAÇÃO. Ata de fundação da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) realizada no dia 31 de março de 2007. São José dos Pinhais, 2007.

ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS. Ata de eleição dos delegados do I Congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais. 31 de março de 2007. São José dos Pinhais, 2007.

ATA DE ELEIÇÃO DOS DELEGADOS. Ata de eleição dos delegados do 5º Congresso dos estudantes secundaristas de São José dos Pinhais. UMES. 17 de outubro de 2015. São José dos Pinhais, 2015.

CARTAZ DA UMES. Agora os estudantes de São José dos Pinhais têm a carteirinha UMES. São José dos Pinhais, [2008].

CARTAZ CONGRESSO. União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais, 2009.

CONTRATO DE PATROCÍNIO. União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES). São José dos Pinhais, [2008].

ESTATUTO DA UMES. Estatuto da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais. 31 de março de 2007. São José dos Pinhais, 2007.

LISTAGEM DE DELEGADOS. União Municipal dos Estudantes Secundaristas, São José dos Pinhais, 2007.

MOVIMENTO MUTIRÃO. 3º Congresso da UMES. Encarte especial do Jornal Coração de Estudante, março de 2010. Jornal Coração de Estudante, segunda quinzena de março de 2010, ano II, edição 19, São José dos Pinhais, 2010.

OFÍCIO. Ofício nº 14/08. União Municipal dos Estudantes Secundaristas, São José dos Pinhais, 2008.

ORIENTAÇÕES GERAIS da Direção Executiva da UMES-SJP. [2008] União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES). São José dos Pinhais, [2008].

PAUTA DE REUNIÕES. 2008. União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES). 12 de janeiro de 2008. São José dos Pinhais, 2008.

DOCUMENTOS DIVERSOS

GRÊMIO ESTUDANTIL COSTA VIANA. Primeira reunião de 2006 da entidade. São José dos Pinhais, 2006.

MANIFESTO PT. Manifesto do Partido dos Trabalhadores (PT), São Paulo, 1980. Disponível em: <https://pt.org.br/manifesto-de-fundacao-do-partido-dos-trabalhadores/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

MAURICIO REQUIÃO. Mensagem do Secretário de Estado da Educação. [2007]

MOVIMENTO. Revista da União Nacional dos Estudantes, nº 5, set. 2002.

MUTIRÃO. Reconstruir a escola pública para mudar o Brasil. Tese ao 48º Congresso da UPES. Paraná, 2007.

MUTIRÃO TESE 2005. Mutirão nacional pela reforma universitária: teses para o 49º congresso da UNE, 2005.

PROJETO UNE PELO BRASIL. União Nacional dos Estudantes, 2010.

SOBRE O PAC. Ministério do Planejamento. 2007. Disponível em: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 14 nov. 2020.

UBES. Ata de eleição de delegados/as e Regimento do 42º congresso da UBES. Goiânia, 2017. Disponível: <https://ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2017/09/Ata-e-Regimento-42%C2%BA-CONUBES.pdf>. Acesso: 14 nov. 2020.

JORNAIS E SITES

ACERVO, Folha de São Paulo. ‘Caras Pintadas’: Lindbergh e ala petista ‘esquentam’ disputa pela presidência da UNE. Folha de São Paulo. Campinas, 11 de abril de 1993. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12025&keyword=%22Congresso+da+UNE%22&anchor=4781166&origem=busca&originURL=&pd=6043169c9bca832304c0f5900faad3de>. Acesso em: 15 ago. 2020.

AZIZ FILHO. Duelo nas ruas: divididos no apoio ao governo lula, líderes estudantis debatem os rumos da política nacional e pregam mudanças estruturais. ISTOÉ INDEPENDENTE, 2005. Disponível em: https://istoe.com.br/8932_duelo+nas+ruas/. Acesso em: 25 nov. 2020.

BARBOSA, Bia. Estudantes protestam contra política econômica do governo. Carta Maior, 31 de março de 2004. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/editoria/idades-da-vida/estudantes-protestam-contrapolitica-economica-do-governo/13/1055>. Acesso em: 15 out. 2020.

BOLETIM NOSSO SISTEMA. Congresso municipal reúne 300 estudantes na FAMEC. Sistema Federação das Indústrias do Paraná. 02 de maio de 2012, São José dos Pinhais, 2012. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/nossosistema/senai-na-semana-do-trabalhador-de-araucaria-2-12480-174213.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRAGON, Ranier. Negociação PT-PL avança e já inclui programa de governo: Partido Liberal fala em ter “forte influência” sobre plano econômico. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1402200206.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO. União Municipal dos Estudantes de São José dos Pinhais voltará a funcionar após muito tempo de abandono. 23 de abril de 2012. São José dos Pinhais, 2012. Disponível em: <http://ujs-saojose.blogspot.com/2012/04/uniao-municipal-dos-estudantes-de-sao.html>. Acesso em: 21 nov. 2020.

COLETIVO UPES DE COMUNICAÇÃO. UPES realiza congresso da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São José dos Pinhais. 28 de setembro de 2014. São José dos Pinhais, 2014. Disponível em: <http://sitedaupes.blogspot.com/2014/09/upes-realiza-congresso-da-uniao.html>. Acesso em: 11 out. 2020.

DIREÇÃO UMES. Comunicado da UMES. Jornal Coração de Estudante, set. 2010, ano II, ed. 25. São José dos Pinhais, 2010.

EDITORIAL. *Coração de estudante*: suplemento especial do Nosso Jornal. São José dos Pinhais, 3 fev. 2009.

FERREIRA, Rafael. UMES realiza 3º congresso dos estudantes. Jornal Coração de Estudante. Primeira quinzena de abril de 2010, ano II, edição 20, São José dos Pinhais, 2010.

FERREIRA, Rafael. Editorial: Grêmio do Colégio São Cristóvão realiza eleição para diretoria. Jornal Coração de Estudante, suplemento especial do “Nosso Jornal”. 2º quinzena de maio, n. 6, São José dos Pinhais, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Após três eleições, Lula chega à Presidência da República. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 de outubro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41521.shtml>. Acesso em: 18 out. 2020.

GASPAR, Malu. PCdoB aumenta domínio político na UNE: partido elege quinto presidente consecutivo e fica com 10 dos 11 cargos da executiva da entidade. Folha de São Paulo. São Paulo, terça, 8 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff080721.htm>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GUIA SJP. Diretoria da União Municipal de Estudantes Secundaristas toma posse. 01 de abril de 2008. Disponível em: <https://www.guiasjp.com/instituicoes/prefeitura/noticias/diretoria+da+uniao+municipal+de+estudantes+secundaristas+toma+posse/28572>. Acesso em: 5 out. 2020.

INFORMATIVO. 2007. Vida de Walquíria Afonso da Costa. Informativo dos estudantes do Colégio Estadual São Cristóvão. Coração de Estudante. Set., 2007a.

INFORMATIVO. 2007. Informativo dos estudantes do Colégio Estadual São Cristóvão. Coração de Estudante. Out., 2007b.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. UMES faz congresso histórico na cidade. Suplemento Especial do “Nosso Jornal”, edição semanal 03/09. 02 de abril de 2009, São José dos Pinhais, 2009.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. Grêmio Silveira da Motta tem nova diretoria. 1º quinzena de julho, 2009, ed. 8. São José dos Pinhais, 2009b.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. Grêmio Estudantil do Lindaura teve eleições na semana passada. Suplemento especial do “Nosso Jornal”, 22 de abril de 2009, n. 4, São José dos Pinhais, 2009c.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. Eleição no Colégio Arnaldo Jansen é adiada. Suplemento especial do “Nosso Jornal”, 1º quinzena de julho, 2009, n. 7, São José dos Pinhais, 2009d.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. Direção firma compromisso com estudantes. 2ª quinzena de agosto. Ano I, ed. 10. 2009. São José dos Pinhais, 2009e.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. UMES-SJP participa de evento no Rio de Janeiro. 1/setembro de 2009, ano I, ed. 11, São José dos Pinhais, 2009f.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. UMES-SJP ganha apoio do poder público do município. Especial Dia do Estudante, edição 9, 2009, São José dos Pinhais, 2009g.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. InforUMES. 2º quinzena de outubro, ano I, ed. 13, 2009, São José dos Pinhais, 2009h.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. Grêmio Estudantil realiza cerimônia de posse. Primeira quinzena de março de 2010, ano II, ed. 18, São José dos Pinhais, 2010a.

JORNAL CORAÇÃO DE ESTUDANTE. Estudantes discutem UTFPR em São José dos Pinhais. Segunda quinzena de maio de 2010, ano II, edição 22, São José dos Pinhais, 2010b.

JORNAL DA EDUCAÇÃO. Manifestação em apoio à política educacional do governo. 2005. Secretária de Estado da Educação, Governo do Paraná. Curitiba, dezembro, 2005a.

JORNAL DA EDUCAÇÃO. Estudantes destacam incentivo recebido do Governo do Estado. 2005. Secretária de Estado da Educação, Governo do Paraná. Curitiba, dez. 2005b.

JORNAL DA EDUCAÇÃO. Convênio garante Carteira Estudantil a um custo menor: preço será R\$ 1,00 aos estudantes da rede pública graças a parceria entre a Secretária da Educação e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Secretária de Estado da Educação, Governo do Paraná, n. 38, ano III, fev. 2005c.

JORNAL METRÓPOLE. Diretoria da União Municipal dos Estudantes Secundaristas toma posse. Ano 9. n. 1796, 1 de abril de 2008. São José dos Pinhais, 2008.

JORNAL FOLHA DE LONDRINA. Requião toma posse e faz críticas a Lerner. 02 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/requiao-toma-posse-e-faz-criticas-a-lerner-429813.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

JORNAL HORA DO POVO. Estudantes fazem congresso por “mais educação e menos juros”. Edição de 06 a 10 de abril de 2007, Ano XVIII, nº 2.556, São Paulo, 2007.

MAIA, Cecília. Um liberal no PT. IstoéGente, 1 de julho de 2002. Disponível em: https://www.terra.com.br/istoegente/152/reportagens/liberal_pt.htm. Acesso em: 10 nov. 2020.

NOTÍCIAS. Estudantes da Upes defendem política de ensino público no PR. Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), 5 de dezembro de 2007. Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1095>. Acesso em: 2 nov. 2020.

PEIXOTO, Fábio Vieira. A umes e os estudantes. Jornal Coração de Estudante. Especial Dia do Estudante, ed. 9, 2009, São José dos Pinhais, 2009.

REQUIÃO, Roberto. Discurso de posse. In: Bem Paraná. Íntegra do discurso de posse do governador Roberto Requião. Curitiba, 01 jan. 2007. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/integra-do-discurso-de-posse-do-governador-roberto-requiao-12956#.x7pcnmhkhpy>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SAMPAIO, Rafael. Une debate reforma universitária e governo Lula. Carta Maior, 29 de junho de 2005. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/editoria/idades-da-vida/une-debate-reforma-universitaria-e-governo-lula/13/3136>. Acesso em: 12 out. 2020.

SANDER, Letícia. Lula promete ajudar UNE a reconstruir sede no Rio com projeto Niemeyer. Folha de São Paulo, 16 de novembro de 2007, sucursal Brasília, 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1611200707.htm>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SANTOS, Rafael Ferreira dos. Nosso futuro. *Informativo dos estudantes do colégio estadual São Cristóvão*: Coração de estudante, São José dos Pinhais, setembro de 2007.

SILVA, Paulo Vinícius. Ato no banco central do DF: “juros não! Trabalho, saúde e educação”. União Nacional dos Estudantes março, 20012. Disponível em: <https://www.une.org.br/2012/03/ato-no-banco-central-do-juros-nao-trabalho-saude-e-educacao-2/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

TOLEDO, José Roberto. Desemprego cresce 38% no governo FHC: Recessão pode deixar até mais 3,6 milhões sem ocupação neste ano; total de 1998 chega a 6,6 milhões. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 de janeiro de 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm>. Acesso em: 14 nov. 2020.

UMES FIRMA CONVÊNIOS na Vila Quissisana. Comunidade. São José dos Pinhais, [2008].

UNE. História da UNE. 2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VERMELHO. “Partidos não atrapalham a une” diz estudante apartidária. 11 de julho de 2007. Disponível em: <http://fndc.org.br/clipping/partidos-nao-atrapalham-a-une-diz-estudante-apartidaria-167031/>. Acesso em: 4 out. 2020.

VIEIRA, Isabela. Lula lança no Rio pedra fundamental da nova sede da UNE. Rede Brasil Atual, dezembro, 2010. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2010/12/lula-lanca-no-rio-pedra-fundamental-da-nova-sede-da-une/>. Acesso em 3 fev. 2021.

ENTREVISTAS

A. Entrevista. 6 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

B. Entrevista. 6 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

C. Entrevista. 20 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

D. Entrevista. 5 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

E. Entrevista. 6 nov. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

F. Entrevista. 8 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

G. Entrevista. 8 out. 2020 Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

H. Entrevista. 18 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

I. Entrevista. 7 dez. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

J. Entrevista. 10 out. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

L. Entrevista. 4 dez. 2020. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2020.

M. Entrevista. 5 jan. 2021. Entrevistador: Rudá Moraes Gandin. São José dos Pinhais, 2021.